



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ORÇAMENTO DA UFOPA NO MUNICÍPIO
DE SANTARÉM**

**SANTARÉM – PARÁ
2020**

ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ORÇAMENTO DA UFOPA NO MUNICÍPIO
DE SANTARÉM**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vista à obtenção do Título de Mestre em Ciências da Sociedade, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Instituto de Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, linha de pesquisa: Estratégias de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida

**SANTARÉM – PARÁ
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- R165i Ramalho, Enio Erasmo de Oliveira
O impacto socioeconômico do orçamento da UFOPA no município de Santarém / Enio Erasmo de Oliveira Ramalho. – Santarém, 2020.
131 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Rodolfo Maduro Almeida
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Universidade. 2. Orçamento público. 3. Desenvolvimento socioeconômico.
I. Almeida, Rodolfo Maduro, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 378.103098115



ATA Nº 7 / 2021 - ICS (11.01.08)

Nº do Protocolo: 23204.001905/2021-49

Santarém-PA, 03 de março de 2021.

ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

Ao décimo primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte às 09h00min, no Campus Amazônia, sala 309, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do aluno ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. EDILAN DE SANT ANA QUARESMA, examinador interno, Dra. EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO, examinadora interna, Dr. THIAGO ALMEIDA VIEIRA, examinador externo ao Programa, Dra. JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA, examinadora externa ao Programa e Dr. RODOLFO MADURO ALMEIDA, orientador. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada TERRITÓRIO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ORÇAMENTO DA UFOPA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, marcando um tempo de 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Prof. RODOLFO MADURO ALMEIDA, presidente, passou a palavra aos examinadores, para arguirm o candidato. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi APROVADO o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de o candidato não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador, pelos professores avaliadores e pelo mestrando.

(Assinado digitalmente em 09/03/2021 16:53)
EDILAN DE SANT ANA QUARESMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 324704

(Assinado digitalmente em 04/03/2021 09:51)
EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1713679

(Assinado digitalmente em 09/03/2021 15:53)
ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2824744

(Assinado digitalmente em 03/03/2021 15:07)
JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1342283

(Assinado digitalmente em 03/03/2021 15:20)
RODOLFO MADURO ALMEIDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1835583

(Assinado digitalmente em 03/03/2021 14:54)
THIAGO ALMEIDA VIEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1776327

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **7**, ano:
2021, tipo: **ATA**, data de emissão: **03/03/2021** e o código de verificação: **e322bf660b**



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 25

Autor: ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO

Título: TERRITÓRIO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ORÇAMENTO DA UFOPA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Banca examinadora:

Prof. THIAGO ALMEIDA VIEIRA	Examinador Externo ao Programa	_____
Prof. JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA	Examinadora Externa ao Programa	_____
Prof. EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO	Examinadora Interna	_____
Prof. EDILAN DE SANT ANA QUARESMA	Examinador Interno	_____
Prof. RODOLFO MADURO ALMEIDA	Presidente	_____

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Aprovado, considerando as recomendações da Banca Avaliativa.

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Prof. RODOLFO MADURO ALMEIDA

Orientador(s)

ENIO ERASMO DE OLIVEIRA RAMALHO

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ORÇAMENTO DA UFOPA NO MUNICÍPIO
DE SANTARÉM**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vista à obtenção do Título de Mestre em Ciências da Sociedade, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Instituto de Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, linha de pesquisa: Estratégias de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Profº Dr. Rodolfo Maduro Almeida

Aprovada em : 13 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Edilan de Sant'ana Quaresma
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dra. Jorgiene dos Santos Oliveira
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dedico as minhas crianças...
Ralph, Marina e Laura.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por realizar o sonho de trabalhar em uma universidade pública e gratuita.

Ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) pela acolhida no magistério.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) pela oportunidade de viver os sonhos impossíveis.

Aos professores do PPGCS.

Ao professor e orientador Dr. Rodolfo Maduro Almeida, por seu auxílio, paciência e por não ter desistido de mim.

Aos amigos Jarsen e Abner por todo apoio que me deram para a conclusão deste projeto tão importante em minha caminhada acadêmica.

A Regi, que mesmo em meio a grandes atribulações, nunca soltou minha mão e esteve comigo neste projeto desde o processo seletivo até a entrega da versão final.

“à medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta se insere mais na ciência”

Boaventura de Sousa Santos - A universidade no século XXI

RESUMO

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES no Brasil têm apresentado um crescimento significativo nos últimos anos. Com o crescente investimento do governo nas universidades públicas federais e a expansão em sua área de atuação, levando muitas instituições a atuarem em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, democratizando o acesso a aqueles que possuem interesse em ingressar no ensino superior. Como fruto desse processo de expansão das IFES, surge em 2009 a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede em Santarém e atuando em 20 municípios da Região Oeste do Estado, agregando a este território um orçamento que supera o de 17 municípios de sua área de atuação e corresponde a 31% do orçamento quando comparado ao município de Santarém. O principal objetivo deste estudo é analisar como a UFOPA vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município de Santarém, por meio da execução orçamentária da Instituição. E este objetivo subdivide-se em identificar quais fatores caracterizam esta Instituição de Ensino Superior (IES) como um polo de desenvolvimento regional, analisar a universidade como um polo de atração de mão-de-obra qualificada e verificar as contribuições da universidade no fomento da economia local. Os objetivos apresentados baseiam-se nas três vertentes que norteiam a pesquisa, sendo eles: 1) A universidade como parte de um projeto de desenvolvimento regional; 2) A universidade como polo de atração de mão-de-obra qualificada; e 3) A universidade como força motriz de desenvolvimento econômico-regional. Este estudo segue a linha metodológica do materialismo histórico dialético, que por meio de pesquisa bibliográfica, documental, coleta de dados de informações de domínio público, além da participação de 377 servidores entrevistados. Como resultado, foi identificada a relevância orçamentária da UFOPA no contexto local, considerando a execução orçamentária de mais de R\$ 1,2 bilhão entre os anos de 2010 a 2019, assim como a predominância de mão de obra endógena dos técnicos-administrativos e exógena por parte dos docentes. Do ponto de vista econômico, estima-se que a UFOPA injeta na economia local mais de R\$ 73 milhões por ano, por meio dos gastos pessoais dos servidores da Instituição, beneficiando principalmente, supermercados, imobiliárias, prestadores de serviço do setor de transporte, acrescentando serviços de manutenção e comercialização de combustíveis, dentre outros, causando um efeito multiplicador na economia santarena.

Palavras-chave: Universidade. UFOPA. Orçamento Público. Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

Federal Higher Education Institutions - IFES in Brazil have shown significant growth in recent years. With the government's increasing investment in federal public universities and the expansion in its area of operation, leading many institutions to operate in locations farther from large urban centers, democratizing access to those interested in entering higher education. As a result of this IFES expansion process, the Federal University of Western Pará (UFOPA) was created in 2009, with headquarters in Santarém and operating in 20 municipalities in the Western Region of the State, adding to this territory a budget that exceeds that of 17 municipalities. area of operation and corresponds to 31% of the budget when compared to the municipality of Santarém. The main objective of this study is to analyze how UFOPA has contributed to the socioeconomic development of the municipality of Santarém, through the institution's budgetary execution. And this objective is subdivided in identifying which factors characterize this Higher Education Institution (HEI) as a pole of regional development, analyzing the university as a pole of attraction of qualified labor and verifying the university's contributions in promoting the local economy. The objectives presented are based on the three aspects that guide the research, namely: 1) The university as part of a regional development project; 2) The university as a center for attracting qualified labor; and 3) The university as a driving force for regional economic development. This study follows the methodological line of dialectical historical materialism, which through bibliographic, documentary research, data collection of information in the public domain, in addition to the participation of 377 interviewed civil servants. As a result, the budgetary relevance of UFOPA in the local context was identified, considering the budgetary execution of more than R \$ 1.2 billion between the years 2010 to 2019, as well as the predominance of endogenous labor from administrative and exogenous technicians. by the teachers. From an economic point of view, it is estimated that UFOPA injects more than R \$ 73 million per year into the local economy, through the personal expenses of the institution's employees, mainly benefiting supermarkets, real estate companies, service providers in the transportation sector, adding fuel maintenance and marketing services, among others, causing a multiplier effect on the economy of the state.

Keywords: University. UFOPA. Public budget. Socioeconomic Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município de Santarém (localização)	30
Figura 2 - UFOPA Unidade Tapajós - Campus Santarém.....	35
Figura 3 - UFOPA Unidade Rondon - Campus Santarém.....	35
Figura 4 - Área de atuação da UFOPA	37
Figura 5 - Orçamento dos Municípios e da UFOPA (2019).....	48
Figura 6 - Nuvem de palavras - Motivações dos docentes para trabalhar na UFOPA (2018).....	74
Figura 7 - Nuvem de palavras - Motivações dos técnicos para trabalhar na UFOPA (2018).....	75
Figura 8 - Nuvem de palavras - Motivações dos servidores para trabalhar na UFOPA (2018).....	76
Figura 9 - Nuvem de palavras dos docentes participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos	105
Figura 10 - Nuvem de palavras dos técnicos-administrativos (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos	107
Figura 11 - Nuvem de palavras dos servidores participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - <i>Ranking</i> : as 10 cidades mais populosas da região Norte: 2019	31
Gráfico 2 - Comparativo de PIB <i>per capita</i> (Brasil, Pará e Santarém): 2017	32
Gráfico 3 – Comparativo de PIB <i>per capita</i> (Brasil, Pará e Santarém): 2010 a 2017	32
Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Médio (Brasil, Pará e Santarém): 1991 a 2010	34
Gráfico 5 - Execução orçamentária da UFOPA (2010 a 2019).....	49
Gráfico 6 - Execução orçamentária total da UFOPA (2010 a 2019).....	50
Gráfico 7 - Execução orçamentária total da UFOPA em percentual (2010 a 2019) ..	51
Gráfico 8 - Proporção do orçamento executado por grupo de despesa	51
Gráfico 9 - Servidores (participantes) discriminados por cargo - UFOPA Santarém 2018	59
Gráfico 10 - Tempo de serviço por cargo (participantes) - UFOPA Santarém 2018..	60
Gráfico 11 - Localidade de nascimento dos servidores por região - UFOPA Santarém 2018	61
Gráfico 12 - Localidade de nascimento dos participantes (cargo e região) - UFOPA Santarém 2018.....	62
Gráfico 13 - Localidade de nascimento dos participantes por município - UFOPA Santarém 2018.....	63
Gráfico 14 - Região onde residiam os servidores participantes - UFOPA Santarém 2018	64
Gráfico 15 - Localidade onde residiam os servidores.....	65
Gráfico 16 - Qualificação do servidor participante (no ingresso) - UFOPA Santarém 2018	66
Gráfico 17 - Qualificação do servidor participante (atual) - UFOPA Santarém 2018.	67
Gráfico 18 - Quantitativo de progressão (participantes) - UFOPA Santarém 2018 ...	70
Gráfico 19 - Servidores que não progrediram - UFOPA Santarém 2018	72
Gráfico 20 - Servidores (participantes) discriminados por cargo - UFOPA Santarém 2019	85
Gráfico 21 - Responsável financeiro da família - Servidores participantes - UFOPA Santarém 2019.....	86
Gráfico 22 - Fonte de renda externa - Servidores participantes - UFOPA Santarém 2019	87

Gráfico 23 - Quantitativo de servidores da UFOPA (2018)	88
Gráfico 24 - Remuneração média dos servidores da UFOPA e participantes (2018)	89
Gráfico 25 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): supermercado em geral	90
Gráfico 26 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): alimentação fora do domicílio	91
Gráfico 27 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): habitação.....	92
Gráfico 28 - Situação de residência dos servidores participantes (2019).....	93
Gráfico 29 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): energia elétrica e outros	94
Gráfico 30 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): transporte	95
Gráfico 31 - Meios de transporte dos servidores participantes (2019)	96
Gráfico 32 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): saúde e cuidados pessoais	97
Gráfico 33 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): educação.....	98
Gráfico 34 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): lazer	99
Gráfico 35 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): serviços em geral	100
Gráfico 36 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): Poupança e investimentos	102
Gráfico 37 - Valor médio por categoria de gasto dos servidores participantes (2019)	103
Gráfico 38 - Impacto das categorias de gastos sob a remuneração média dos participantes.....	113
Gráfico 39 - Recurso da folha de pagamento em cada categoria de gasto.....	114
Gráfico 40 - Quantidade de empregos criados no período de 2010 a 2019 em Santarém/PA.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Ranking</i> das receitas arrecadadas dos municípios no exercício de 2019	46
Tabela 2 - Localidade de nascimento dos participantes por região - UFOPA Santarém 2018	61
Tabela 3 - Qualificação docente (participantes) - UFOPA Santarém 2018	67
Tabela 4 - Qualificação técnicos-administrativo - UFOPA Santarém 2018	68
Tabela 5 - Qualificação servidores (participantes) - UFOPA Santarém 2018	69
Tabela 6 - Categorização de palavras - Motivações dos docentes para trabalhar da UFOPA (2018).....	73
Tabela 7 - Categorização de palavras - Motivações dos técnicos para trabalhar na UFOPA (2018).....	75
Tabela 8 - Categorização de palavras - Motivações servidores para trabalhar na UFOPA (2018).....	76
Tabela 9 - Principais categorias de gastos dos docentes participantes (2019).....	103
Tabela 10 - Categorização de palavras dos docentes participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos.....	104
Tabela 11 - Principais categorias de gastos dos técnicos-administrativos (2019)...	105
Tabela 12 - Categorização de palavras dos técnicos-administrativos (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos.....	106
Tabela 13 - Principais categorias de gastos dos servidores participantes (2019)...	107
Tabela 14 - Categorização de palavras dos servidores participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos.....	108
Tabela 15 - Remuneração média mensal participantes x categorias de gastos (geral)	110
Tabela 16 - Remuneração média mensal UFOPA x categorias de gastos	110
Tabela 17 - Remuneração média mensal UFOPA x categorias de gastos (1.080 servidores).....	111
Tabela 18 - Remuneração média anual UFOPA x categorias de gastos (1.080 servidores).....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONSUN	Conselho Universitário da UFOPA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PMS	Prefeitura Municipal de Santarém
PNE	Plano Nacional de Educação
POF	Planejamento Orçamentário Familiar
PPA	Plano Plurianual
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira
SIC	Sistema de Informações de Custos

SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNIAM	Universidade Federal da Integração Amazônica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
2 A UNIVERSIDADE COMO UM POLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30
2.1 O percurso da instalação da UFOPA	34
2.2 A universidade e o desenvolvimento regional	39
2.3 O orçamento público e a UFOPA	41
3 A UNIVERSIDADE COMO UM POLO DE ATRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA.....	53
3.1 Análise dos dados.....	59
3.2 Resultados alcançados e análise sobre a mão de obra qualificada da ufopa	77
4 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO FOMENTO DA ECONOMIA LOCAL	79
4.1 Análise dos dados.....	84
4.1.1 As categorias de gastos	90
4.2 Análise da remuneração x categoria de gastos	109
4.3 Resultados alcançados e análise sobre o contexto econômico local.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO	132
APÊNDICE A	135
APÊNDICE B	138

INTRODUÇÃO

As universidades públicas federais têm se estabelecido como ponto chave de um processo de desenvolvimento regional, pois possuem como principal finalidade a construção e disseminação do conhecimento, por meio da formação de capital intelectual, e por ser o principal fomentador de inovações tecnológicas. Isso desenvolve um processo de mudança no cenário socioeconômico local, criando um ambiente intelectualmente diferenciado, que contribui para o processo de transformação das estruturas produtivas das regiões em que estão instaladas.

Outra marcante característica que a universidade possui é a sua base estabelecida na democracia, tendo assim, suas decisões colegiadas que visam o seu crescimento institucional e, conseqüentemente, o crescimento de seus usuários. Fialho (1998, p. 38) comenta que “a universidade não é um objeto dado nem uma forma eterna e o sentido da sua missão é uma construção necessariamente coletiva”, pois para que ocorra uma melhor fluidez no desempenho de suas atividades, torna-se necessário investir na valorização das pessoas que a compõe, a comunidade acadêmica. Fialho (1998, p. 38) complementa ainda que as instituições de ensino necessitam constantemente de mudanças, e diz que “a revitalização da universidade passa pela valorização dos seus professores e técnicos-administrativos, pela renovação das suas práticas organizacionais e acadêmicas, e pela formação integral do estudante”.

A reflexão acerca das instituições como as universidades federais exige considerar os múltiplos aspectos que impactam direta ou indiretamente no curso do seu desenvolvimento ou de sua trajetória. Possuindo todas as características próprias de uma organização complexa, como destaca Fischer (2001, p. 44), a universidade “com seus objetivos, estratégias, sistemas e procedimentos administrativos e técnicos, estrutura de poder e funções, entre outras”, deve ser estudada fora da generalização das teorias da administração de empresas. A sua missão, objetivos e gestão seguem diretrizes próprias, inerentes à sua função científica e papel social, divergindo da lógica do mercado.

O ensino superior no Brasil tem apresentado um crescimento notável nos últimos anos, impulsionado por grandes projetos federais que dinamizaram o

crescimento em muitas localidades. Houve grandes investimentos na área da educação, como a expansão do ensino superior por conta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecido pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, fortalecendo ainda mais o Plano Nacional de Educação (PNE).

Dado esse crescimento, as universidades públicas passaram a ser referência de ensino, tornando as cidades que sediam essas instituições atrativas para os estudantes, para os profissionais interessados em trabalhar na área administrativa e na docência, e para as empresas locais que possuem interesse em prestar serviços. Nesse sentido, as universidades têm se estabelecido como um ponto referencial do processo de desenvolvimento regional, desencadeando um processo de mudança no contexto socioeconômico dos locais onde são instaladas.

Com o processo de interiorização das universidades federais, as instituições de ensino passaram a ser referência no desenvolvimento regional, no qual se estabelecem no ponto de vista social, por serem construtoras e disseminadoras de conhecimento, e no ponto de vista econômico, por serem instituições detentoras de orçamento e executoras de despesas.

A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional foi impulsionada pelo plano de expansão do governo federal para o ensino de nível superior, por meio do REUNI, e outros projetos relacionados. Righi e Ruppenthal (2013) enfatizam que as análises sobre o desenvolvimento proporcionadas pelas universidades são realizadas em duas perspectivas: a primeira procura observar o impacto da universidade em termos de construção e disseminação do conhecimento, por conta do ensino, pesquisa, extensão e promoção social, cujos efeitos se consolidam em médio e longo prazo; e a segunda, determina a universidade como um agente econômico, ou seja, proprietária de um orçamento e executora de despesas, que será o ponto de análise deste projeto.

Analisando a UFOPA como detentora de um orçamento e executora de despesas, tem-se uma entidade que administra um recurso público de um volume expressivo de valor, que supera muitos dos orçamentos de vários municípios da região do Baixo Amazonas, e que se concentra principalmente em sua sede, no

município de Santarém. Segundo Warren *et al.* (2008), as economias locais são diretamente beneficiadas pelas movimentações financeiras das despesas diretas e indiretas, geradas para manter o funcionamento de uma instituição, que dão origem a diversos efeitos multiplicadores que se auto reforçam e se propagam de maneira cumulativa.

Rolim e Kureski (2007); Rolim e Serra (2009) e Hoff et al. (2011) enfatizam as influências que as universidades propagam nas regiões onde se instalam, desde o aumento populacional, seguido pelo aquecimento imobiliário, atividades comerciais e prestação de serviços, fomentando um desenvolvimento econômico em diversos segmentos da economia santarena.

Desde o início do seu processo de implantação, no ano de 2009, a UFOPA já executou mais de R\$ 1 bilhão, para custear a sua estruturação, por meio das obras executadas, aquisições de equipamentos e mobiliário, assim como custear a contratação e o pagamento de salários de servidores docentes e técnicos-administrativo (BRASIL, 2019).

E com a implantação da UFOPA, Santarém passou a movimentar anualmente aproximadamente R\$ 180 milhões (cento e oitenta milhões de reais), sendo este, o segundo maior orçamento do município, atrás apenas da Prefeitura Municipal de Santarém (PMS). A movimentação desses recursos produz impactos econômicos e financeiros que ganham maior significado quando inseridos no contexto da economia local, por se tratar de uma universidade pública, que contribui para a formação de profissionais qualificados para o setor produtivo, e por ser uma entidade portadora de um orçamento que gera impactos socioeconômicos e fomenta o desenvolvimento regional.

A pergunta central que movimenta esta pesquisa é: De que forma a UFOPA contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Santarém?

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a UFOPA vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município de Santarém, por meio da sua execução orçamentária. E especificamente tem-se como objetivos específicos os seguintes pontos:

- I. Identificar quais fatores caracterizam a UFOPA como um polo de desenvolvimento regional;
- II. Caracterizar a universidade como um polo de atração de mão-de-obra qualificada; e
- III. Verificar as contribuições da UFOPA no fomento da economia local.

Para fundamentar esta pesquisa, algumas hipóteses são utilizadas. A primeira, é que direta ou indiretamente a Instituição tenha atraído mão de obra qualificada, oriunda de outras localidades, assim como empregou mão de obra qualificada local. A segunda, é que a Instituição promove indiretamente o desenvolvimento econômico em sua região, principalmente na cidade onde se encontra instalada, por meio da execução de recursos relacionados ao pagamento da remuneração dos servidores, sendo estes um dos principais responsáveis pela dinamização do crescimento econômico do município, pois por meio dos gastos pessoais com alimentação, educação, lazer, moradia, saúde, transporte, dentre outros, contribuem no crescimento econômico de diversos setores da economia local.

Os objetivos específicos apresentados estão firmados nas três vertentes que norteiam esta pesquisa, que são descritos a seguir.

A primeira vertente analisa a universidade como parte de um projeto de desenvolvimento regional, onde foram apresentadas informações referente aos aspectos de crescimento e desenvolvimento socioeconômico de Santarém, como informações referente a localização geográfica, características populacionais, produto interno bruto (PIB), índice do desenvolvimento humano (IDH) e informações sobre a estrutura econômica do município. Em seguida, são apresentados os aspectos sobre o orçamento público, as formas de financiamento das IFES e a relevância do orçamento da UFOPA dentro do contexto dos municípios de sua área de atuação e principalmente no Município de Santarém.

A segunda vertente norteadora coloca a universidade na posição de polo de atração de mão-de-obra endógena e exógena, assim como avalia o seu nível de qualificação, relacionando ao fato de que 73% (BRASIL, 2019) de seu orçamento é destinado ao pagamento de salário dos servidores da Universidade, visando compreender os efeitos desse montante de recursos no perfil da mão-de-obra empregada pela Instituição, e suas motivações para atração das mesmas.

A terceira e última vertente apresentada neste estudo visa compreender a contribuição da universidade no fomento da economia local, analisando os fatores que tornam a universidade uma força motriz no desenvolvimento econômico-regional. Considera-se como ponto de partida da análise, a execução do orçamento para pagamento de salários dos servidores, e, por conseguinte, por parte dos servidores, a execução deste recurso por meio de suas despesas pessoais, observando quais segmentos da economia local mais se beneficiam neste processo.

Sobre os procedimentos metodológicos utilizados, a pesquisa foi desenvolvida sobre um estudo de caso, tendo como área de pesquisa a UFOPA, uma instituição de ensino superior pública que oferece mais de 1.500 vagas por ano dentre os 61 cursos de graduação e pós-graduação distribuídos em sua sede no município de Santarém e nos campi localizados em seis municípios (Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná).

Será delimitada a área da Universidade que corresponde as suas unidades acadêmicas e administrativas situadas no município de Santarém, que se trata do município sede da Instituição e por centralizar a execução de mais de 90% do orçamento da Instituição.

Santarém é o município localizado na região Oeste do Estado do Pará, apresentando uma população estimada de 304.589 habitantes e ocupara uma área de 24.154 km², ou seja, 1,93% do território paraense. (IBGE, 2019)

O público-alvo desta pesquisa compreende os servidores (docentes e técnicos-administrativos ativos) da UFOPA, que por meio de seus proventos fomentam a economia no município de Santarém.

Como público alvo, serão admitidos os indivíduos que se incluírem nos seguintes critérios: a) Indivíduos com vínculo institucional com a UFOPA (docentes e técnicos-administrativos, ativos, inativos e pensionistas); b) Ambos os gêneros; c) Residir em Santarém ou proximidades; d) Assinatura ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – documento de aprovação à participação no estudo e autorização aos procedimentos da pesquisa. Dentre as informações coletadas, serão excluídas aquelas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

A pesquisa se sustentará na abordagem de pensamento do materialismo histórico-dialético, no qual, a partir de dados empíricos, o ambiente é analisado pelo sujeito de forma direta (em aparência) e indireta (em essência), permitindo a compreensão e o desvelamento daquilo que é essencial compreender no processo de investigação (SANFELICE, 2008). O materialismo dialético estabelece-se como tentativa de busca das explicações lógicas, coerentes e racionais para os fenômenos naturais, sociais e do pensamento. A realidade humana é enriquecida pela prática social da humanidade que tem seu pensamento evoluído pela história. O critério de verdade no materialismo dialético é a prática social e deve estabelecer o relativismo uma vez que as verdades científicas não são definitivas, mas graus do conhecimento que, por sua vez, são limitados pela história (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso, que segundo Gil (1991) é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade de um ou de poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e específico do assunto a ser explorado. Assim como abordará aspectos da pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa procura entender, descrever e explicar os fenômenos por meio de análise de experiências individuais ou grupais, pela investigação de experiências, de relações ou de documentos (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Sobre a pesquisa quantitativa esclarece Fonseca (2002, p. 20, grifo nosso):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. **A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.**

Foi realizada uma pesquisa documental, onde as informações mais necessárias foram levantadas de forma primária e secundária para a consecução deste estudo. A análise documental é estabelecida como uma técnica importante na pesquisa qualitativa seja complementando com informações adquiridas por outros métodos, ou revelando novos aspectos do tema abordado. (Ludke e André, 1986).

Os dados coletados para o desenvolvimento da pesquisa, são de fontes primárias e secundárias, sendo as primárias as informações extraídas por meio de entrevistas submetidas aos participantes da pesquisa. Os de fonte secundária são coletados em diversos portais de acesso de domínio público, como o Portal da Transparência do Governo Federal e do Portal da Transparência dos Municípios, assim como os encontrados no Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira (SIAFI), extraídos por meio do sistema Tesouro Gerencial, que se trata de um sistema para consulta de informações do SIAFI, construído em uma plataforma de *business intelligence*, para a realização de consulta da execução orçamentária e financeira e o Sistema de Informações de Custos (SIC) para consulta de informações de custos do Governo Federal.

A análise dos dados ocorreu de três maneiras distintas: 1) Os dados extraídos dos portais de acesso público e do SIAFI, foram tabulados em planilhas eletrônicas, em seguida foram criadas tabelas dinâmicas e, por fim, realizou-se a análise descritiva; 2) Os dados oriundos do questionário com questões fechadas foram tabulados e analisados mediante o uso de planilha eletrônica, com a intenção de identificar e quantificar informações que corroborassem com o objetivo do capítulo em pauta; e 3) Os dados advindos das questões abertas das entrevistas serviram como parâmetros de afirmação das questões assinaladas, assim como, contribuíram também para identificar como os servidores participantes se sentem em relação ao desenvolvimento socioeconômico promovido pela Instituição. As análises das questões abertas ocorreram por meio do uso de métodos da Análise de Conteúdo de Bardin (2002), utilizando a técnica de categorização de palavras, dessa forma, foi efetuada a leitura com atenção das respostas, análise e destaque dos elementos do texto, busca por padrões nas respostas analisadas (semelhanças), agrupamento das palavras-chave, bem como identificação da frequência de aparição.

Os dados oriundos do IBGE, foram utilizados para apresentar informações de diversas naturezas, como: os dados de localização, que situaram a área pesquisada, com informações referente a localidade do município, mesorregião, área ocupada e suas limítrofes; dados populacionais e a densidade demográfica, assim como os dados dos municípios mais populosos da região norte para elaboração do *ranking* populacional; dados de crescimento e desenvolvimento, como o Produto Interno Bruto (PIB total e PIB *per capita*) e o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), para a elaboração de gráficos comparativos entre as informações do Município de Santarém,

do Estado do Pará e do Brasil, mostrando a evolução de cada ente no decorrer dos anos.

Dos portais de transparência dos municípios, foram utilizados os dados referentes a receita arrecadada dos (20) municípios referentes a área de abrangência da UFOPA do exercício financeiro de 2018, por meio do portal da transparência de cada município. O critério para a escolha das receitas arrecadadas pelos municípios, se dá pela prerrogativa do art. 35, inciso I, da Lei nº 4.320/1964 que diz: “pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nêle arrecadadas”, o que caracteriza as receitas arrecadadas como a etapa principal da execução da receita orçamentária.

Do SIAFI, por meio do sistema Tesouro Gerencial, foram coletadas as informações referentes a execução orçamentária da UFOPA, referente aos exercícios financeiros de 2010 a 2019, distinguindo-os por seus respectivos grupos de despesa (Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; e Investimentos). A etapa da despesa escolhida para a análise foi a de empenho da despesa, devido a prerrogativa do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964 que diz: “pertencem ao exercício financeiro: II - as despesas nêle legalmente empenhadas”. o que define o empenho da despesa como a etapa principal da execução da despesa orçamentária.

Tendo em vista que a UFOPA é uma entidade executora de despesa e não arrecadadora de receitas, utilizou-se as despesas como parâmetro para a comparação com as receitas arrecadadas pelos municípios, devido ao equilíbrio que há entre as receitas e despesas públicas, conforme estabelecida na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, implementadas por força da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000) em seu art. 4, inciso I e letra “a”. Fazendo com que a estimativa da receita orçamentária seja igual a fixação da despesa orçamentária de determinado exercício financeiro.

Com base nas informações coletadas dos (20) municípios e da UFOPA, foi elaborado um *ranking* dos maiores orçamentos da área de abrangência da UFOPA. E prosseguiu com a análise descritiva do orçamento da Universidade entre os anos de 2010 a 2019, observando as peculiaridades da execução da despesa por grupo de despesa.

Por meio da aplicação do questionário “Origem e qualificação dos servidores da UFOPA” (Apêndice A) foi possível adquirir informações dos participantes da pesquisa, como cargo (docente ou técnico-administrativo), localidade de nascimento,

data de ingresso como servidor na instituição, qualificação no momento de ingresso na instituição, unidade de lotação e qualificação atual (no momento do preenchimento do formulário), todas essas questões com respostas fechadas. A última pergunta que diz “Qual foi o principal atrativo que o levou a escolher a UFOPA como o seu local de trabalho?” se tratava de uma questão aberta onde o participante respondia livremente.

Para análise do questionário, as informações coletadas foram tabuladas em planilha eletrônica e em seguida foram elaborados gráficos e tabelas com informações do processo de migração dos servidores, considerando o local de nascimento e o local onde se encontrava antes de ingressar na UFOPA, assim como as mudanças em seu perfil de qualificação, considerando o seu ingresso até o momento atual (neste caso até o dia de sua participação nesta pesquisa).

Para encerrar as observações acerca deste questionário, a última pergunta foi analisada por meio do método de análise de conteúdo, utilizando a técnica de categorização das palavras, se baseando nas respostas dadas pelos participantes e utilizando o site Word Clouds (Wordclouds, 2020) para a elaboração da “lista de palavras” e a “nuvem de palavras”.

Com a aplicação do questionário “Características das despesas dos servidores da UFOPA e sua contribuição para o crescimento da economia local” (Apêndice B), foi possível coletar informações dos participantes como qual o cargo do servidor, município de lotação, se é o principal responsável financeiro de sua família, se o mesmo possui renda além do salário da universidade, e qual a faixa de desembolso nas dez categorias de gastos apresentadas, todas essas questões com respostas fechadas.

As categorias de gastos foram definidas pela aglutinação de grupos de despesas apresentados no Planejamento Orçamentário Familiar (POF), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Saúde (MS).

Sobre as perguntas relacionadas aos gastos, há um campo em cada categoria apresentada para respostas abertas e livres que serviam de informações complementares para as respostas fechadas.

As informações coletadas por meio das respostas acima foram tabuladas em planilha eletrônica, para a criação de tabelas dinâmicas e gráficos para apresentação dos dados, extraindo informações como a posição financeira familiar do participante, se a universidade é ou não a sua principal fonte de renda, assim como foi possível

identificar a média de gastos (docente, técnico e servidor em geral) em cada categoria de despesa apresentada.

A última pergunta do questionário trata de uma justificativa dada pelos participantes, onde na questão anterior eles apontavam as quatro categorias de gastos que eles consideravam as mais importantes.

Para análise deste último ponto foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, utilizando a técnica de categorização das palavras, se baseando nas respostas dadas pelos participantes e utilizando o site "<https://www.wordclouds.com/>" para a elaboração da "lista de palavras" e a "nuvem de palavras".

Como complemento para análise do questionário "Características das despesas dos servidores da UFOPA e sua contribuição para o crescimento da economia local" (Apêndice B), foram extraídas informações acerca da remuneração dos servidores por meio do sistema do governo federal DW-SIAPE, com base nos mesmos parâmetros apresentados no Portal da Transparência do Governo Federal, que apresenta a remuneração dos servidores, acrescido da retribuição por titulação (docentes) e o incentivo qualificação (técnicos-administrativos), e subtraídos do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e da contribuição previdenciária (PSS). Sendo possível assim, dimensionar a proporção de cada categoria de gasto apresentada pelos participantes no questionário anterior em relação a sua remuneração e aplicando a média encontrada dentre os participantes aos demais servidores da universidade, tornando possível estimar a média de gasto por servidor em cada categoria de despesa e totalizar o quanto de recurso é recebido por ano em cada segmento da economia que abrange cada categoria de gastos.

A estrutura em que será apresentada o texto desta dissertação, contempla cinco capítulos, a contar inicialmente por esta introdução. O segundo capítulo aborda "A Universidade como um Polo de Desenvolvimento Regional", que abordará os aspectos socioeconômicos do Município de Santarém, sendo este, o território em análise por se tratar do município sede da universidade, assim como serão apresentados o contexto, territorial, político e histórico do processo de implementação da UFOPA na região, para que em seguida seja conhecido os aspectos que abordam o desenvolvimento proporcionado por instituições públicas de ensino superior, em seguida será apresentado os mecanismos de planejamento utilizados pelas universidades públicas, assim como os seus instrumentos orçamentários, as formas de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a relevância do

orçamento da UFOPA no contexto regional e a expressividade desse orçamento e sua aplicação dentro do território do município de Santarém.

O terceiro capítulo trata “A Universidade como um Polo de Atração de Mão-de-Obra Qualificada”, que por meio de pesquisa bibliográfica evidenciará a absorção de mão-de-obra endógena e exógena e o seu processo migratório, assim como abordará as características do processo de migração qualificada, para que por fim possa compreender os processos e efeitos sobre a origem e qualificação do servidor da UFOPA (Apêndice A).

O quarto capítulo analisa o contexto econômico e o impacto causado na economia local por meio dos gastos efetuados dos salários dos servidores da universidade, sendo este capítulo intitulado de “A Contribuição da Universidade no Fomento da Economia Local”, que apresenta bibliografias sobre a universidade e seus efeitos econômicos locais, assim como, as características gerais da renda e do consumo com base no planejamento orçamentário familiar, sendo concluído pela análise dos dados coletados por meio do questionário que visa compreender a posição orçamentária familiar do participante, suas fontes de rendas e o seu perfil de consumo e quais segmentos da economia local as suas despesas pessoais ajudam a fomentar.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais dessa pesquisa, e discute os resultados encontrados na análise dos dados de diversas fontes primárias e secundárias utilizados nessa pesquisa, conjuntamente com uma discussão dos conteúdos teóricos que foram abordados, assim como se faz uma relação com os resultados encontrados e os objetivos inicialmente traçados para o desenvolvimento desta pesquisa.

2 A UNIVERSIDADE COMO UM POLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo será apresentado os aspectos socioeconômicos do município de Santarém, sendo este o município sede da universidade. Em seguida, será abordado sobre o processo de implantação da UFOPA na região, para que adiante, possa ser compreendido as características que tornam a universidade como um polo de desenvolvimento regional, enfatizando o aspecto orçamentário na análise dos orçamentos dos municípios em comparação ao da UFOPA, visualizando assim, o dimensionamento econômico da universidade sob sua área de atuação.

O município de Santarém, está localizado no oeste do Estado do Pará, a uma distância aproximada de 807 km de Belém, a capital paraense. Ocupa uma área de 22.887 km², com perímetro urbano de 97 km, e uma população de 304.589 habitantes (IBGE, 2019). Pertence à mesorregião do Baixo Amazonas, situada na margem direita do Rio Tapajós, tem como municípios limítrofes, ao norte, Alenquer, Monte Alegre e Óbidos, ao sul, Aveiro, Belterra, Mojuí dos Campos e Uruará, ao leste, Prainha, e ao oeste, Juruti (IBGE, 2019).

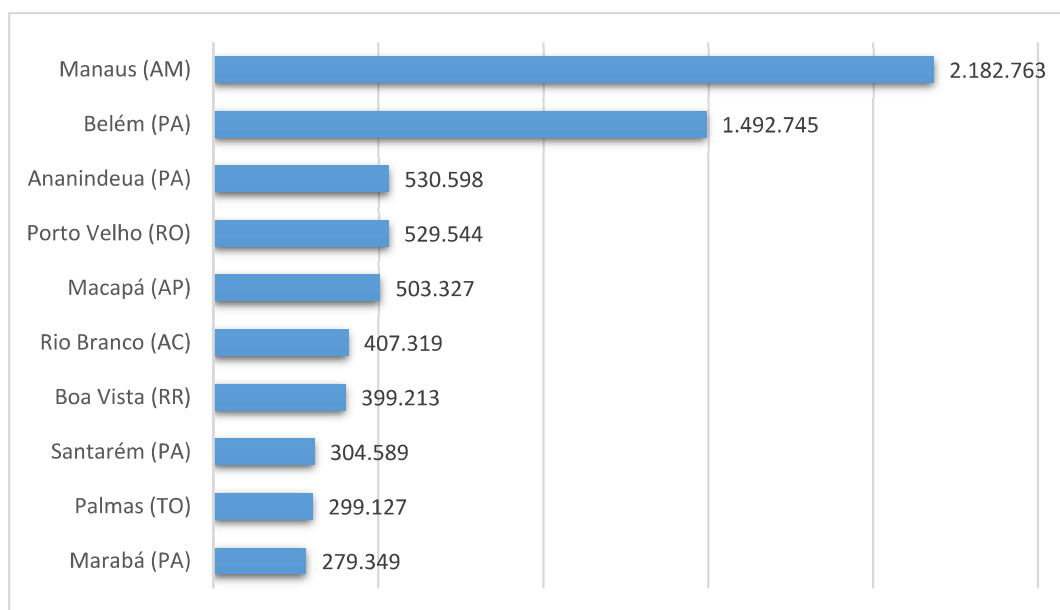
Figura 1 - Município de Santarém (localização)



Fonte: Google Maps (2020)

Santarém apresenta o índice de densidade populacional de 12,87 habitantes por km² (IBGE, 2010), caracterizando uma grande concentração populacional da região do Baixo Amazonas, considerado assim, um polo regional. Com base nas informações do IBGE (2019), foi elaborado um *ranking* das maiores cidades da Região Norte (Gráfico 1), em termos populacionais, e Santarém é a 2º maior município, desconsiderando as capitais e encontra-se entre as 10 (dez) cidades mais populosas da região Norte.

Gráfico 1 - *Ranking*: as 10 cidades mais populosas da região Norte: 2019



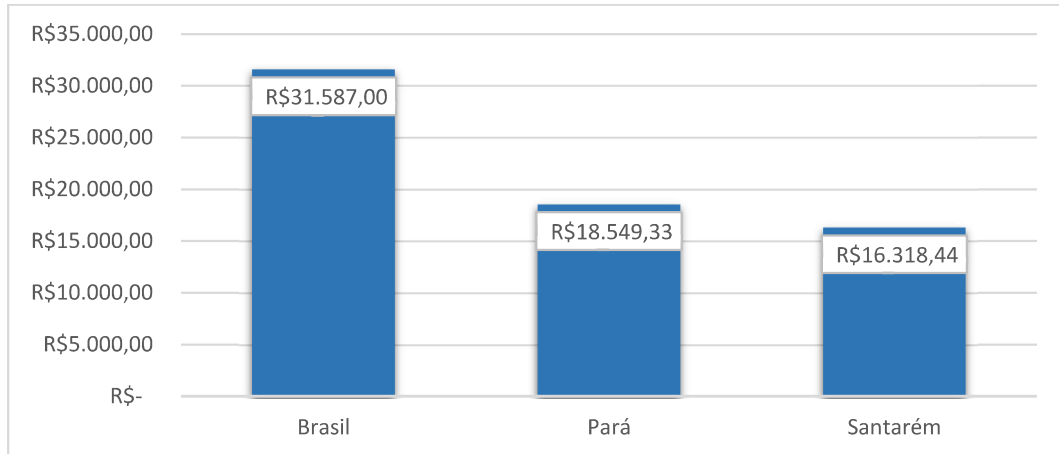
Fonte: IBGE (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando dados do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Santarém, referentes ao ano de 2017 IBGE (2017), seu PIB é de R\$ 4,835 bilhões, ocupando o 6º lugar dentre os 144 municípios do Estado e possui um PIB *per capita* de R\$ 16.318,44, abaixo da média estadual e nacional, conforme demonstra o Gráfico 2.

O PIB *per capita* de Santarém corresponde a 88% em relação ao do Estado do Pará, em relação ao PIB *per capita* do país, corresponde em 52%. No Gráfico 3 é possível analisar a evolução do PIB *per capita* de Santarém, e fazer uma comparação com a evolução do PIB *per capita* do Estado do Pará e com a média nacional, entre os anos de 2010 a 2017. Observe que o PIB *per capita* do município veio apresentando um crescente constante a cada ano, onde a evolução do PIB *per capita*

do ano de 2010 em comparação ao de 2017, nota-se que o valor mais que dobrou nesse período, apresentando um aumento de 108%.

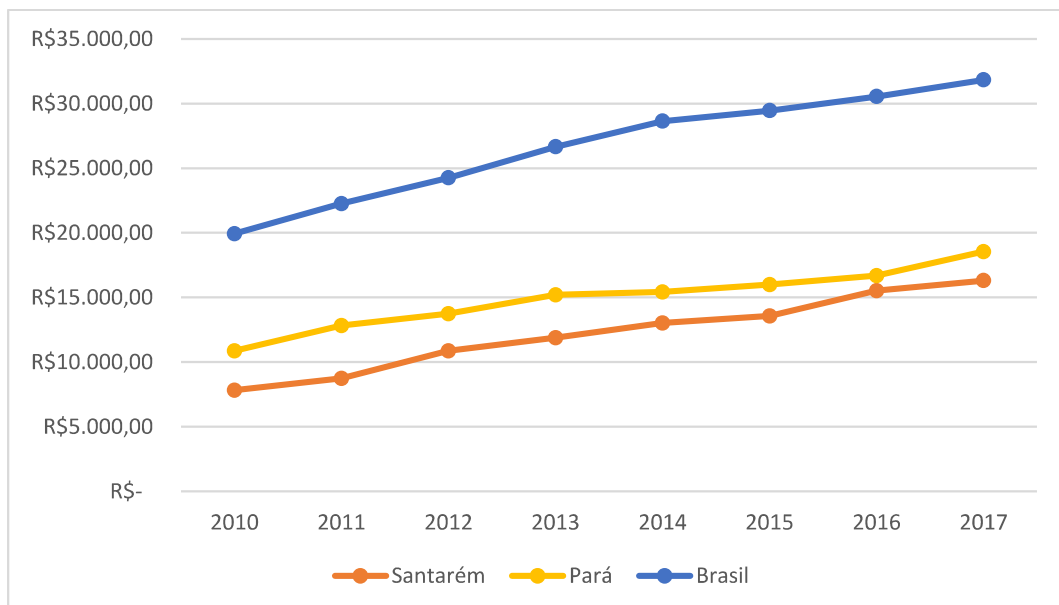
Gráfico 2 - Comparativo de PIB *per capita* (Brasil, Pará e Santarém): 2017



Fonte: IBGE (2017) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Apesar do PIB *per capita* de Santarém estar sempre abaixo da média estadual e nacional, o seu crescimento (108%) durante o período de 2010 a 2017 foi superior ao apresentado pelo Estado do Pará (71%) e o PIB *per capita* do país (60%).

Gráfico 3 – Comparativo de PIB *per capita* (Brasil, Pará e Santarém): 2010 a 2017



Fonte: IBGE (2017) e FAPESPA (2017) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A estrutura econômica de Santarém divide-se em setores de produção, com base nas informações apresentadas pela Prefeitura Municipal de Santarém (2015), o setor primário se refere as atividades agrícolas e pesca extrativistas, sendo este

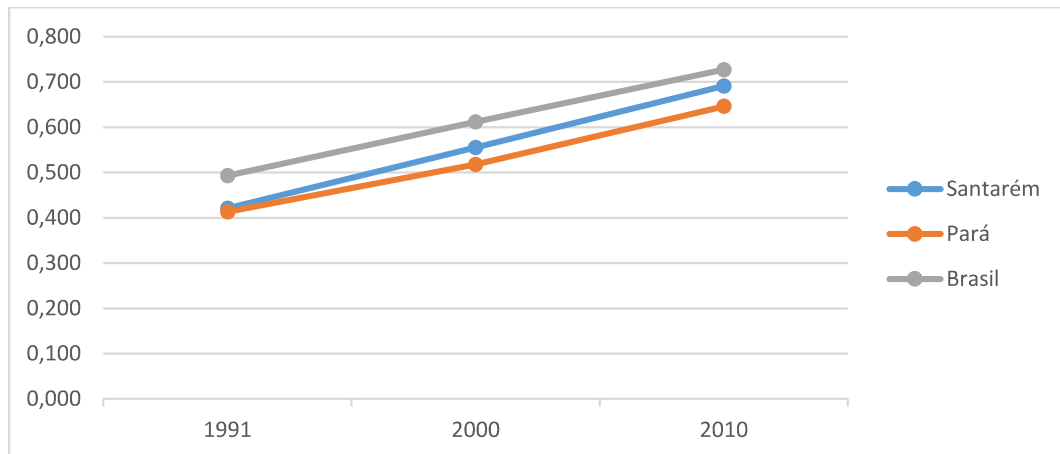
setor o principal do município. A produção agrícola santarena divide-se em dois modelos, o de subsistência, representado pelos agricultores rurais de pequeno porte, que tem sua produção mais voltada para a subsistência e que comercializa o seu excedente produzido em feiras e comércios locais, e há o produtor de maior escala que visa as culturas que atendem ao mercado externo, como o cultivo de arroz, soja, cacau, castanha-do-pará, dentre outros, assim como há produção referente a atividade da pecuária, devido a criação de gados, aves e suínos.

O setor secundário, mesmo que pouco expressivo no município, representa a produção industrial que é executada por madeireiros, tecelagem, panificadoras, fabricas de gelo, dentre outros. Esses produtores se beneficiam da matéria-prima encontrada na própria região, assim como a mão-de-obra local. O setor terciário, representado pelo serviço, é o principal setor econômico de Santarém, o que o torna o grande centro comercial da região, não apenas dos produtos produzidos na região e sim também os que são oriundos de outras localidades.

Santarém é considerada um polo educacional da região, com 448 escolas de ensino fundamental e médio, uma universidade federal (UFOPA), um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEP), um campus da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e dentre outras instituições de superior do setor privado, como a Universidade da Amazônia - UNAMA, Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES, Universidade Paulista - UNIP, etc. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2010).

Dados do IBGE (2010) mostram que o valor médio do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de Santarém é de 0,691 (faixa IDHM – médio), inferior ao valor médio do Brasil (0,727), e maior do que o Estado do Pará (0,646), sendo o 4º maior índice do Estado. A dimensão mais relevante na contribuição do IDHM santareno é a longevidade (0,807), seguido da educação, índice este que mais cresceu nos últimos anos, com crescimento de 0,251 entre os anos 2000 e 2010, devido ao aumento nos níveis da educação ocasionados pelo aumento do número de escolas, taxa de frequência e diminuição do índice de analfabetismo. No Gráfico 4 é possível observar e comparar a evolução do Índice do Desenvolvimento Humano Médio do Brasil, do Estado do Pará e do Município de Santarém.

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Médio (Brasil, Pará e Santarém): 1991 a 2010



Fonte: site Atlas Brasil (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando o Gráfico 4, nota-se que o IDHM de Santarém sempre esteve acima da média do Estado do Pará, assim também como sempre esteve abaixo da média nacional. E, observando a evolução do índice entre 1991 e 2010, o município teve uma taxa de crescimento maior que a média do Pará e do Brasil, crescendo em 64%, enquanto o Estado cresceu 56% e o país teve um crescimento de 47%.

Na evolução do IDHM de Santarém, a dimensão que mais cresceu foi a Educação, que em 1991 tinha o índice em 0,222 e aumentou para 0,648 em 2010, com um crescimento de 192%.

Com base nas informações sobre o PIB e o IDHM de Santarém, percebe-se que a cidade está em fase de desenvolvimento, apresentando um aumento significativo nos índices de crescimento e desenvolvimento, bem como vem apresentando uma expansão no sistema educacional, o que a torna um polo econômico e educacional do oeste paraense.

2.1 O percurso da instalação da UFOPA

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei 12.085 de 5/11/2009, sendo a primeira Instituição Federal de Ensino Superior com sede em um município do interior da Amazônia. Herdando o patrimônio oriundo dos *campi* da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Santarém, a UFOPA vem com a missão de “produzir e

socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” (UFOPA, PDI, 2019, p. 19), por meio de uma nova configuração acadêmica com a visão de “Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.” (UFOPA, PDI, 2019, p. 19), além de se comprometer em atuar em prol da excelência acadêmica e científica da região Amazônica. Nasceu como uma universidade multicampi, com sede na cidade de Santarém (ver as Figuras 2 e 3 antigo campus UFRA e UFPA) e campus universitários nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Figura 2 - UFOPA Unidade Tapajós - Campus Santarém



Fonte: site da UFOPA (2019)

Figura 3 - UFOPA Unidade Rondon - Campus Santarém



Fonte: site da UFOPA (2019)

Um acontecimento importante ocorreu em abril de 2010, quando a instituição por meio do Reitor *pro tempore* José Seixas Lourenço, encaminhou ao Ministério da Educação (MEC) a versão preliminar do Estatuto da UFOPA, após ter designado a criação da Comissão de Elaboração do Estatuto, que por meio de discussões com a comunidade acadêmica elaborou a prévia do Estatuto para apreciação do Conselho Universitário da UFOPA (CONSUN) para posterior envio ao MEC para análise e aprovação (UFOPA, PDI, 2019).

A sua sede principal é no município de Santarém, um polo regional de educação, com significativa infraestrutura socioeconômica, setor de serviços mais desenvolvido da região, e posicionamento geográfico estratégico, que permite usufruir dos principais modais de transporte (hidroviário, rodoviário e aeroviário) e por ser o município com o maior fluxo de pessoas e mercadorias do oeste paraense (CARVALHO, 2014).

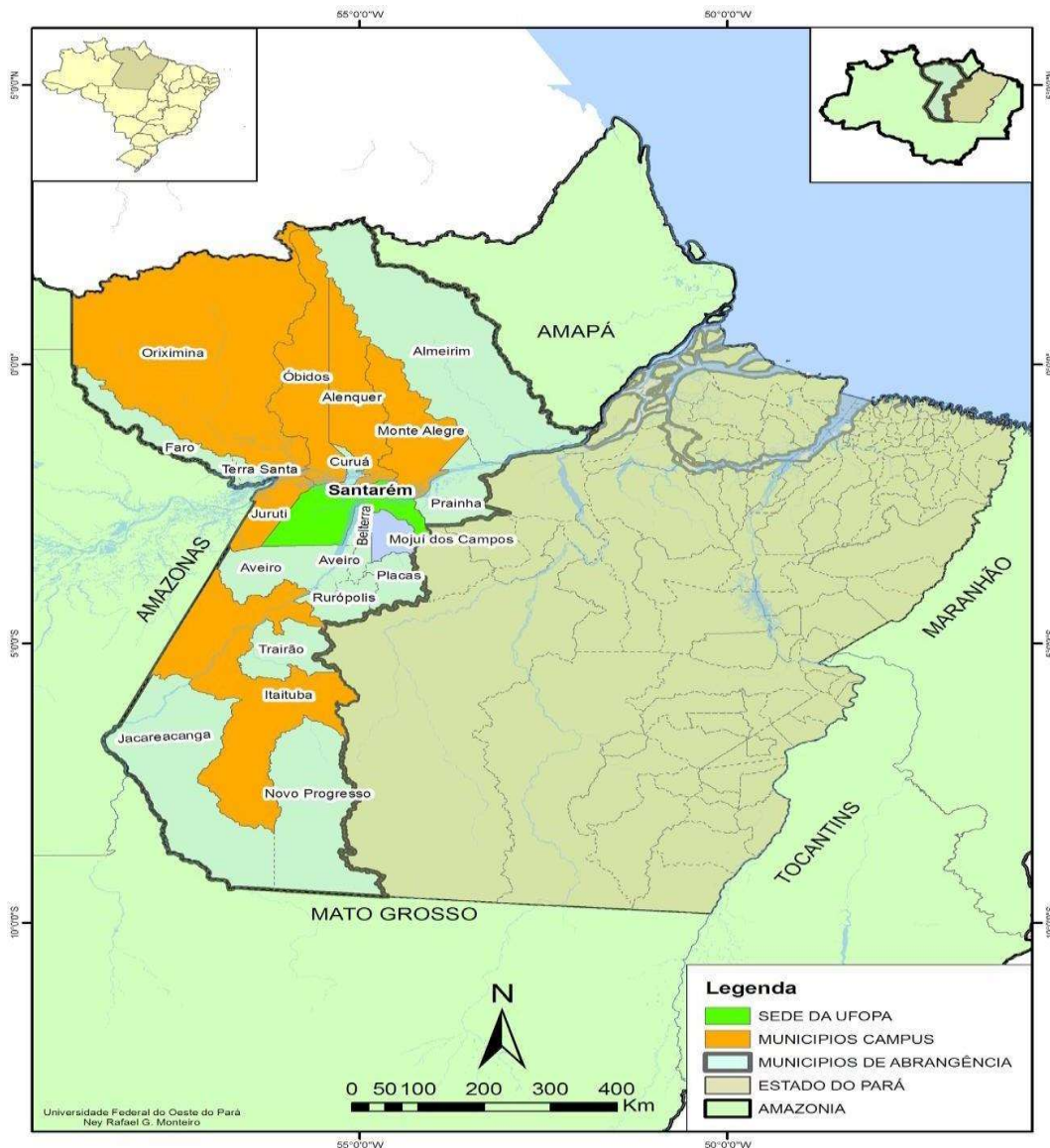
A área de atuação da UFOPA, atualmente abrange 20 (vinte) municípios da região, atendendo assim os seus 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado paraense, ocupando 512.616 km² (IBGE, 2010), que se refere a 41% de todo o Estado do Pará.

A área de abrangência da UFOPA compõe os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa, além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do Sudoeste Paraense (UFOPA, PDI, 2019).

Dentre os 20 municípios que compõe a área de abrangência da universidade, no momento apenas 7 (sete) municípios possuem atuação de modo efetivo, promovendo cursos regulares e instalações acadêmicas e administrativas no local, sendo eles: Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém (sede principal).

Na Figura 4, é possível ter uma melhor percepção da dimensão da área de atuação da UFOPA no oeste do Pará.

Figura 4 - Área de atuação da UFOPA



Fonte: Pró-reitoria de Planejamento Institucional (2012) Orgs. CARVALHO, E. N. 2013

A decisão da Universidade Federal do Pará (UFPA) em ceder espaço para a criação de uma nova instituição de ensino superior no Estado, assim como sua articulação para que fosse possível a concretização da criação da UFOPA, foi de grande importância para que hoje seja possível realizar ações mais efetivas que promovam o desenvolvimento pensados para a região amazônica.

Com a UFOPA implementada, Carvalho (2014) enfatiza que o próximo passo da instituição é providenciar para a região oeste do estado, novas oportunidades bem sedimentadas junto ao poder local institucionalizado. Para que isso se realize, se faz necessário que a universidade percorra o seguinte caminho:

a) Estabelecer relações com o governo do estado e os governos municipais para conseguir o apoio necessário; b) Negociar com a Prefeitura Municipal de Santarém a doação de terreno à UFOPA, a fim de construir o campus com melhores cenários, maiores espaços e estruturas mais adequadas à instituição; c) Elaborar a legislação interna da instituição com o escopo de garantir a segurança jurídica da comunidade acadêmica; d) No momento da escolha do reitor e do vice-reitor, possibilitar a toda a comunidade acadêmica da UFOPA a participação em um processo político democrático; e) Dar início às suas atividades, instituindo, também, efetivamente, a pós-graduação (mestrado e doutorado), tendo sido o primeiro projeto aprovado pela CAPES, objetivando também a continuidade dos estudos dos profissionais aqui formados; f) Ampliar suas ações de modo a abranger o maior número possível de estudantes, dando a todos da região o acesso de fazer um curso superior, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e educacional, por meio da formação de futuros profissionais. (CARVALHO, 2014, p. 148)

O ato da criação da UFOPA, foi fomentado pela política pública de expansão das universidades federais promovida pelo Ministério da Educação, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que juntamente da UFOPA, criou-se outras 13 novas IFES. O projeto de criação da UFOPA, que inicialmente seria chamada de Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), foi encaminhado ao Congresso Nacional em 12 de dezembro de 2007, em seguida, o projeto de criação da UFOPA, Lei nº 2.879/09, de iniciativa da Presidência da República, foi encaminhado ao Congresso Nacional em de janeiro de 2008, para que no dia 5 de novembro de 2009 fosse sancionado pelo Presidente da República em exercício, José Alencar (UFOPA, PDI, 2012).

Para Carvalho (2014), a instituição é um ente que possui um papel de grande relevância para o desenvolvimento da região, que promove a qualificação de pessoal, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, assim como as novas ofertas de empregos diretos e indiretos que a universidade promove, fatores esses que em conjunto acarretam um significativo impacto socioeconômico de curto e longo prazo para a região que o sedia.

Com a UFOPA em operação e agora conhecendo os pressupostos que norteiam a universidade, Castells (1999) afirma que a IFES quando em consonância com a atividade econômica e o estilo de vida social, que atrelada ao conhecimento que passa a ser acrescentado em seu meio, fomentando novos saberes e produção de tecnologia para a região, por meio da propagação do conhecimento científico, que acaba transformando a dinâmica espacial civilizatória o que corrobora ainda mais para a importância da universidade para a execução de políticas públicas educacionais no cenário amazônico.

2.2 A universidade e o desenvolvimento regional

A educação superior promovida pelas universidades federais é um dentre os principais motores que impulsionam o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma determinada região. Sabendo-se que esse tripé (desenvolvimento econômico, social e cultural) é almejado pela população de qualquer região que busca melhores condições de qualidade de vida, as universidades são inseridas nesses territórios para também atender a esse propósito, por meio de suas atividades principais, oferecendo para a localidade profissionais qualificados, pesquisas desenvolvidas por meio da transferência dos resultados para a sociedade, assim como a promoção de diversas atividades culturais que a instituição realiza (ROLIM e SERRA, 2009).

Florax (1992) destaca o papel das universidades como máquinas de crescimento e Florax e Folmer (1992) apontam o papel delas enquanto fomentadoras no desenvolvimento regional e industrial. Anselin, Varga e Acs (1997), destacam o papel das universidades na produção em larga escala de conhecimento e na formação de mão-de-obra qualificada e destacam-se como engrenagens essenciais para o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Goddard *et. al.* (2003) aponta que as universidades na Finlândia causam impacto na melhora da condição de desenvolvimento em diversos níveis, inclusive no índice de desenvolvimento humano (IDH). E para Chiarini, Vieira e Zorzin (2012) o desenvolvimento regional é potencializado quando essas instituições estão alinhadas às demandas regionais.

Um dos efeitos do desenvolvimento promovido por uma instituição de ensino superior é o aumento na oferta de emprego formal e a formação de estoque de mão-de-obra qualificada.

Com a melhora na qualidade da mão-de-obra da região, espera-se um aumento na produtividade e na qualidade dos serviços prestados e na produção de bens a serem comercializados. Este é um dos efeitos do desenvolvimento esperados quando se há um aumento no nível educacional de determinada região (PEREIRA, 2006).

Sendo assim, o desenvolvimento promovido por instituições de ensino se diferencia por não ser algo meramente voltado para o acúmulo de capital, pois este

engloba uma melhoria nas estratégias de cunho técnico, administrativo e de comunicação, que neste ponto faz a distinção dos tipos de capital, o físico e o humano, dando origem ao que conhecemos como capital humano (PEREIRA, 2006).

As universidades públicas se diferenciam de acordo com a região onde se encontram, pois a exemplo das IFES situadas nas grandes cidades, comumente possuem maior infraestrutura, orçamento mais vultuosos e maior número de mão-de-obra qualificada vinculada ao seu quadro. E há evidências de que quanto maior é o investimento em educação, maiores são os retornos de médio e longo prazo, em forma de desenvolvimento e crescimento econômico (FELSENSTEIN, 1996; GARRIDO-YSERTE E GALLO-RIVERA, 2010).

Mediante a implantação de uma universidade em determinada região, nota-se os impactos gerados em várias dimensões, como na economia, infraestrutura, demografia, educação e cultura, assim como investimentos (comerciais e sociais) passam a ser atraídos para aquela localidade, sendo este mais um dos efeitos que influenciam direta e indiretamente no nível de desenvolvimento e crescimento das instituições (FELSENSTEIN, 1996; GARRIDO-YSERTE E GALLO-RIVERA, 2010).

Para Drucker e Goldstein, (2007), quando se aloca capital humano, infraestrutura, recursos financeiros e outros tipos de capitais em uma mesma região, essa passa a ser um polo de concentração que gera e estimula o crescimento econômico da região. E Goldstein e Glaser (2012) complementam que apresentam maiores ativos, se destacam no cenário econômico, devido a influência das universidades, por meio do conhecimento propagado e a liderança que exerce na sociedade em que ela se encontra.

As universidades contribuem também com grande investimento em capital físico, por meio da construção e manutenção de edifícios, laboratórios, centros tecnológicos, dentre outros.

Lendel (2010) complementa, conceituando o que chama de “infraestrutura do conhecimento”, que se define como a geração e armazenagem do conhecimento, juntamente com os componentes institucionais e organizacionais que suportam o crescimento da instituição.

Há vários fatores que corroboram para que as universidades públicas se caracterizem como um polo de desenvolvimento, pois uma instituição que promove ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assume posição estratégica importante no processo de desenvolvimento, por meio da execução de suas atividades, gera uma força de atração de consumidores e empresas, gerando uma aceleração no crescimento econômico-social daquela localidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

As universidades como um polo de desenvolvimento, promovem o crescimento da região não por meio de geração de riqueza, e sim por gerar conhecimento que promove inovações. Nesse ponto, o desenvolvimento não se limita em mensurar os recursos minerais de um determinado território, pois agrega-se a sua capacidade de produzir capital humano que gere produtos e serviços inovadores.

2.3 O orçamento público e a UFOPA

No Brasil, o orçamento público é um dos principais mecanismos de planejamento das entidades públicas, por meio dele as entidades governamentais estimam suas receitas a serem recolhidas e fixam suas despesas e serem executadas em um determinado exercício financeiro. Silva (2004) complementa que o orçamento público se estrutura nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio de políticas econômicas e financeiras a serem executadas.

Lima e Castro (2007) e Kohama (2010) complementam a conceituação do orçamento como instrumento de planejamento, onde afirmam:

Orçamento Público é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade. (LIMA e CASTRO, 2007, p. 9)

O Orçamento é o processo pelo qual se elabora, expressa, executa e avalia o nível de cumprimento da quase totalidade do programa de governo, para cada período orçamentário. É um instrumento de governo, de administração e de efetivação e execução dos planos gerais de desenvolvimento sócio-econômico. (KOHAMA, 2010, p. 17)

Ao atrelar o planejamento ao orçamento público, os autores se baseiam na Lei nº 4.320/64 e no Decreto 200/67, fortalecido pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a integração entre planejamento e orçamento é implementado por meio de instrumentos orçamentários, sendo eles: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Giacomoni (2007) explica que o PPA se configura em um planejamento de médio prazo com duração de quatro anos, iniciando no segundo ano de um mandato do poder executivo, até o final do primeiro ano do mandato seguinte, sendo este a peça central do planejamento do setor público.

Chieza (2008) complementa que a LDO estabelece as ações que equilibrem o orçamento, fazendo a ligação entre PPA e LOA, por meio de metas e prioridades a serem executadas em cada exercício financeiro. E a LOA pode ser denominada como o instrumento de operacionalização do orçamento público, que executa as ações que norteiam o planejamento apresentado pelo PPA, com base nas diretrizes e prioridades apresentadas na LDO.

É a ferramenta que o governo utiliza para administrar o recurso público por meio do processo de elaboração, execução e controle dos programas de governo que devem garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados a sociedade. E por meio do orçamento público é possível assimilar a situação econômica de qualquer entidade do setor público, avaliando suas receitas arrecadadas e as despesas realizadas, assim como saber o que ainda falta e o que pode ser realizado.

Um marco importante no processo orçamentário iniciou-se com a edição da portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, que estabeleceu a técnica do orçamento-programa para o uso das elaborações dos instrumentos orçamentários, que agora fariam parte de seu processo o monitoramento, controle e avaliação, com a finalidade principal de combater problemas sociais e viabilizar um melhor uso dos recursos públicos (GIACOMONI, 2007).

Essas relevantes mudanças afetaram as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), pois os orçamentos dessas instituições são pautados em programas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão e nas demandas de seu público-alvo.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212 que estabelece que:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino

Este é o artigo da Constituição Federal de 1988 que dá origem e estipula o quanto que administração pública em todas as esferas aplicará na educação pública que abrange todos os níveis educacionais.

Groschupf (2015) afirma que, desde a época da criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a definição sobre o financiamento da educação superior no Brasil não é bem esclarecida, e isso permanece até os dias de hoje. O artigo 207 da Constituição Federal de 1988, apresenta a definição que é conhecida como “autonomia universitária”, onde diz que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, entretanto, essa definição não estabelece quais os critérios de financiamento das IFES.

Além disso, Groschupf (2015) e Santos (2013), apontam para o art. 55 da Lei nº 9.394/1996, que determina que “os recursos necessários para a manutenção das instituições de ensino superior federais devem estar assegurados no Orçamento Geral da União”, garantido desta forma a responsabilidade do financiamento que garanta o funcionamento das IFES de forma adequada. Ressalta-se que os recursos destinados ao funcionamento das universidades, são originários do tesouro nacional, assim como podem ser oriundos de convênios e de recursos diretamente arrecadados pelas instituições de ensino.

Santos (2013) complementa que, devido o orçamento destinado as universidades pelo governo federal não serem suficientes para prestar um serviço adequado a sociedade, muitas IFES buscam parcerias com outras entidades públicas e/ou privadas, visando outras fontes de financiamento que venham suprir quando há insuficiência de recursos oriundos do poder público.

Como mencionado anteriormente sobre a questão da autonomia universitária, e a gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades, essa autonomia esbarra quando no contexto de que o Ministério da Educação exerce uma relação de poder sobre as IFES, pois o MEC possui as funções de controle, fiscalização e

avaliação das universidades que são unidades orçamentárias subordinadas a este Ministério.

Campos (2015) ressalta o poder político e financeiro exercido pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu), que é responsável em coordenar e supervisionar o processo de planejamento e implementação da política nacional de educação superior, junto da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) que faz o levantamento dos montantes orçamentários a serem destinados a cada IFES.

Além da interferência da SESu e da SPO, há também a participação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada atualmente ao Ministério da Economia (que englobou o antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG). A atuação desses Órgãos em conjunto as universidades acabam “engessando” a autonomia universitária concedida no art. 207 da Constituição Federal de 1988.

Groschup (2015) e Campos (2015) ressaltam que mesmo com essas limitações impostas às universidades, elas ainda necessitam elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que em meio a tantas restrições, acabam apenas realizando esse processo para cumprir-se um rito, tendo em vista que neste formato, as IFES continuam a depender integralmente das definições estabelecidas pelo Poder Executivo, e evidencia que a autonomia universitária determinada pela Constituição Federal de 1988 até hoje não foi concretizada.

Para se fazer frente a essas imposições do Poder Executivo sobre as universidades, Ferreira (2013) ressalta que em 1994, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) assume a posição de principal interlocutor das universidades federais junto ao MEC, atuando junto do Ministério da Educação na elaboração de uma equação que estabelece os critérios de distribuição de recursos a universidades.

O orçamento das IFES divide-se basicamente em três grupos de despesa, sendo eles: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; e Investimentos. Como o grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais são despesas obrigatórias que tratam do pagamento de aposentadorias, pensões, salários de servidores e benefícios assistenciais, dentre outros afins, essas não entram na equação proposta pela ANDIFES, pois a distribuição dos recursos entre as

universidades se dá nos grupos de despesa de Outras Despesas Correntes e Investimentos, que, por fim, denomina a matriz como “Matriz de outros custeio e capital - OCC” ou como é mais conhecida pelo nome de “Matriz ANDIFES” que foi instituída pelo Decreto nº 7.233 de 19 de julho de 2010 e pela Portaria MEC nº 651 de 24 de julho de 2013.

Os parâmetros estabelecidos pela Matriz ANDIFES, visam atender a distribuição dos recursos com base nos seguintes critérios:

I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; III - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; IV - o número de registro e comercialização de patentes; V - a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; VI - os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004; VII - a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento. (BRASIL, 2010)

Este planejamento orçamentário estabelecido nas legislações supracitadas e os parâmetros apresentado pela Matriz ANDIFES são seguidas pela UFOPA, que possui orçamento anual de aproximadamente R\$ 200 milhões (BRASIL, 2019), e configura entre as instituições públicas com maior volume de orçamento público da região, juntamente do Município de Santarém, sendo este o maior orçamento do oeste do Pará.

A UFOPA atua em 20 municípios do oeste paraense, tendo como local de sua sede, o município de Santarém. E para que possa ser mais bem compreendido a dimensão que o orçamento da Universidade representa na região, elaborou-se um *ranking* elencando os orçamentos dos respectivos municípios de sua área de abrangência, utilizando como parâmetro as receitas arrecadas de cada município no exercício de 2019, e a despesa empenha da UFOPA no exercício financeiro do mesmo ano. O critério para a escolha das receitas arrecadadas pelos municípios, se dá pela prerrogativa do art. 35, incisos I e II, da Lei nº 4.320/1964 que diz: “pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nêle arrecadadas; II - as despesas nêle legalmente empenhadas”, o que caracteriza as receitas arrecadadas como a etapa principal da execução da receita orçamentária e estabelece o empenho da despesa como a etapa

principal da execução da despesa orçamentária. Esses dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - *Ranking* das receitas arrecadadas dos municípios no exercício de 2019

Ranking	Municípios	Orçamento (2019)
1	Santarém	R\$ 697.267.454,47
2	Itaituba	R\$ 318.863.903,53
3	Oriximiná	R\$ 231.168.912,00
4	UFOPA	R\$ 201.382.314,00
5	Monte Alegre	R\$ 129.968.287,31
6	Juruti	R\$ 125.603.312,14
7	Óbidos	R\$ 117.921.465,44
8	Almeirim	R\$ 116.492.883,23
9	Alenquer	R\$ 114.192.993,27
10	Jacaréacanga	R\$ 98.671.825,13
11	Novo Progresso	R\$ 92.925.405,12
12	Rurópolis	R\$ 85.115.942,97
13	Prainha	R\$ 82.149.436,15
14	Terra Santa	R\$ 69.218.516,23
15	Placas	R\$ 65.892.413,50
16	Belterra	R\$ 50.417.346,70
17	Trairão	R\$ 47.989.562,85
18	Aveiro	R\$ 41.547.990,31
19	Mojú dos Campos	R\$ 38.249.929,64
20	Curuá	R\$ 35.454.579,67
21	Faro	R\$ 23.829.110,44

Fonte: Portal da transparência dos municípios (2020) e Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2020)

Observando a Tabela 1, nota-se a inserção do orçamento da UFOPA em meio ao orçamento dos municípios de sua área de atuação, tomando como base as despesas executadas da universidade no mesmo exercício de 2019, considerando ainda que a UFOPA não é uma entidade arrecadadora de receitas, e sim um ente que em suma executa despesas conforme a sua dotação disponível.

Tomando como base os dados mencionados na Tabela 1, nota-se que a UFOPA, com o orçamento executado em 2019 no valor de R\$ 201.382.314,00, ocupa a 4ª posição (dentre os 21 entes) no *ranking*, ficando atrás de Oriximiná (maior em R\$ 29 milhões), Itaituba (maior em R\$ 117 milhões) e Santarém (maior em R\$ 495 milhões).

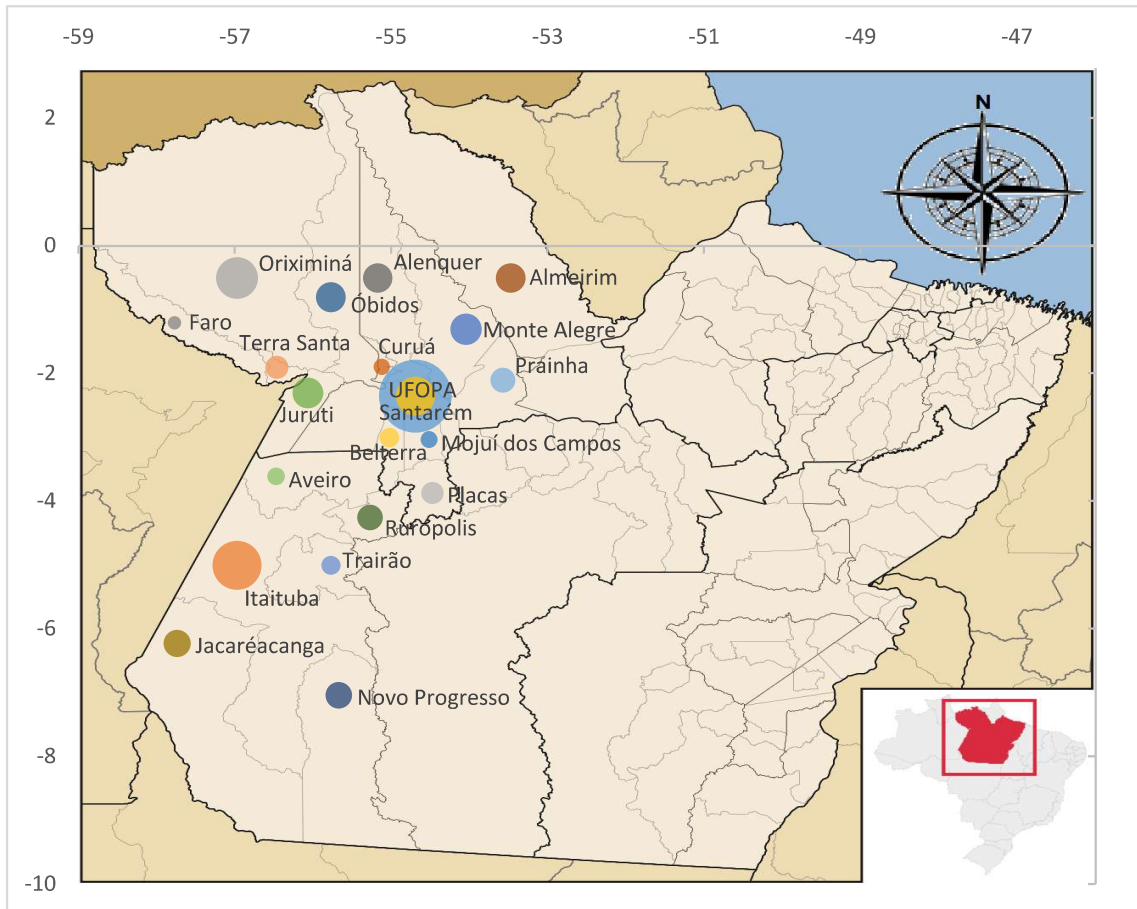
O orçamento da UFOPA, quando equiparado ao orçamento da Prefeitura Municipal de Santarém, corresponde a aproximadamente 29% das receitas arrecadadas pela prefeitura e, ao juntar os orçamentos desses dois entes, se obtém um montante no valor de R\$ 898.649.768,47, que representa 35% da soma dos orçamentos dos municípios da área de abrangência da UFOPA. Tem relação aos municípios da mesorregião do Baixo Amazonas, esse percentual aumenta para 47%.

Ao juntar o orçamento dos 20 municípios da área de abrangência da universidade, o montante em 2019 foi de R\$ 2.582.941.270,10 e o orçamento da UFOPA corresponde a 8% desse total. Quando se delimita dentre os municípios de sua área de abrangência, apenas aqueles que compõe a mesorregião do Baixo Amazonas, o montante arrecadado em 2019 foi de R\$ 1.897.826.640,19 e quando equiparado ao da UFOPA, o orçamento executado pela universidade no mesmo ano corresponde a 11% das receitas realizadas pelos municípios da mesorregião do Baixo Amazonas.

Comparando o orçamento da Universidade com o das respectivas prefeituras municipais que correspondem a área de abrangência da UFOPA, tomando como referência o exercício financeiro de 2019, é possível dimensionar e assim ter uma melhor percepção sobre o orçamento da Instituição em relação aos entes de sua área de atuação, enfatizando a sua relevância para o próprio município de Santarém, pois na mesma localidade temos o maior orçamento público da região oeste do Pará (Santarém), junto do quarto maior orçamento dentro do contexto territorial estudado.

Dando continuidade à discussão sobre a relevância do orçamento da UFOPA para a sua área de atuação e por meio de uma análise comparativa com base nas informações da Tabela 1 e Figura 5, nota-se que o orçamento da universidade supera o orçamento de muitos municípios mesmo há o agrupamento de alguns deles, por exemplo, a UFOPA em 2019, possuiu um orçamento maior que Jacarácanga e Novo Progresso juntos, assim como superou a combinação dos municípios de Prainha e Rurópolis, em seguida é possível observar que ultrapassou o orçamento combinado de Belterra, Placas e Terra Santa, e foi equiparado pelo montante dos orçamentos agregados dos municípios de Aveiro, Curuá, Faro, Mojuí dos Campos e Trairão.

Figura 5 - Orçamento dos Municípios e da UFOPA (2019)



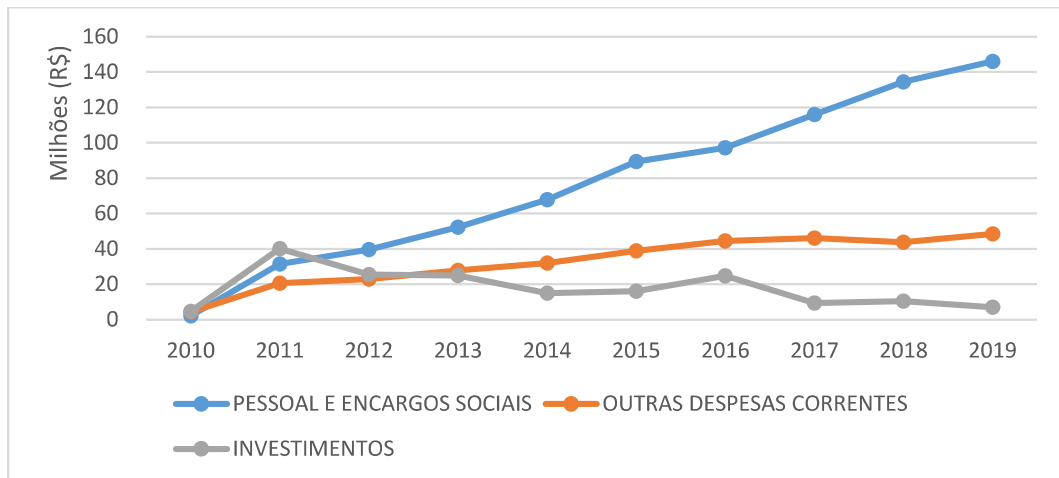
Fonte: Portal da transparência dos municípios (2020) e Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2020)

A UFOPA só passou a ser uma unidade orçamentária ativa a partir do exercício financeiro de 2010, conforme foi estabelecido no art. 14 da Lei de criação (nº 12.085/2009), que diz “A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFOPA deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subsequente ao da publicação desta Lei.” (BRASIL, 2009).

A partir do exercício financeiro de 2010, a UFOPA iniciou o seu processo de execução orçamentária, com o apoio operacional da Universidade Federal do Pará (UFPA) que já custeava as despesas pré-operacionais, por ser a entidade tutora da UFOPA.

No Gráfico 5 é apresentado a execução do orçamento da Universidade em seu montante executado no período de 2010 a 2019.

Gráfico 5 - Execução orçamentária da UFOPA (2010 a 2019)



Fonte: Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2020)

Analisando o Gráfico 5, referente a execução orçamentária da UFOPA, desde quando ela passou a executar despesas (2010), até o último exercício financeiro encerrado (2019), nota-se que o grupo de despesa que mais cresceu foi a de pagamento de pessoal e encargos sociais, que abrange o salário de servidores ativos, inativos, temporários e pensionistas. Este grupo de despesa apresentou um crescimento de 6.718%, sendo o valor executado em 2010 de R\$ 2.141.259,98 e em 2019 o montante foi de R\$ 146.011.060,34.

Observando o grupo de despesa “outras despesas correntes”, que se refere as despesas relacionadas ao funcionamento da instituição, por abranger as despesas com o pagamento de empregados terceirizados, material de consumo, diárias e passagens, manutenção predial, bolsa estudantil, serviços de publicidade, dentre outros.

Este grupo de despesa apresentou um crescimento constante, mas não tão atenuado como a despesa de pessoal e encargos sociais, mas ainda assim cresceu consideravelmente 1.047%, tendo executado em 2010 R\$ 4.220.144,00 e em 2019 o montante foi de R\$ 48.414.163,64.

O grupo de despesa de “investimentos”, que está relacionada aos gastos efetuados com aquisições de bens móveis e imóveis, máquinas e equipamentos, obras e projetos de engenharia, softwares, dentre outros. Este grupo de despesa, não apresentou uma constante em seu desempenho durante os anos, mas apresentou um crescimento de 52%, tendo executado em 2010 R\$ 4.569.416,00 e em 2019 o

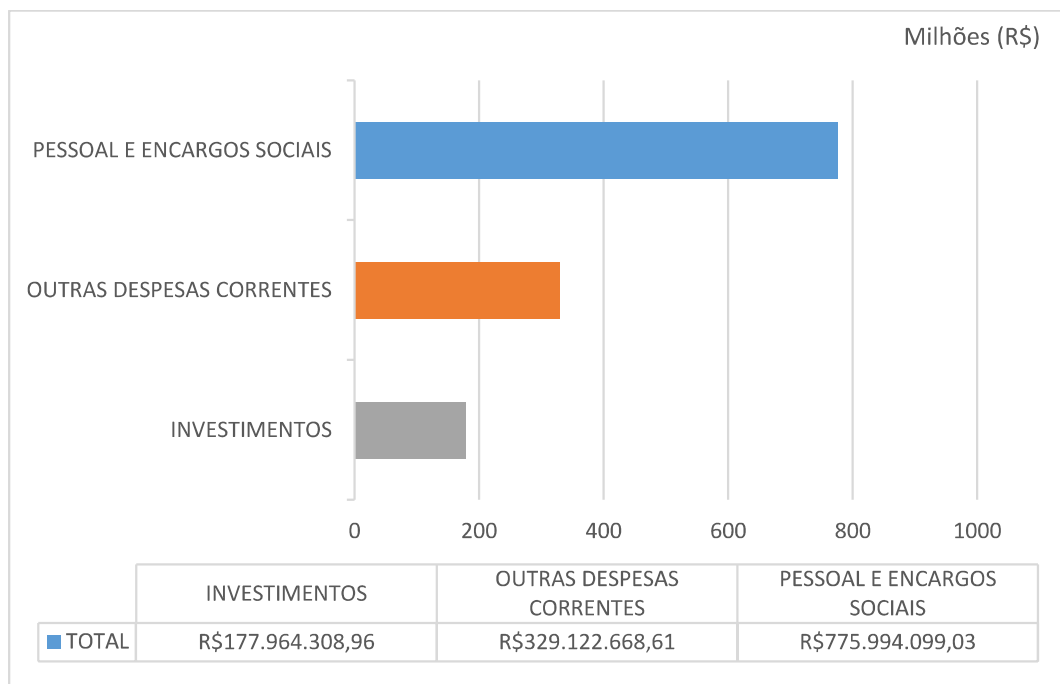
montante foi de R\$ 6.957.090,02. O exercício financeiro onde o grupo de investimentos mais executou despesas, foi em 2011, executando R\$ 40.154.001,47, que representa 778% em relação ao orçamento de investimento de 2010 e 477% em relação ao de 2019.

Outro ponto importante sobre a execução de investimentos em 2011, é que esse grupo de despesa superou até mesmo o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais que neste exercício financeiro executou R\$ 31.463.987,97.

Desde o início de sua execução orçamentária (2010) até o último exercício financeiro encerrado (2019), a UFOPA já executou R\$ 1.283.081.076,60, sendo a despesa com pessoal e encargos sociais a maior parte desse montante com R\$ 775.994.099,03 (60%), seguido do grupo das outras despesas correntes com R\$ 329.122.668,61 (26%) e por fim o grupo de investimentos com o montante executado em R\$ 177.964.308,96 (14%).

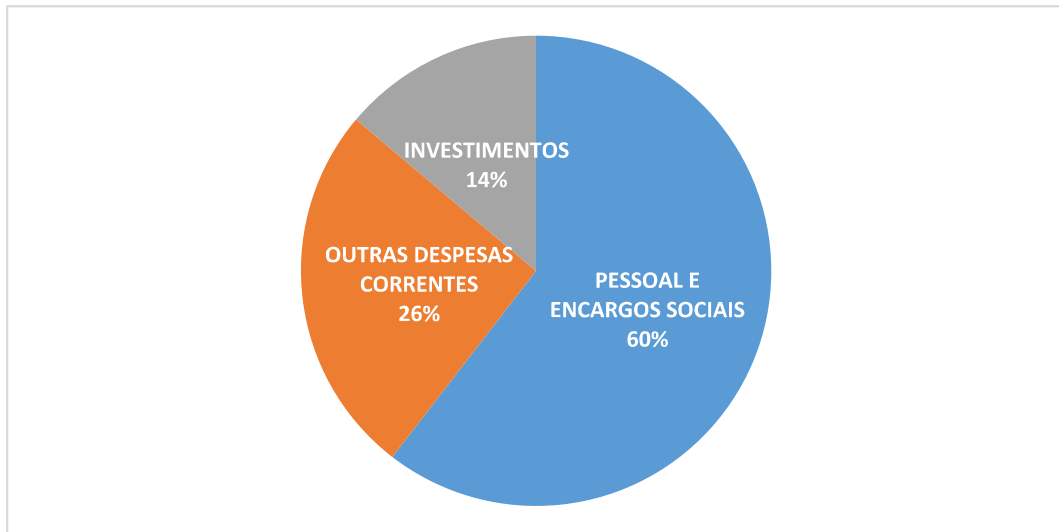
Os Gráfico 6 e 7 apresentam os dados da execução orçamentária, respectivamente, em valores totais e percentuais.

Gráfico 6 - Execução orçamentária total da UFOPA (2010 a 2019)



Fonte: Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2020)

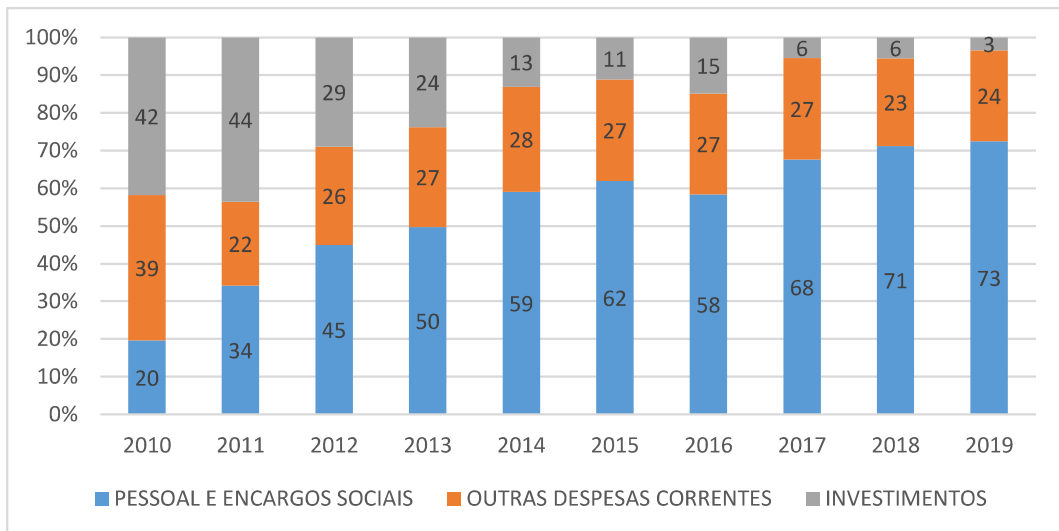
Gráfico 7 - Execução orçamentária total da UFOPA em percentual (2010 a 2019)



Fonte: Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

No Gráfico 8 pode ser observado a proporção de cada grupo de despesa no decorrer de cada exercício financeiro.

Gráfico 8 - Proporção do orçamento executado por grupo de despesa



Fonte: Tesouro Gerencial (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando o Gráfico 8 nota-se o constante aumento em termos proporcionais das despesas com pessoal e encargos sociais, isso ocorre tanto pelo aumento desse tipo de despesa na Universidade, com o ingresso de novos servidores, juntamente com o aumento do quantitativo de servidores aposentados. Outro ponto que contribui para o aumento na proporção deste grupo de despesa, é devido a redução na proporção nos demais grupos, principalmente o grupo de investimentos, que

inicialmente era responsável por mais de 40% do orçamento, considerando que nos anos iniciais a UFOPA recebeu um aporte maior para as despesas de investimento, principalmente para atender ao seu processo de estruturação na região por meio da construção de prédios, aquisição de equipamentos, veículos dentre outros.

Conhecendo agora o dimensionamento do orçamento da Instituição, principalmente aquele que é destinado ao pagamento da remuneração dos servidores da Universidade (ativos, inativos e pensionistas), o próximo capítulo visará compreender de que forma este vultoso recurso influenciou na formação do quadro geral de servidores da Instituição.

3 A UNIVERSIDADE COMO UM POLO DE ATRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

Este capítulo visará compreender o processo de absorção de mão-de-obra endógena e exógena, assim como os processos migratórios provocados pela implantação de uma instituição de ensino superior pública e que tipo de qualificação essa mão-de-obra possui.

Tendo em vista o montante de orçamento destinado anualmente para o pagamento dos servidores do quadro docente e técnico-administrativo, é interessante compreender de que forma esse recurso implica no cenário socioeconômico local.

Após a sua implementação, a universidade tornou-se um polo de desenvolvimento, pois além de promover a formação de mão-de-obra qualificada que virá para atender as demandas locais e regionais, promovem e atraem investimentos, pessoas e capital, que quando inseridos na localidade dinamiza a economia local (MAILLAT, 2002).

Schneider (2002) complementa que a implantação de uma universidade em uma região, potencializa novas atividades e investimentos naquela localidade, pois uma instituição de ensino pública possui bastante recursos para manter o seu funcionamento.

Oliveira Junior (2014) reforça a universidade como polo de desenvolvimento, pois com a sua função de promover o ensino, pesquisa, extensão e promoção social, naturalmente tende a assumir um papel de grande importância no processo de desenvolvimento da região, pois a execução de suas atividades atraem empresas e consumidores que se beneficiam com o desenvolvimento promovido pela instituição de ensino.

Lopes (2003) aponta que os impactos financeiros causados pela instalação de universidades públicas em uma região estão relacionados à geração de empregos diretos e indiretos. Os empregos diretos são aqueles destinados a docentes e técnicos administrativos da universidade que residem na localidade, podendo também incluir

os estagiários e menores aprendizes que moram na região. Os empregos indiretos estão relacionados aos serviços de segurança, alimentação, limpeza, dentre outros, que são oferecidos por empresas terceirizadas que empregam mão-de-obra local.

Neste ponto, observando a universidade pública como objeto de estudo, é possível identificar, em um primeiro momento, que ela emprega mão-de-obra local e mão-de-obra oriunda de outras localidades. E esse capítulo visa compreender esses efeitos.

Sobre o emprego de mão-de-obra local, é algo natural que ocorra, não apenas em Santarém e sim nas demais regiões do país. Pois, comumente, um investimento instalado em uma determinada localidade tende a abranger a mão-de-obra disponível em seu entorno.

Quanto a mão-de-obra que migra em busca das oportunidades oferecidas pelas universidades, observa-se que principalmente os docentes, tendem a apresentar um movimento migratório peculiar, participando de processos de seleção para provimento de cargo em universidades públicas em várias regiões do país, visando além de bons salários, uma estabilidade e carreira consolidada no setor público.

Santos (1996) assinala as modificações que ocorrem nos espaços urbanos e as transformações no perfil migratório no Brasil.

Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias um incremento demográfico parecido, devido em grande parte ao jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. (SANTOS, 1996, p. 77)

Essa migração não pode ser compreendida apenas como o fluxo de pessoas, mas também de classes, religiões, cultura e até mesmo mercadorias, capitais e informações, conforme afirma Haesbaert (1999) que complementa afirmando que o migrante traz consigo um conjunto de experiências e vivências dos territórios por onde passou, o que acaba proporcionando uma troca de ideias com aqueles que ele venha a interagir em sua nova região.

As transformações econômicas, políticas e sociais, comumente são fatores de grande influência em processos migratórios de uma determinada região. E essa movimentação, possui notáveis momentos históricos que os relatam.

Nota-se que a partir da década de 1930, uma grande movimentação em direção a região sudeste do país, principalmente para o Estado de São Paulo, que passava por um grande processo de industrialização (PEREIRA, 2000), que se estendeu até a década de 1950. A partir da década de 1960 nota-se um declínio nas migrações direcionadas ao Centro-Sul do país e observa-se um grande fluxo migratório em direção ao Centro-Oeste, pois neste período executa o processo de construção da cidade de Brasília (SABBADINI e AZZONI, 2006).

Na década de 1970, o foco do processo migratório volta-se as regiões metropolitanas do país, expandindo-se na década de 1980 para as cidades médias na região Sudeste. Ferreira e Matos (2006) enfatizam que na década de 1990, percebe-se uma movimentação migratória impulsionada pela abertura econômica ao mercado externo e uma brusca redução nos gastos públicos, além da reordenação do mercado de trabalho movido pela descentralização industrial.

Pode ser atribuído a transferência de excedentes populacionais, principalmente entre as áreas rural e urbana, observando que essa migração ocorre de forma mais frequente no sentido da primeira para a segunda (TODARO, 1980).

A realidade industrial de determinada localidade tem forte influência nos fluxos migratórios. Singer (1980) ratifica que esse processo de migração se faz necessário quando contribuem com a reorganização da força de trabalho disponível. E Durham (1984) relaciona esse movimento a racionalidade econômica do migrante.

Germani (1970) observa que além do mercado de trabalho há outros fatores que impulsionam os movimentos migratórios. O autor menciona que devem ser consideradas as variáveis culturais, coletivas e individuais, que estão grandemente relacionadas a mobilidade social e conseqüentemente estão atrelados à modernização.

Há muitos fatores que podem afetar a dinâmica da migração populacional, Oliveira e Da Mata (2008) explicam que essas migrações causam efeitos no cenário

econômico das cidades afetadas, pois muitas das vezes essas movimentações ocorrem devido a oferta de trabalho, que costumam atrair mão-de-obra qualificada.

A migração de mão-de-obra que durante muitos anos se caracterizou pela chegada de trabalhadores não qualificados e de baixa escolaridade, hoje ocorre com a mão-de-obra mais qualificada. O *world book information system*, atrela a globalização do mercado de trabalho a tecnologia moderna que oferece mais oportunidades para as pessoas buscarem em outras regiões oportunidades de trabalho mais adequadas a sua formação (World Book Encyclopedia, 2007).

A migração de pessoas também ocasiona a migração de capital intelectual, Faggian e McCann (2009) destacam principalmente a mão de obra qualificada, que para Romer (1996) a qualificação da mão de obra é proporcional aos anos de estudos em que a pessoa foi submetida, concluindo que quanto mais anos de estudo, maior é o seu nível de instrução, o que torna a mão de obra mais qualificada, que deste espera-se maior produtividade no trabalho a ser desempenhado.

Quando a oferta de empregos é menor que a procura, muitos profissionais buscam se inserir em mercados de outras regiões (SOUZA, 2014). Com base nas afirmações dos autores supracitados, nota-se que a grande contribuição da migração de mão-de-obra qualificada, está na expansão desse conhecimento incorporado ao capital humano que passa a pertencer a cidade que lhe acolhe.

As cidades que estão relacionadas a uma melhor qualidade de vida, costumam ser mais atrativas aos migrantes qualificados. Oliveira e Da Mata, (2008, p. 1) afirmam que quanto “menor desigualdade social e menor nível de violência são importantes para a escolha por parte dos qualificados, assim como fatores climáticos, tais como invernos e verões menos rigorosos”.

Complementando o raciocínio dos autores acima, Golgher (2006) ressalta a importância dos fatores socioeconômicos como pontos chave de atratividade de mão-de-obra qualificada, e o autor enfatiza que as variáveis não econômicas também são levadas em consideração pelos migrantes qualificados, como a qualidade de vida e o nível de escolaridade da região onde pretendem se instalar, assim como as localidades que não apresentam grandes aglomerações como os grandes centros urbanos.

As motivações do migrante podem ser tanto de atração como de repulsão, Golgher, Rosa e Araujo Jr. (2005) apontam que os fatores de repulsão são mais proeminentes ao migrante de baixo poder aquisitivo, assim como os migrantes com maior poder aquisitivo são motivados pela atração da localidade de destino.

O migrante qualificado também é atraído pela nova região por questões relacionadas a qualidade de vida, atuação profissional, estabilidade financeira, proximidade dos demais familiares, assim como são motivados pela realização profissional, carreira e pelo fácil acesso a boas ofertas (APPLETON, *et. al.*, 2006).

Apesar dos muitos fatores preponderantes na atração de mão-de-obra qualificada, Smith (2009) enfatiza que a renda esperada é um fator sempre observado pelos migrantes e pesam nas tomadas de decisões na hora de migrar.

Oliveira e Da Mata (2008) abordam a migração qualificada como um “círculo virtuoso”, pois consideram que os municípios com escolaridade mais elevada são mais atrativos aos migrantes qualificados, que quando decidem permanecer na localidade, conseqüentemente aumentam a produtividade da localidade.

Sobre a migração qualificada no Brasil, há em particular, o movimento migratório dos professores, onde muitos se veem motivados a ingressar via concurso público, setor este que mais oferta vagas aos docentes, e visando a estabilidade na carreira profissional e melhores remunerações, os professores tendem muitas vezes a se deslocar a regiões distantes de seu local de origem, com o objetivo de ocupar vagas de trabalho oferecidas principalmente pelo setor público (SOUZA, 2014, p. 2).

Tanto o setor público quanto o privado podem solicitar mão-de-obra altamente qualificada de qualquer localidade, desde que o migrante se sinta atendido pelos benefícios que elas oferecem, como boa remuneração e um ambiente de trabalho adequado. Castells (1999) afirma que esses dois pontos são fatores de atração de grande importância, o migrante qualificado pode se deslocar de qualquer lugar em busca deste emprego.

Quando o migrante se encontra em dificuldades socioeconômicas, por muitas vezes aceita condições bem abaixo dos desejáveis, como baixo salário, más condições de trabalho, além de se encontrar longe de sua localidade de origem,

sofrendo muitas vezes preconceito por “ser de fora”, fatores esses que muitas vezes ocasionam na desistência de sua permanência na nova localidade (SOUZA, 2014).

A exemplo da região amazônica, em análise ao processo migratório ocasionado pela instalação de IFES, nas cidades Benjamim Constant e Humaitá, no interior do Amazonas, Mascarenhas e Braule (2009) afirmam que muitos docentes eram residentes na capital do Estado assim como os oriundos de outras localidades de fora do Amazonas.

O docente migrante possui uma particularidade importante na transmissão do conhecimento, pois ele pode atribuir ao ensino sua experiência adquirida em outro lugar. Mas para isso, o professor precisa se sentir pertencente a este novo lugar, o que contribui para um melhor rendimento de suas atividades, pois o sentimento de “estrangeiro” pode levar a desmotivação de uma melhor participação e rendimentos em seu trabalho (SOUZA, 2014).

É fundamental que o ambiente de trabalho, apresente condições favoráveis para que o docente continue exercendo suas atribuições na localidade onde se instalou, pois este é um fator bastante relevante para os migrantes continuarem exercendo o seu trabalho naquela nova região. Para Souza (2014), a rotatividade de docentes e técnicos administrativos em instituições de ensino, muitas vezes se dá pelas condições não favoráveis relacionadas ao ambiente de trabalho, o que acaba inviabilizando o andamento de muitos projetos e até mesmo na fundamentação de atividades básicas da instituição.

Souza (2014) complementa que a distância dos familiares é um fator relevante que pode levar o migrante a desistência de se firmar no novo trabalho. Essa desistência prejudica a instituição em seu processo tanto administrativo quanto educativo, pois a reposição dessa mão-de-obra pode demorar meses para ocorrer, tendo em vista o processo de contratação se dar por concurso público.

Para compreender melhor o processo de absorção de mão de obra ocasionado pela UFOPA o tópico a seguir trata da abordagem realizada por meio de entrevista semi-estruturada, onde os servidores docentes e técnicos-administrativos foram submetidos voluntariamente.

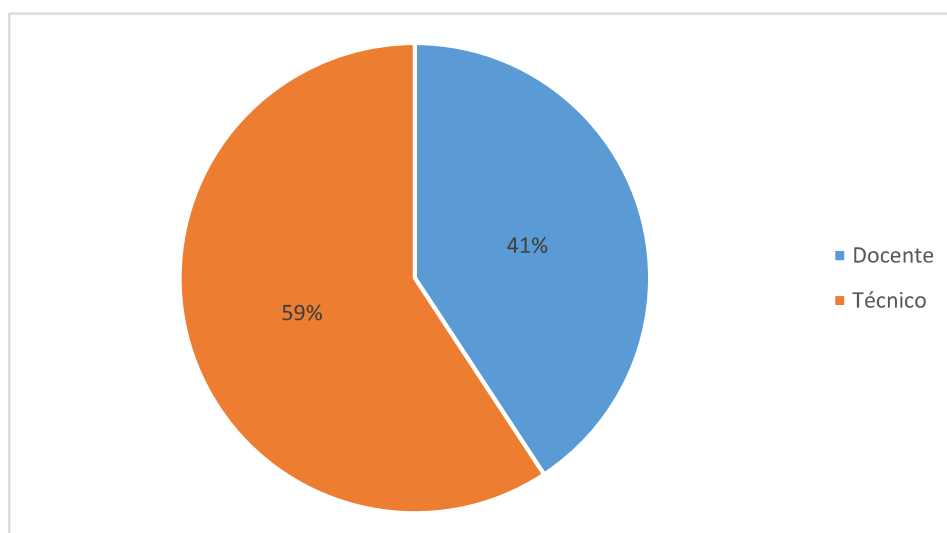
3.1 Análise dos dados

Com a finalidade de melhor compreender os efeitos socioeconômicos ocasionados pela implementação da UFOPA em Santarém, foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas (Apêndice A), com a finalidade de se realizar uma entrevista semiestruturada na qual os servidores docentes e técnicos-administrativos submeteram-se voluntariamente.

O questionário aplicado teve como objetivo analisar as informações concedidas pelos servidores como: a localidade de nascimento, localidade de onde residiam antes de ingressar na Instituição, tempo de serviço na Instituição, qual a qualificação ao ingressar e a atual e suas motivações para escolha da UFOPA como local de trabalho.

Participaram dessa pesquisa 328 servidores da UFOPA lotados nas unidades acadêmicas e administrativas situadas no município de Santarém/PA e demais *campi*. Sendo que para o desenvolvimento desta análise foram selecionados apenas os servidores lotados no campus de Santarém-PA, município este objeto da pesquisa. Com o refinamento das informações coletadas, o número de participantes ficou estabelecido em 297 servidores, sendo que 121 são pertencentes ao corpo docente e 176 compõe o quadro de técnicos-administrativo da Instituição, conforme Gráfico 9.

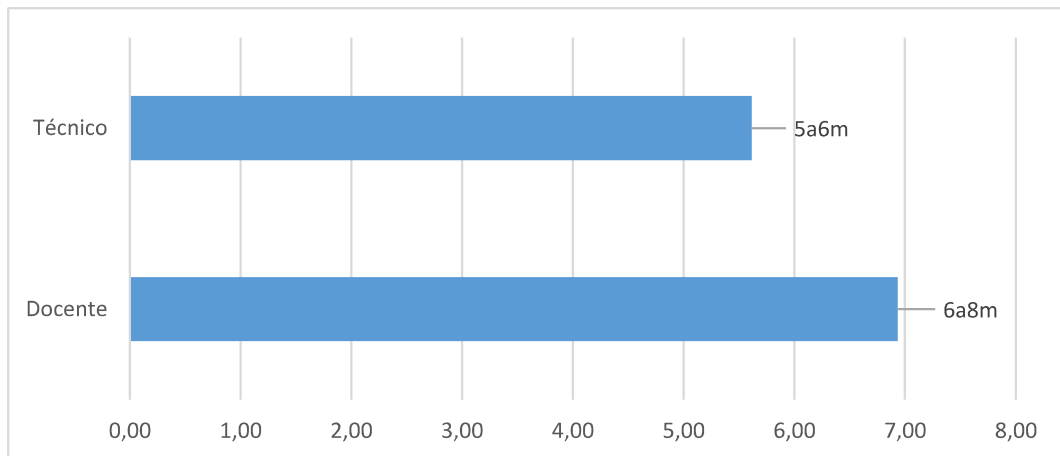
Gráfico 9 - Servidores (participantes) discriminados por cargo - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Um ponto importante é o tempo médio de serviço dos participantes, cujos resultados são apresentados no Gráfico 10, onde os docentes apresentaram média de 6 anos e 8 meses de serviço, enquanto os técnicos-administrativos a média de 5 anos e 6 meses de serviço. No quadro geral de servidores a média é de 6 anos e 2 meses.

Gráfico 10 - Tempo de serviço por cargo (participantes) - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

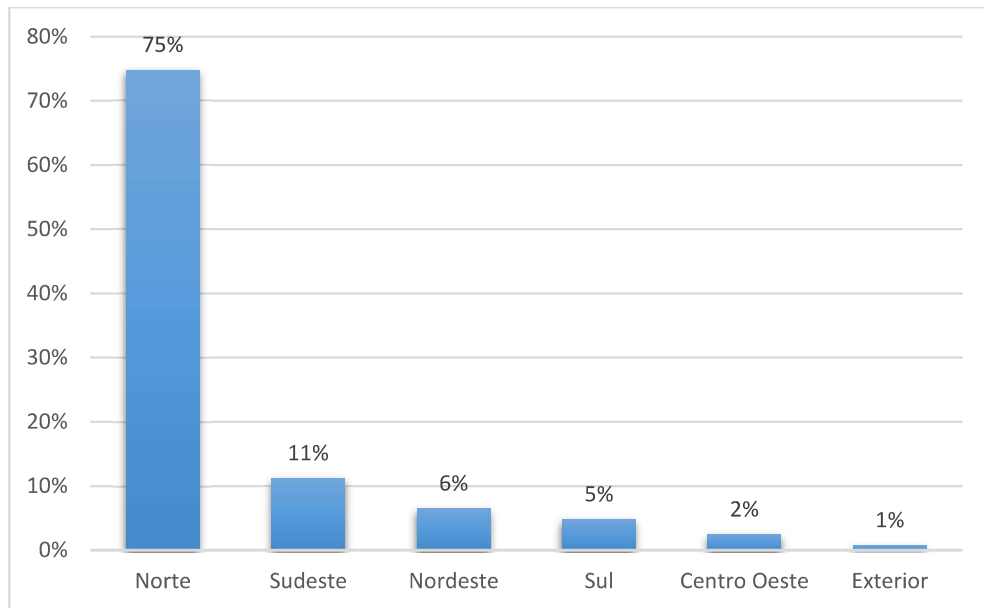
Observando o tempo de serviço dos servidores, analisa-se também fazendo distinção por sexo, onde os participantes do sexo masculino possuem média de 6 anos e 1 mês de tempo de serviço, enquanto as do sexo feminino têm 6 anos e 2 meses, apresentando um equilíbrio entre as médias de tempo de serviço.

Houve um equilíbrio referente a participação dos servidores, onde os técnicos-administrativos representam 59% dos participantes, quanto ao corpo docente, este totalizou em 41%. E quanto a participação do ponto de vista do sexo, o sexo masculino representou 52%, enquanto o feminino ficou em 48%.

A partir dos dados coletados é possível identificar a localidade e região onde nasceram os servidores que compõe o quadro atual da UFOPA e ao segregar e analisar os dados por categoria de servidor (docente e técnico) é possível ter uma melhor compreensão de como eles estão distribuídos.

Observando o Gráfico 11, que mostra o local de nascimento por região dos servidores da UFOPA que participaram da pesquisa.

Gráfico 11 - Localidade de nascimento dos servidores por região - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Ainda analisando o Gráfico 11, nota-se que a região norte é a principal localidade de nascimento dos servidores, representando 75% dos participantes e as demais regiões do país, juntamente com os nascidos no exterior representam os 25% restantes, com destaque para a região sudeste, com 33 servidores, que representa 11% dentre os 25%.

Fazendo uma análise entre os cargos, conforme dados apresentados na Tabela 2, a região norte continua predominando, tendo 61 docentes, que representam 51% e dentre os técnicos-administrativos, há 161 nascidos na região norte, que representam 91%. Outra região que mostrou uma quantidade relevante de docentes é a região sudeste, com 29 professores, que representam 24%.

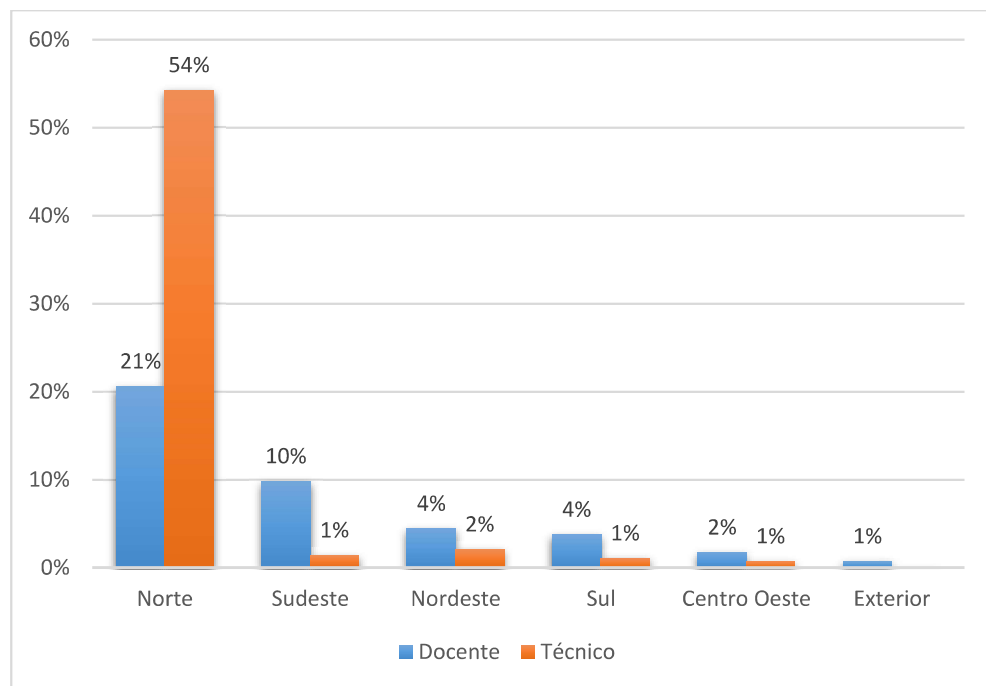
Tabela 2 - Localidade de nascimento dos participantes por região - UFOPA Santarém 2018

Nascimento por Região	Docente	Técnico	Total
Norte	61	161	222
Demais Regiões	60	15	75
Total	121	176	297

Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Observando a região de nascimento dos servidores, conforme dados apresentados na Tabela 2 e o Gráfico 12, é possível identificar que os docentes estão divididos entre aqueles que nasceram na região norte (51%) e os que são naturais das demais regiões do país (49%), juntamente com estrangeiros (2 servidores, um de naturalidade espanhola e outro norte-americano), o que dá uma característica culturalmente variada na mão-de-obra dos professores. Já os técnicos-administrativos, apresenta característica bem distinta, pois a maioria são predominantemente naturais da região norte (91%), tendo assim uma característica mais regional na mão-de-obra dos técnicos-administrativos.

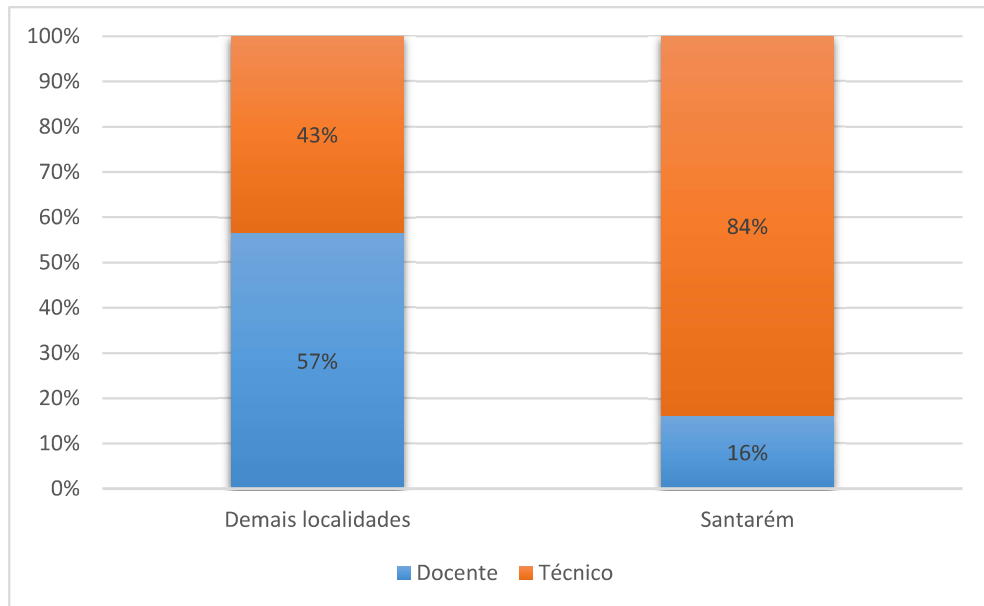
Gráfico 12 - Localidade de nascimento dos participantes (cargo e região) - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando o Gráfico 13, é possível identificar que 39% (117 de 297) da mão-de-obra da UFOPA é composta por servidores naturais de Santarém-PA e 61% (180 de 297) de localidades fora de Santarém (demais municípios do país e exterior). Concedendo assim uma característica mais “estrangeira” a mão-de-obra da universidade.

Gráfico 13 - Localidade de nascimento dos participantes por município - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Ainda observando o Gráfico 13, os docentes foram os que mais contribuíram para o “estrangeirismo” do quadro de pessoal da UFOPA, pois dentre os docentes entrevistados (121), 84% (102 de 121) são nascidos fora de Santarém-PA, em contraponto aos naturais do município sede (19 de 121) que representam apenas 16% do efetivo.

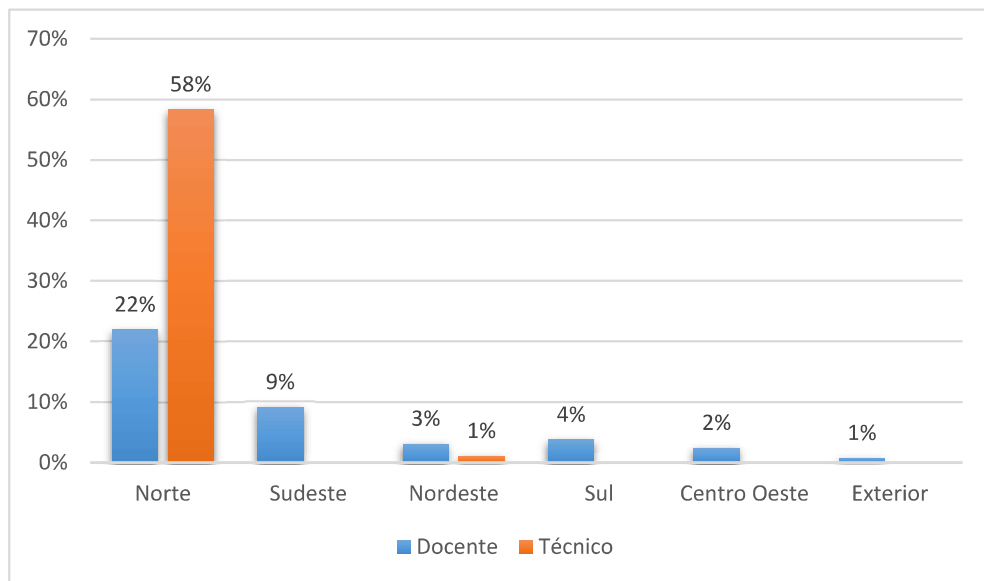
Os técnicos-administrativo já apresentam um certo equilíbrio, com 56% (98 de 176) dos servidores nascidos em Santarém-PA, enquanto os demais representam 44% (78 de 176) nascidos nas demais localidades.

Analisando os servidores nascidos em Santarém-PA (117 de 297) e fazendo a segmentação por cargos, nota-se a predominância dos técnicos-administrativo que representam 84% (98 de 117) dos servidores Santarenos, enquanto os docentes com apenas 16% (19 de 117) naturais do município sede, fazendo com que os técnicos apresentem uma característica mais caseira da mão-de-obra da Universidade.

Quanto aos servidores nascidos em outras localidades (180 de 297), os docentes representam 57% (102 de 180), frente aos TAE's com 43% (78 de 180).

Assim como é importante identificar a localidade de nascimento dos servidores, se faz necessário identificar em qual localidade os servidores residiam antes de ingressarem na Instituição. O Gráfico 14 apresenta os resultados sobre esse questionamento, onde foi possível compreender que 80% (238 de 297) dos participantes já se encontravam na região norte do país, com destaque para o estado do Pará, com 73% (216 de 297).

Gráfico 14 - Região onde residiam os servidores participantes - UFOPA Santarém 2018



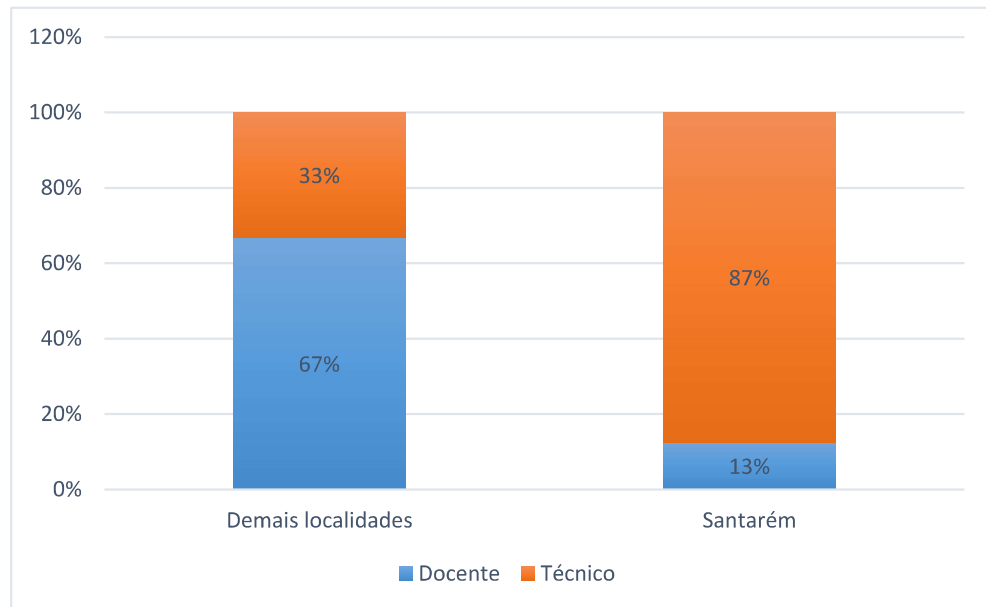
Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Ampliando a análise, discriminando os participantes por cargos (conforme o Gráfico 14), a região norte permanece predominando, tendo 65 docentes (dentre os 238 servidores), que representam 27% dentre aqueles que já residiam na região norte, enquanto os técnicos-administrativos, com 173 (de 238) nascidos na região norte, representando 73%. Outra região que mostrou uma quantidade relevante de servidores, são os que residiam na região sudeste, com 27 servidores (dentre os 59 servidores das demais regiões), todos eles docentes, representando 46% dos que residiam nas demais regiões do país.

Analisando o quadro geral dos participantes, da perspectiva do município de Santarém, no Gráfico 15 é possível identificar que 48% da mão-de-obra da UFOPA já residia no município de sede da Universidade, enquanto que 52% encontravam-se em outra localidade, fora de Santarém-PA. E apesar do aparente equilíbrio entre os

residentes em Santarém e os das demais localidades, nota-se que a mão-de-obra da Universidade, em sua maioria é composta por migrantes.

Gráfico 15 - Localidade onde residiam os servidores



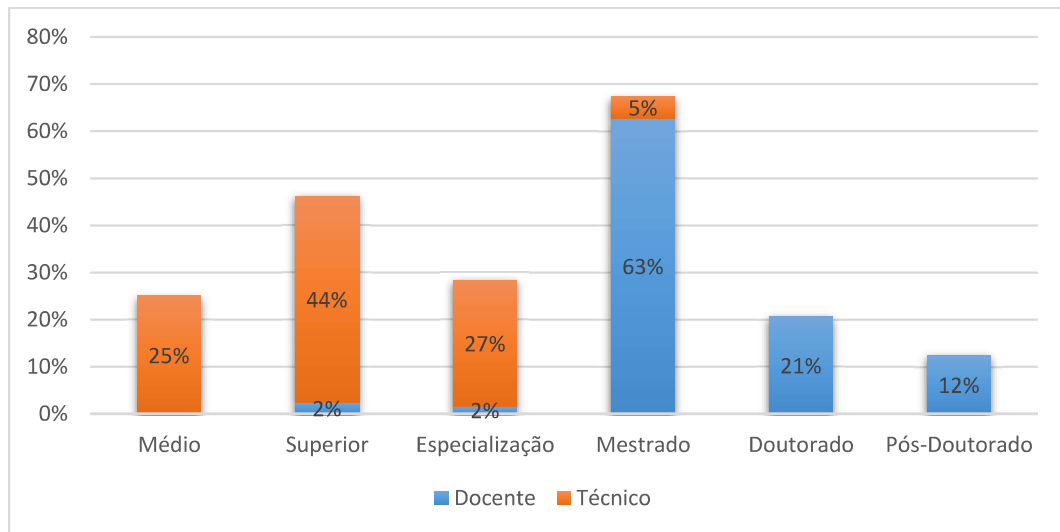
Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Dos servidores que residiam nas demais localidades (154 de 297), o que corresponde a 52% dos entrevistados, os docentes foram os que mais contribuíram, representando 67% (103 de 154), em contraponto aos técnicos-administrativos com 33% (51 de 154).

Observando os servidores já residentes no município sede, que correspondem 48% dos entrevistados (143 de 297), os técnicos-administrativo representam expressivamente 87% (125 de 143), enquanto os docentes representam apenas 13% (18 de 143).

Tratando-se de uma instituição pública de ensino de graduação e pós-graduação, pressupõe-se que a mão-de-obra empregada na Instituição seja amplamente qualificada, e essa hipótese acaba se confirmando com os servidores participantes da pesquisa. Observando o Gráfico 16, ao ingressarem na Instituição, 85% (253 de 297) dos participantes já eram ao menos graduados e atualmente esse número elevou-se para 98% (291 de 297) com graduação e pós-graduação.

Gráfico 16 - Qualificação do servidor participante (no ingresso) - UFOPA Santarém 2018



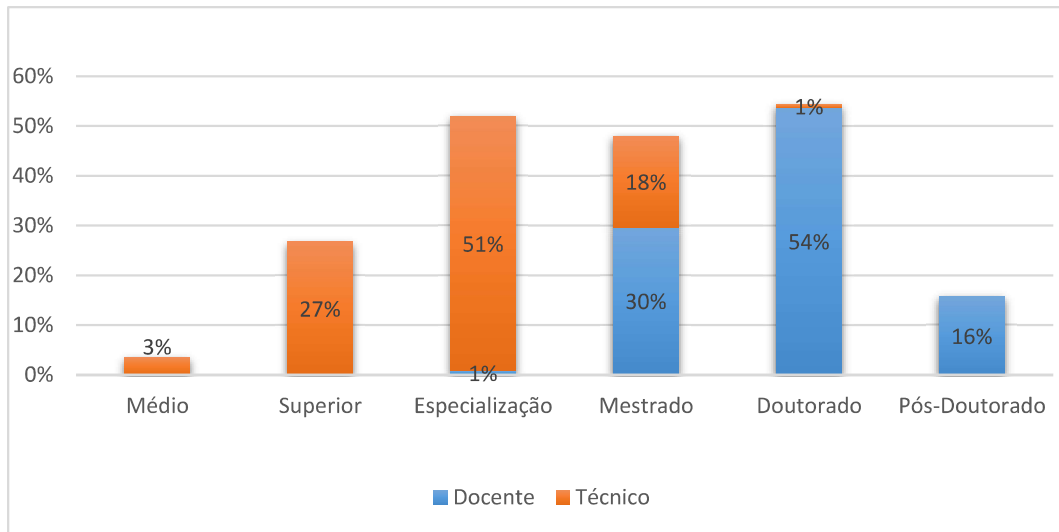
Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando o Gráfico 16, nota-se que no momento do ingresso do servidor na UFOPA, o perfil de qualificação de docentes e técnicos-administrativos são bastante distintos, pois observa-se que dentre as classes das pós-graduações *stricto sensu* e o pós-doutorado, juntos somam 124 (de 297) participantes, correspondendo a 42% dos entrevistados, os docentes representam 93% (116 de 124), com destaque para o nível de mestrado, com 76 docentes, assim como representam 100% dos doutores e pós-doutores.

Nos cargos de nível médio, graduação e pós-graduação *lato sensu*, onde há 173 servidores (de 297), é possível observar a predominância dos técnicos-administrativos nessas classes, onde eles representam 97% (168 de 173), compondo quase que em sua totalidade os níveis de graduação e especialização, mas também há técnicos que se encontram em nível de mestrado, mesmo com uma participação de aproximadamente 10%, sendo 8 técnicos dentre o total de 84 mestres.

Analisando as respostas dos entrevistados, nota-se que desde o ingresso na Instituição, a mão-de-obra da UFOPA já pode ser considerada qualificada, mas uma característica importante a ser mencionada é que essa mão-de-obra continua se qualificando. No Gráfico 17, pode ser analisado o perfil atual da qualificação dos servidores participantes.

Gráfico 17 - Qualificação do servidor participante (atual) - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Os docentes ainda predominam nos níveis de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente nos níveis de doutorado e pós-doutorado, onde temos 85 servidores, sendo apenas 1 técnico-administrativo. Já no nível de mestrado, agora há um equilíbrio entre docentes e técnicos, pois dos 68 servidores mestres, 53% (36 e 68) são docentes e 47% (32 de 68) são técnicos.

Os técnicos-administrativos continuam prevalecendo nos níveis médio, de graduação e pós-graduação *lato sensu*, onde eles representam praticamente 99% (143 de 144) dos servidores com esses níveis de qualificação. Ao filtrar os dados dos docentes, obtém-se as seguintes informações:

Tabela 3 - Qualificação docente (participantes) - UFOPA Santarém 2018

Qualificação Atual	DOCENTES	Qualificação Ingresso				Total
		Doutor	Especialista	Mestre	Pós-Doutor	
Doutor	24	---	40	---	1	65
Especialista	---	---	---	---	1	1
Mestre	---	1	34	---	1	36
Pós-Doutor	1	1	2	15	---	19
Total	25	2	76	15	3	121

Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando a composição das progressões dos docentes, conforme a Tabela 3, as variações que mais se destacam, são nos grupos dos doutores e mestre, nota-se que inicialmente havia 25 doutores e atualmente há 65 docentes com essa qualificação, apresentando um aumento de 160% no quadro de docentes doutores. A composição atual dos professores doutores é formada por 40 docentes que tinham o título de mestre e 1 graduado, que progrediram até ao doutorado, assim como 24 dos 25 iniciais que permaneceram na qualificação, tendo assim, apenas 1 que passou para a qualificação de pós-doutor.

No quadro de docentes mestres, que inicialmente somavam 76 professores, atualmente há 36 mestres, apresentando uma redução de aproximadamente 53%, que ocorreu devido a progressão de 42 mestres para os níveis de qualificações acima (40 doutores e 2 pós-doutores). Dentre os 76 docentes, 34 permaneceram com a qualificação de mestre, sem progredirem nesse período.

Dentre os que ingressaram já com a qualificação de pós-doutor, 15 docentes, atualmente há 19 docentes com pós-doutorado, um aumento de aproximadamente 27%, que progrediram dos níveis de especialista (1), mestre (2) e doutor (1).

Analisando as progressões dos técnicos-administrativos, conforme informações na Tabela 4, encontra-se as seguintes informações:

Tabela 4 - Qualificação técnicos-administrativo - UFOPA Santarém 2018

Qualificação Atual	TÉCNICOS	Qualificação Ingresso				Total
		Especialista	Médio	Mestre	Graduado	
	Doutor	---	---	1	---	1
	Especialista	38	6	---	46	90
	Médio	---	6	---	---	6
	Mestre	9	4	7	12	32
	Graduado	---	28	---	19	47
	Total	47	44	8	77	176

Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A Tabela 4 que aborda as progressões dos técnicos-administrativos da UFOPA mostra que atualmente, 90 técnicos (de 176) possuem o título de especialista, um aumento de aproximadamente 92% em relação ao ingresso que somavam 47 técnicos. Esse aumento tão relevante ocorreu devido a progressão de 52 técnicos,

sendo 6 que eram de nível médio e 46 que eram graduados. Assim como 38 que não progrediram e permaneceram no nível de especialista.

Dos 44 servidores técnicos que inicialmente ingressaram com nível médio, atualmente há apenas 6, apresentando uma redução de 86%, tendo em vista que os 38 técnicos migraram para os níveis subsequentes, onde 28 tornaram-se graduados, 6 especialistas e 4 mestres.

Com a qualificação de mestrado, que inicialmente haviam 8 técnicos, dentre os 8 iniciais, apenas 1 progrediu, migrando para o nível de doutor, os demais permaneceram com o título de mestre. Atualmente há 32 técnicos mestres, apresentando um aumento de 300% em relação ao quadro inicial. Os 25 novos mestres vieram 4 do nível médio, 12 dos graduados e 9 dos especialistas.

Observando as progressões sob um panorama geral dos servidores, conforme demonstrados na Tabela 5, encontra-se os seguintes dados:

Tabela 5 - Qualificação servidores (participantes) - UFOPA Santarém 2018

Qualificação Atual	SERVIDORES	Qualificação Ingresso						Total
		Doutor	Especialista	Médio	Mestre	Pós-Doutor	Graduado	
	Doutor	24	---	---	41	---	1	66
	Especialista	---	38	6	---	---	47	91
	Médio	---	---	6	---	---	---	6
	Mestre	---	10	4	41	---	13	68
	Pós-Doutor	1	1	---	2	15	---	19
	Graduado	---	---	28	---	---	19	47
	Total	25	49	44	84	15	80	297

Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

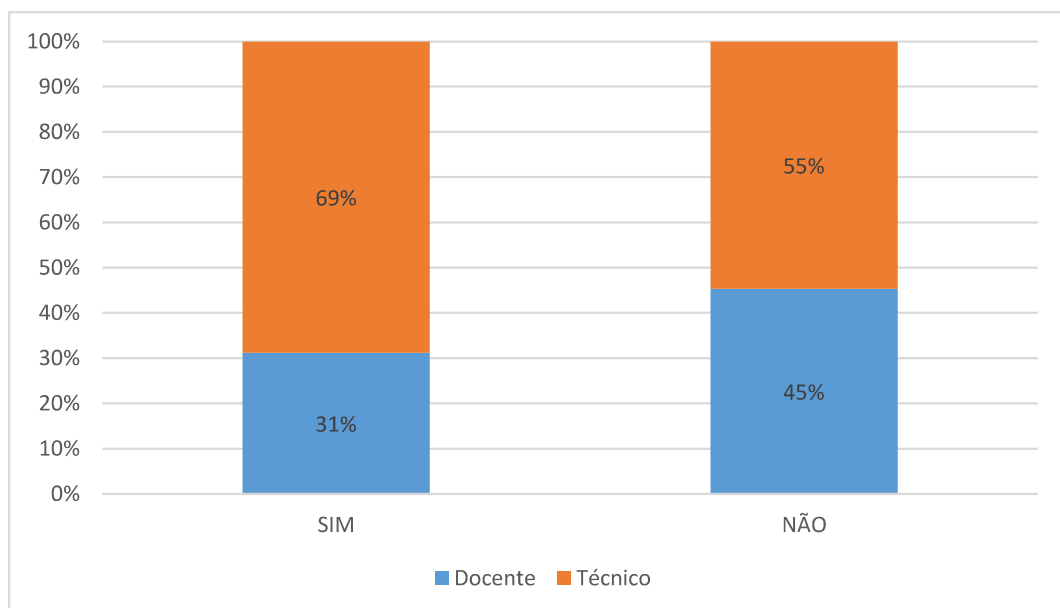
Os servidores de nível médio, que são compostos em sua totalidade por técnicos, inicialmente eram 44 e atualmente são apenas 6, apresentando uma redução de 86%, sendo assim o nível que mais diminuiu dentre os demais, pois 28 técnicos migraram para o nível de graduados, 6 para especialistas e 4 tornaram-se mestres. Dentre os servidores graduados, inicialmente eram 80 servidores e atualmente correspondem a 47, todos eles técnicos-administrativos, e apresentou uma redução de 41%, nota-se que houveram mais servidores progredindo para os níveis acima do que aqueles progrediram do nível médio para a graduação, pois 47

passaram para o nível de especialista, 13 tornaram-se mestres e 1 adquiriu o título de doutor, enquanto 28 de nível médio passaram a ter o título de graduação.

Os especialistas inicialmente eram 49 servidores e atualmente somam 91, apresentando um aumento de 86%, devido a progressão de 6 técnicos de nível médio e de 47 graduados. Os servidores mestres, eram compostos inicialmente por 84 servidores e atualmente correspondem a 68, tendo uma redução de 19%, devido o número de mestre que progrediram ter sido maior que o número e novos mestres formados, pois progrediram para o nível de mestrado foram 27 servidores, sendo 4 de nível médio, 13 graduados e 10 especialistas. E dos 43 mestres que progrediram, 41 tornaram-se doutores e 2 pós-doutores.

Inicialmente havia 25 doutores e atualmente há 66, o que representa um aumento de 124%. O número de doutores aumentou devido as progressões de 41 mestres e 1 graduado. O pós-doutor foi o nível que menos evoluiu, pois inicialmente havia 15 docentes, atualmente há 19 professores, apesar do aumento de 27%, esse percentual corresponde a apenas 4 docentes. Por meio da análise das progressões dos servidores é possível identificar que muitos não progrediram desde o seu ingresso, observe o Gráfico 18 e sua análise.

Gráfico 18 - Quantitativo de progressão (participantes) - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando as progressões de todos os servidores, nota-se que dentre os 282 participantes da pesquisa (sendo 297 participantes e excluindo 15 docentes que não teriam mais como progredir, pois já se encontram em nível de pós-doutorado), 55% (154 de 282) do quadro progrediram para os níveis subsequentes, enquanto que 45% (128 de 282), permaneceram na mesma qualificação.

Ainda em análise dos servidores que progrediram, os docentes representam 31% (48 de 154), enquanto os técnicos-administrativos são 69% (106 de 154). Em contraponto com aqueles que não progrediram desde o seu ingresso, os docentes compõem 45% (58 de 128), enquanto os técnicos são 55% (70 de 128).

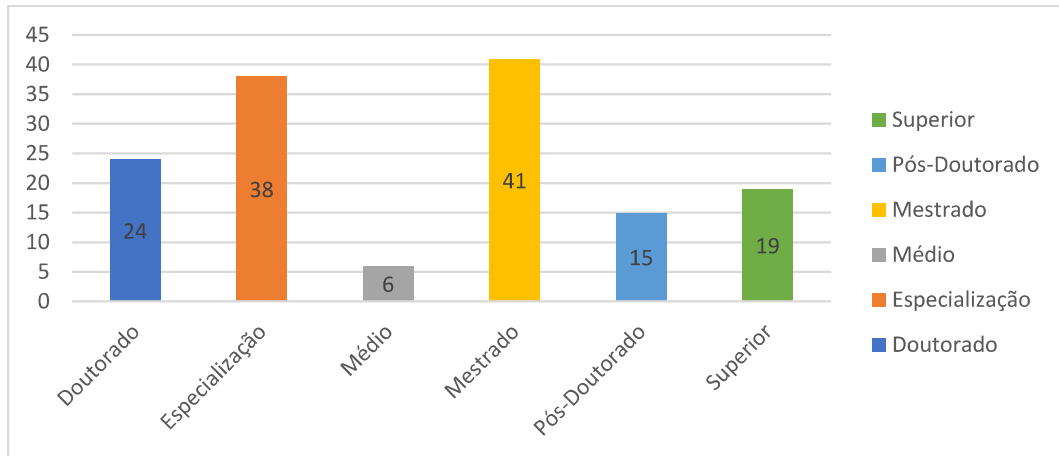
Fazendo essa mesma análise sobre as progressões, mas sob o ponto de vista de cada cargo, nota-se que dos 106 docentes participantes (121 menos os 15 pós-doutores), 48 progrediram (45%) e 58 não progrediram (55%), enquanto que no quadro de técnicos-administrativos, 176 servidores, 106 progrediram (60%) e 70 não progrediram (40%).

Apesar da média do nível de qualificação dos técnicos ser bem menor em relação aos docentes, a categoria de técnico administrativo possui os servidores que mais progredem no plano de carreira.

Analisando quantitativamente, o nível de qualificação que mais progrediu, foram os graduados, com 61 servidores que migraram para os níveis subsequentes, em seguida foram os mestres com 43 e os de nível médio com 38. Dos 61 graduados que progrediram, 47 passando para o nível de especialista, 13 tornaram-se mestres e 1 passou ser doutor.

Dentre os mestres, 41 concluíram o doutorado e 2 alcançaram o pós-doutorado. E por fim, dos 38 servidores de nível médio que progrediram, 28 se graduaram, 6 fizeram especialização e 4 obtiveram o título de mestre. Em contraponto, foram evidenciados os servidores que permaneceram no mesmo nível de qualificação desde o seu ingresso na instituição, onde no Gráfico 19 é possível identificar.

Gráfico 19 - Servidores que não progrediram - UFOPA Santarém 2018



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Ao analisar os servidores que não progrediram e calcular proporcionalmente o quanto eles representam em seu nível de qualificação atual, nota-se que os graduados correspondem a 40% (19 de 47) do quadro atual, enquanto que os especialistas são 42% (38 de 91), em seguida temos os mestres que possuem 60% (41 de 68) e por fim os doutores que são 36% (24 de 66) em relação ao quadro atual de qualificação dos servidores.

No questionário aplicado, o último tópico se trata da seguinte pergunta: “Qual foi o principal atrativo que o levou a escolher a UFOPA como o seu local de trabalho?”. A resposta não era delimitada como nas perguntas anteriores, neste item, o participante possui um “espaço livre” para expressar sua resposta. Vale ressaltar que dentre as 10 (dez) perguntas efetuadas aos entrevistados, essa era a única que não era obrigatória.

Dentre os 297 participantes analisados, apenas 19 optaram em não responder esse tópico, o que corresponde a um aproveitamento de 94% dos entrevistados.

As respostas dos servidores foram analisadas com base nos métodos e técnicas utilizadas por meio de Análise de Conteúdo que é definida por Caregnato e Mutti (2006, p.682) como “uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social”.

A Análise de Conteúdo também é descrita por Bauer (2002, p.192) como “a semântica estatística do discurso político”, por ela apresentar abordagens quantitativas e qualitativas, onde a quantitativa delinea-se nas frequências das características e suas repetições. Para esta análise, utiliza-se o método por categorização, que é definido por Bardin (2002, p.117) como:

“uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. (BARDIN, 2002, p.117)

Caregnato e Mutti (2006) abordam a análise de conteúdo buscando categorizar os elementos que compõe o texto, por meio das frases que se repetem, utilizando assim a técnica da análise por categorias temáticas ou análise categorial que segundo a definição de Bardin (2002, p.153) “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. [...] é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos e simples”.

Os docentes representam 41% dos participantes, sendo eles 121 dentre os 297. Nesta pergunta aberta do questionário, apenas 3 docentes optaram em não responder, tendo assim um aproveitamento de 98%, com 118 respostas a serem analisadas. Após o levantamento quantitativo na lista de palavras, foram identificadas 449 palavras, se consideradas as palavras repetidas, esse quantitativo aumenta para 1.072 palavras. Em seguida foi efetuada a revisão das respostas e categorização dos elementos textuais, que visou identificar ao menos dois elementos chaves nas respostas dos professores, onde foram identificados as 5 (cinco) maiores categorias que estão listadas na Tabela 6:

Tabela 6 - Categorização de palavras - Motivações dos docentes para trabalhar da UFOPA (2018)

Posição	Categoria	Nº de repetições
1º	Profissional	72
2º	Atuação	62
3º	Região	55
4º	Oportunidade	34
5º	Estabilidade	23

Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com base nas respostas dos docentes e nas principais categorias de palavras encontradas, nota-se que os docentes tiveram como suas principais motivações, a oportunidade de atuar profissionalmente na região onde a universidade foi implementada, com a segurança da estabilidade proporcionada pelo cargo ocupado por meio de concurso público. Abaixo segue uma nuvem de palavras (Figura 6) que foi criada utilizando integralmente todas as respostas dadas pelos docentes participantes.

Figura 6 - Nuvem de palavras - Motivações dos docentes para trabalhar na UFOPA (2018)



Fonte: pesquisa direta (2018) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Os técnicos-administrativos representam 59% dos participantes, sendo eles 176 dentre os 297. Nesta pergunta aberta do questionário, apenas 16 técnicos optaram em não responder, tendo assim um aproveitamento de 91%, com 160 respostas a serem analisadas.

Após o levantamento quantitativo na lista de palavras, foram identificadas 374 palavras, se consideradas as palavras repetidas, esse quantitativo aumenta para 1.106 palavras. Em seguida foi efetuada a revisão das respostas e categorização dos elementos textuais, que visou identificar dois elementos chaves nas respostas dos técnicos, onde foram identificados as 5 (cinco) maiores categorias que estão listadas na Tabela 7 a seguir:

3.2 Resultados alcançados e análise sobre a mão de obra qualificada da ufopa

Na conclusão deste capítulo com base na análise efetuada sobre as respostas dos participantes, nota-se as características peculiares da mão de obra empregada pela Universidade, pois apesar de no contexto geral dos participantes ela ser considerada exógena, ao analisar por cargos é possível identificar que os técnicos-administrativos possuem características endógenas, enquanto que os docentes apresentam características exógenas, como já mencionado por Souza (2014).

Quanto ao nível da mão de obra da Instituição, considerada bastante qualificada, quando comparada a outras instituições de ensino da região (privados e públicas) e também a entidades que atuam fora do segmento da educação, devido a predominância de servidores com no mínimo o título de graduação, ao segmentar esta análise por cargos, os docentes prevalecem nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado, enquanto que os técnicos mais comumente se encontram nos níveis médio, graduação e especialização, também tendo uma significativa participação no nível de mestrado. Isso ocorre principalmente pelos pré-requisitos exigidos em seus respectivos processos de seleção.

Após o ingresso na Instituição, nota-se que a qualificação dos servidores da instituição não é algo estático, pois a maioria dos servidores continuaram a progredir, pois se vêem motivados principalmente pelos incentivos financeiros que seus respectivos planos de carreira proporcionam, fazendo com que a mão de obra empregada pela instituição, continue se aperfeiçoando, com a expectativa de que essa melhoria seja refletida nas atividades desenvolvidas pelos servidores em suas respectivas áreas de atuação, conforme o foi apontado por Romer (1996) e enfatizada por Faggian e McCann (2009).

Outro ponto importante destacado pelos servidores participantes, foi compreender a motivação que os levou a escolher a UFOPA como seu ambiente de trabalho, apesar das peculiaridades de cada cargo, as motivações foram bastante semelhantes, ao enfatizarem a estabilidade proporcionada pelo cargo público, seguidos da oportunidade de atuarem em suas áreas de formação, considerando a localidade onde se encontra a Universidade, principalmente por se estabelecer em território amazônico, assim como há o fator salário, que ao comparar com outras

instituições, principalmente no setor privado, a Universidade proporciona uma remuneração e benefícios bem superiores as demais entidades.

Do ponto de vista econômico, com o advento principalmente da mão de obra exógena empregada pela Instituição, o mercado imobiliário foi o mais fomentado, considerando que muitos servidores são oriundos de outros municípios e ao chegarem em Santarém necessitavam de um local para sua moradia, residindo em imóvel alugado ou imóvel próprio.

Considerando essa demanda habitacional, nota-se o crescente aumento de novas edificações par fins residências, assim como a supervalorização de imóveis já edificado e localizados em regiões mais centrais da cidade.

A despesa com moradia é a que mais se destaca, como será observado no capítulo 4 desta dissertação, onde 46% dos servidores possuem imóvel próprio e 42% residem em imóvel alugado, contribuindo assim (direta e indiretamente) com mais de R\$ 11,7 milhões por ano para o setor imobiliário, que junto deste contribuem para segmentos da construção civil, desde a mão de obra relacionada como os materiais de construção e afins.

4 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO FOMENTO DA ECONOMIA LOCAL

Como foi abordado no capítulo anterior, as universidades funcionam como um polo de atração de mão-de-obra qualificada nas regiões onde se instalam, tendo um significativo orçamento que impulsiona a contratação em larga escala de mão-de-obra, seja ela de característica endógena ou exógena, pois com base nos participantes da pesquisa, 52% residiam fora do município de Santarém antes de ingressarem na Instituição.

Empregando mais de 1.000 servidores que atuam nas unidades administrativas e acadêmicas localizadas no município sede (Santarém/PA), o território onde a Instituição se encontra sofre alterações não apenas relacionadas às migrações que ocorrem para a localidade, há também as alterações ocorridas no âmbito econômico, tendo em vista que a Instituição emprega um alto número de servidores públicos que possuem remunerações acima da média local.

Devido à alta empregabilidade e a grande quantidade de recurso que a Instituição acrescenta a região (principalmente o recurso para pagamento de pessoal), este capítulo tem como objetivo verificar quais setores da economia local são os mais favorecidos por meio da execução orçamentária da Instituição, e foi delimitado o recurso destinado a folha de pagamento dos servidores para aprofundamento e melhor compreensão deste capítulo.

Os maiores efeitos econômicos são ocasionados onde a instituição está localizada, pois Lopes (2003) afirma que os gastos realizados para o funcionamento de uma IFES repercutem em vários aspectos significativos sobre a economia dos municípios que sediam uma universidade pública.

Rolim e Serra (2009) afirmam que universidades situadas em municípios menores, são instituições que empregam bastante mão-de-obra direta e indireta e com salários comumente mais elevados que a média local.

É extremamente válido levar em consideração as transformações que acontecem ao entorno da instituição, como a valorização imobiliária, o surgimento de novos empreendimentos comerciais (shopping, lojas, restaurantes, empresas de serviços, dentre outros) que influenciam diretamente na melhoria da infraestrutura que

trazem benefícios a população em geral, que se inicia com a geração de empregos (BOVO; SILVA; GUZZI, 1996).

Rolim e Kureski (2007); Rolim e Serra (2009) e Hoff et al. (2011) enfatizam as influências que as universidades propagam nas regiões onde se instalam, desde o aumento populacional, seguido pelo aquecimento imobiliário, atividades comerciais e prestação de serviços, fomentando um desenvolvimento econômico em diversos segmentos da economia local.

Analisando a universidade como um atrativo de grande importância no surgimento de novas atividades e investimentos nas localidades onde estão instaladas, Schneider (2002) enfatiza que o volume considerável de recursos aplicados através dos salários dos servidores (docentes e técnicos-administrativo) ou por meio do consumo realizado pelos estudantes, acaba desencadeando um efeito multiplicador na economia da localidade.

Quanto aos impactos socioeconômicos gerados através dos rendimentos dos servidores, terceirizados e alunos, estes contribuem para o desenvolvimento do comércio local por meio de gastos com mantimentos, moradia, lazer e transporte.

Seguindo este mesmo pensamento, Bovo (1999, p. 27) destaca que:

a movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento dos salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos; das demais despesas de custeio; dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades cujo montante aumentava à medida que novos cursos iam sendo criados e novas vagas eram abertas nos já existentes constituem um conjunto de fatores que passaram a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais.

Seguindo ainda o raciocínio de Kosempel (1995), ele enfatiza que os rendimentos gerados pelo salário do pessoal técnico e docente, as compras diretas efetuadas pela universidade e as despesas pagas pelos estudantes e visitantes do campus revelam que a universidade potencializa a economia, impactando sobre a renda e empregos locais.

Goebel e Miura (2004) afirmam que a execução dos recursos da instituição são instrumentos importantes no fomento de novos investimentos na localidade, pois tendo como despesas o pagamento de salários aos servidores, de bolsas estudantis, contratação de terceirizados para prestação de serviços que empregam mão-de-obra local, como os serviços de motorista, segurança, limpeza e os relacionados a

construção civil, assim como os gastos efetuados com a aquisição de equipamentos, veículos e demais bens móveis, juntamente com os demais recursos destinados ao funcionamento da instituição

Maillat (2002) diz que as universidades tanto induzem como atraem investimentos, pessoas e capital, que dinamizam as economias locais. E Botelho Júnior (2004) afirma que toda atividade instalada em uma região resulta um efeito multiplicador dos investimentos, por meio do aumento do dispêndio, tendo em vista que, os trabalhadores gastarão boa parte de seus rendimentos, comprando e contratando serviços na localidade, o que ocasiona na geração de novas ofertas de trabalho, impactando positivamente o setor terciário.

O impacto sobre a demanda agregada, leva em consideração os gastos realizados pelas universidades com pagamentos de professores e funcionários, compras de materiais e demais pagamentos efetuados por elas sobre a economia da região. Como consequência, tal efeito multiplicador produzido pelos gastos, podem ser percebidos sobre as (i) famílias, como crescimento de renda, nos (ii) governos com o aumento da arrecadação e investimentos em infraestrutura e (iii) sobre as empresas locais, com o aumento da demanda e concorrentes. (ROLIM e SERRA, 2010, p. 31)

Os gastos realizados por todos os membros da comunidade acadêmica possuem um efeito bastante relevante na economia local, pois a universidade, por meio da execução de seu orçamento, indiretamente é um potencializador financeiro na circulação de renda por meio dos gastos realizados pelos servidores, alunos e terceirizados. Esse impacto financeiro indireto causado pela instituição, gera um efeito multiplicador na economia local, que reverbera nas rendas das famílias envolvidas, para as empresas que passam a demandar mais produtor e serviços e para o próprio governo devido ao aumento das arrecadações tributárias e contributivas (ROLIM E SERRA, 2010, ALVES, 2010, LOPES, 2012).

Complementando a citação supracitada, além dos efeitos ocasionados sobre a renda das famílias e das entidades governamentais, o efeito multiplicador ocasionado pela execução do orçamento da instituição provoca nas instituições privadas um aumento das demandas de produtos e serviços, que acaba ocasionando o aumento da concorrência no mercado local (ROLIM e SERRA, 2010).

De acordo com Lopes (2003, p. 20), “a universidade faz retornar a economia do município onde funciona, uma parcela dos recursos subtraídos através dos impostos arrecadados”, sendo possível compreender que a sociedade é beneficiada duplamente, pois além de fomentar a economia local por meio da execução de seus

recursos, a instituição promove o ensino que forma mão-de-obra qualificada, propaga o conhecimento científico, promove ações culturais e fomenta a inovação tecnológica, que visam a produção de capital intelectual na localidade que se encontra instalada.

O efeito multiplicador ocasionado pela universidade por meio de seus gastos, alcançam diversos segmentos da economia da região, como os supermercados, restaurantes, feiras, hotéis e pousadas, imobiliárias, dentre outros, que também executam os seus próprios gastos, dando prosseguimento ao efeito de multiplicação conforme a teoria econômica Keynesiana e o modelo de determinação da renda e do emprego (LOPES, 2012).

A composição do orçamento familiar é determinada pelos bens e serviços que a família pretende consumir conforme a sua renda disponível, que é comparada aos preços dos itens que se pretende consumir, visando a situação de equilíbrio entre o consumo e sua renda.

Sendo assim, o nível de renda é o principal fator para a composição do orçamento familiar. A exemplo de famílias mais pobres que tendem a investir seus recursos em itens vitais como alimentação e saúde, enquanto itens relacionados a moradia e vestuário recebem recursos em menor quantidade.

Quando estas famílias conseguem aumentar o seu orçamento, os itens relacionados a alimentação aumentam em quantidade e qualidade, substituindo alimentos mais baratos por itens mais caros que apresentem maior quantidade e/ou qualidade (PINTO et al., 1983).

As famílias com rendas mais opulentas, gastam com alimentos valores proporcionalmente menores em relação aos seus recursos e possuem despesas altas com moradia, em contraponto as despesas de famílias com orçamento bem menores. (PINTO et al., 1983). As despesas com vestimentas, itens de luxo e veículos, aumentam juntamente com a renda, assim como a poupança que possui um aumento extremamente relevante e quase nunca diminui (SHETH et al., 2001).

Conclui-se quando a renda de uma família aumenta, conseqüentemente o consumo de bens e serviços relacionados ao lazer, vestuário, saúde e cuidados pessoais, educação, itens de luxo e outros mais, aumentam em proporção significativa (PINTO et al., 1983).

Para Silva (2004) o nível da renda influencia diretamente no padrão de consumo das famílias, pois cada categoria assume um grau de importância na

composição das despesas de cada família, e de acordo com as tomadas de decisões baseadas no orçamento familiar, se estabelece quais bens e serviços serão prioritariamente consumidos, considerando a renda como fator principal da composição do orçamento, pois ele delimita ou até mesmo exclui quais itens serão ou não consumidos segundo sua essencialidade e valor.

As categorias de gastos como alimentação, saúde, transporte e habitação, são consideradas como despesas básicas, ou não discricionárias, que compõe o orçamento de todas as famílias, sendo mais relevantes nos orçamentos de famílias de baixa renda, enquanto que itens de bens duráveis como móveis e eletrodomésticos, lazer, aquisição de veículos, consideradas despesas discricionárias, aumentam conforme a renda familiar vai aumentando (SILVA, 2004).

O mercado não se limita a troca de mercadorias, acrescenta-se a esse conceito o território e as interações sociais que ocorrem, contudo, o consumo não pode ser tratado apenas como a apropriação de bens e serviços, pois ele também possui ligação com o ambiente que o permeia, considerando o território e sua bagagem cultural, já que consumir bens e serviços reflete a posição socioeconômica do indivíduo, por ser capaz de atribuir um *status* e estabelecer sua posição naquele ambiente (SILVEIRA, *et. al.*, 2006).

O consumo ao mesmo tempo que reúne pessoas, ele as distingue, classificando as pessoas e associando entre elas conforme os seus bens, criando estruturas sociais baseadas em seu poder aquisitivo (SILVEIRA, *et. al.*, 2006).

O consumo também está atrelado a cidadania, com base no seu direito ao acesso a bens e serviços, assim como atrela-se a cultura e política, dando ao consumo uma característica sociocultural, por ser possível identificar aspectos relevantes da sociedade das localidades em que se encontram. Sendo assim, o consumo reflete as características sociais, culturais, educacional e tecnológico de determinado meio (SILVEIRA e *et. al.*, 2006).

O consumo diz respeito à totalidade das interações sociais, desde a distinção entre grupos, até o estado do sistema educacional e das inovações tecnológicas. Consumir é participar dos cenários da vida social, de suas disputas e significados. A escassez de bens impõe certa lógica: a de que alguns se apropriem dos bens e outros não, em um processo que permite a distinção e união, o reconhecimento do valor dos bens ou sua desvalorização, assim como daqueles que os consomem. (SILVA, ARAÚJO e SOUZA, 2007, p. 105-106)

A administração pública fomenta o consumo por parte das famílias, por ser um segmento muito importante para a estrutura da sociedade, por fazer parte da cadeia de produção da economia local (SILVEIRA e *et. al.*, 2006).

4.1 Análise dos dados

Para compreender a contribuição de uma universidade no fomento da economia local, elaborou-se um questionário com questões abertas e fechadas (ver Apêndice B), tendo como público-alvo os servidores da UFOPA (docentes e técnicos), que se submeteram voluntariamente a pesquisa.

O objetivo do questionário é coletar informações sobre o perfil de gastos dos servidores da Universidade e identificar quais segmentos da economia local são os mais beneficiados com a aplicação indireta dos recursos orçamentários de despesa de pessoal da UFOPA.

O questionário foi elaborado para captar informações dos servidores da UFOPA, quanto as informações pessoais, como nome, nº SIAPE, cargo e cidade de lotação, informações que servem como identificação do participante, assim como informações de sua posição na economia familiar, com perguntas que identifiquem que o mesmo é arrimo de família e se possui alguma outra fonte de renda além do salário que advém do seu vínculo com a Universidade.

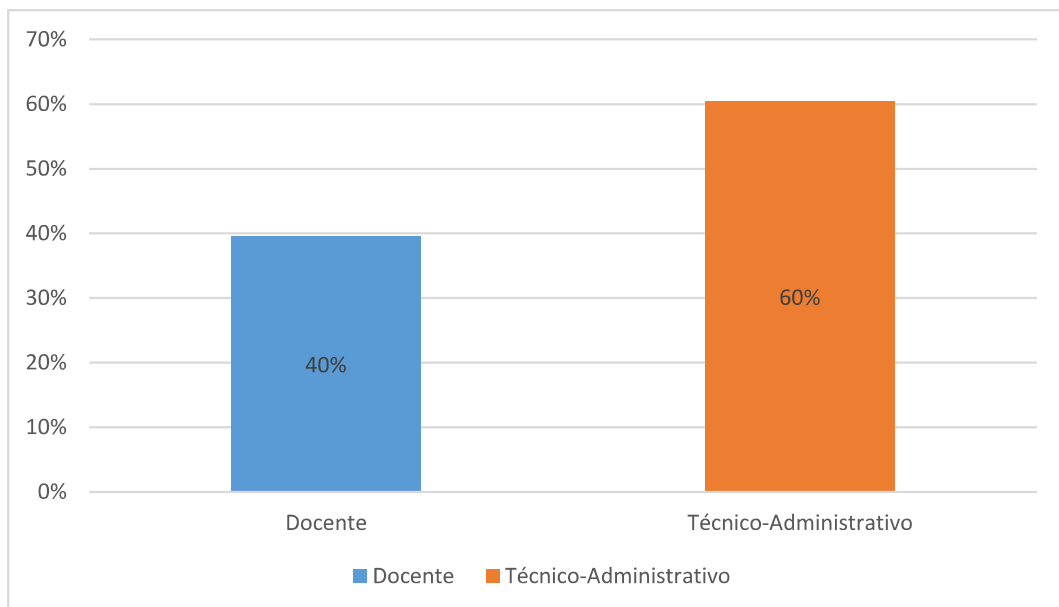
A segunda etapa do questionário busca identificar quantitativamente os seus gastos pessoais dentre as 10 (dez) categorias apresentadas, sendo elas: supermercado em geral, alimentação fora do domicílio, habitação, energia elétrica (assim como outros serviços e abastecimentos), transporte, saúde, educação, lazer, serviços em geral e por fim investimentos.

A pesquisa foi submetida a todos os servidores da UFOPA lotados nas unidades acadêmicas e administrativas da instituição, onde 152 servidores voluntariamente participaram da pesquisa. Após a tabulação e estabelecidos os critérios da amostra a ser analisada, determinou-se que seriam analisados todos os

servidores docentes e técnicos-administrativos ativos, lotados no município de Santarém.

Após as delimitações na amostra a ser analisada, foram analisadas as participações de 139 servidores, onde os docentes representam aproximadamente 40% (55 de 139), enquanto os técnicos-administrativos representam 60% (84 de 139) dos participantes, conforme o Gráfico 20.

Gráfico 20 - Servidores (participantes) discriminados por cargo - UFOPA Santarém 2019

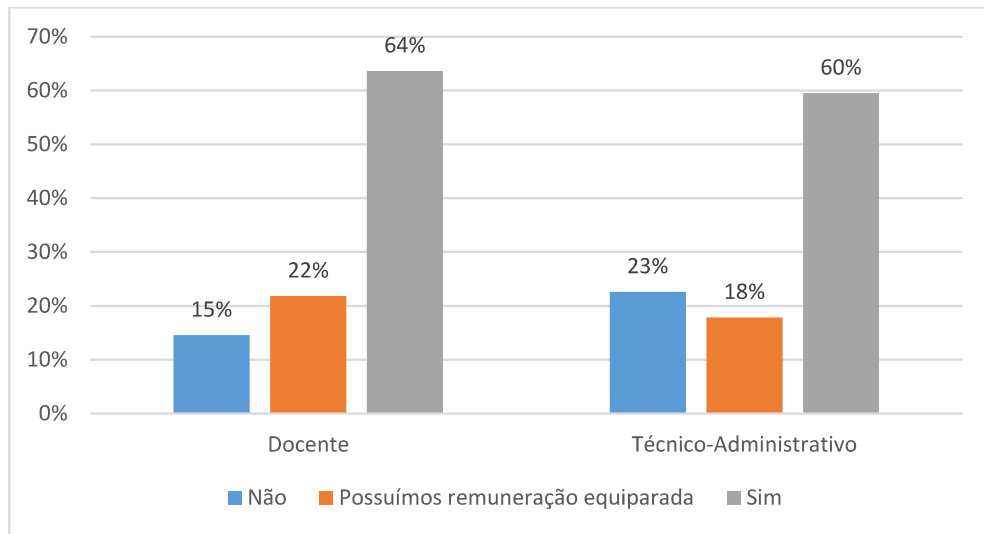


Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando as informações dos participantes distinguindo-os por gênero, há 64 servidores do sexo feminino, sendo elas 15 docentes e 49 técnicas-administrativa, enquanto os participantes do sexo masculino representam 75 servidores, sendo eles 40 docentes e 35 técnicos-administrativo, conforme discriminados nos gráficos e tabelas acima.

Os participantes ao serem questionados quanto sua posição econômica no âmbito familiar por meio da pergunta “Você é o (principal) responsável financeiro de sua família?”, tinham três opções de respostas, sendo elas, “sim”, “não” e “possuímos remuneração equiparada”. Após o levantamento das respostas dadas pelos servidores no Gráfico 21, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 21 - Responsável financeiro da família - Servidores participantes - UFOPA Santarém 2019



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando as respostas dos participantes em geral, aproximadamente 62% (85 de 139) dos servidores se identificaram como arrimo de família, sendo o principal responsável financeiro em seu ambiente familiar, enquanto aproximadamente 19% não são e os demais 19% divide o posto de responsável financeiro com outro membro da família.

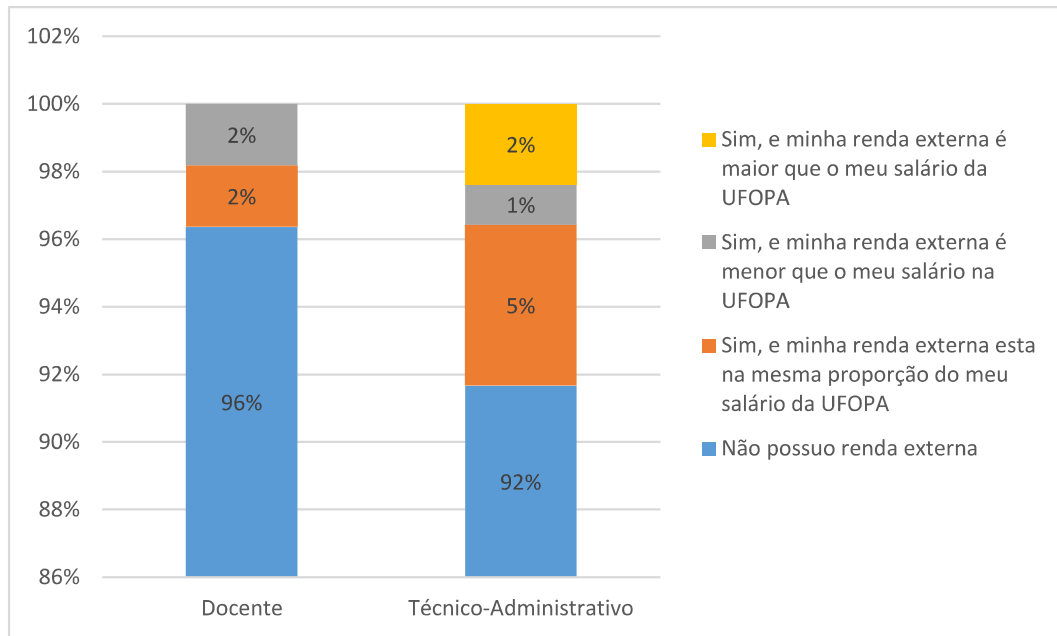
Observando as informações por cargo, nota-se que 64% (35 de 55) dos docentes são os principais responsáveis pela renda familiar, enquanto 14% (8 de 55) não correspondem a posição de principal e 22% possuem remuneração equiparada com outro membro da família, com o qual divide esse posto.

Com base nas informações dadas pelos técnicos-administrativo, 59% (50 de 84) são os principais responsáveis pelo orçamento familiar, seguidos de 23% (19 de 84) que não assumem a posição de principal e 18% (15 de 84) dividem essa responsabilidade com outro membro da família por possuir uma remuneração equiparada.

Quando questionados se os servidores possuem alguma fonte de renda além de sua remuneração oriunda de suas atividades na Universidade, o participante tinha com opção 4 (quatro) respostas para assinalar, sendo elas: 1) não possui renda externa; 2) sim, e minha renda externa está na mesma proporção do meu salário da UFOPA; 3) sim, e minha renda externa é menor que o meu salário na UFOPA; e 4) sim, e minha renda externa é maior que o meu salário na UFOPA.

Com base nas informações concedidas pelos servidores, no Gráfico 22, obtiveram-se os seguintes dados:

Gráfico 22 - Fonte de renda externa - Servidores participantes - UFOPA Santarém 2019



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando os participantes por cargo, nota-se que dentre os docentes, 96% (53 de 55) não possuem renda além de seus proventos oriundos da universidade, tendo apenas (2) dois docentes participantes (4%), que possuem renda que não são provenientes da UFOPA, sendo a renda externa de um deles proporcional ao salário pago na instituição e o outro com renda externa inferior ao seu salário de docente.

Basicamente, todos os docentes participantes são totalmente dependentes de suas remunerações pagas pela UFOPA, devido que para muitos deles, representa a sua única fonte de renda e até mesmo dentre aqueles que apresentam uma renda externa, essa atividade não chega a substituir a sua principal.

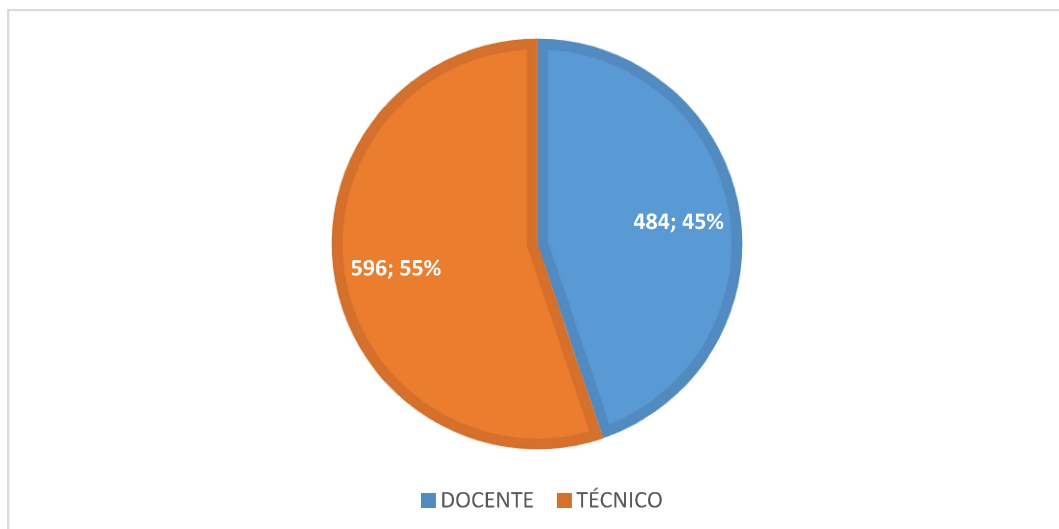
Observando as informações dadas pelos técnicos-administrativos, nota-se que 92% (77 de 84) não possuem renda além de seus proventos oriundos da universidade, tendo apenas 8% (7 de 84) dos TAE's que possuem renda que não são provenientes da UFOPA, onde 4 (quatro) possuem renda equiparada ao seu salário pago na instituição, 1 (um) com renda externa abaixo de sua remuneração e 2 (dois) com renda externa acima de sua remuneração oriunda da UFOPA.

Os técnicos-administrativos, em sua maioria (98%) tem a remuneração paga pela universidade como a sua única e/ou principal fonte de renda, com apenas 2% dos técnicos com remuneração externa como a sua fonte de renda principal. Do ponto de vista geral dos participantes, 94% (130 de 139) não possuem qualquer outra fonte de renda além de sua remuneração paga pela universidade, sendo que dentre os 6% (9 de 139) que possuem fonte além do seu vínculo com a UFOPA, apenas 2 (dois) servidores têm sua renda externa como sua fonte principal.

Com base nas informações levantadas pelo sistema DW-SIAPE, a remuneração média anual dos servidores da Instituição, calculada com base na soma dos valores do vencimento base, retribuição por titulação (docente), incentivo qualificação (técnico-administrativo), acrescidos de cargos de direção e funções gratificadas. O valor da remuneração média utilizada nesta pesquisa foi referente ao exercício de 2018, dentre os servidores lotados no município de Santarém.

No exercício de 2018, a UFOPA encerrou o ano com 1.194 servidores, sendo 537 docentes (45%) e 657 técnicos-administrativo (55%), para o andamento desta pesquisa, foi delimitado como objeto de pesquisa os servidores lotados no município de Santarém, que somam 1.080 servidores, sendo 484 docentes (45%) e 596 técnicos-administrativo (55%), proporção aproximada dos participantes da pesquisa, com os docentes correspondendo a 40% e os técnicos a 60%, conforme o Gráfico 23.

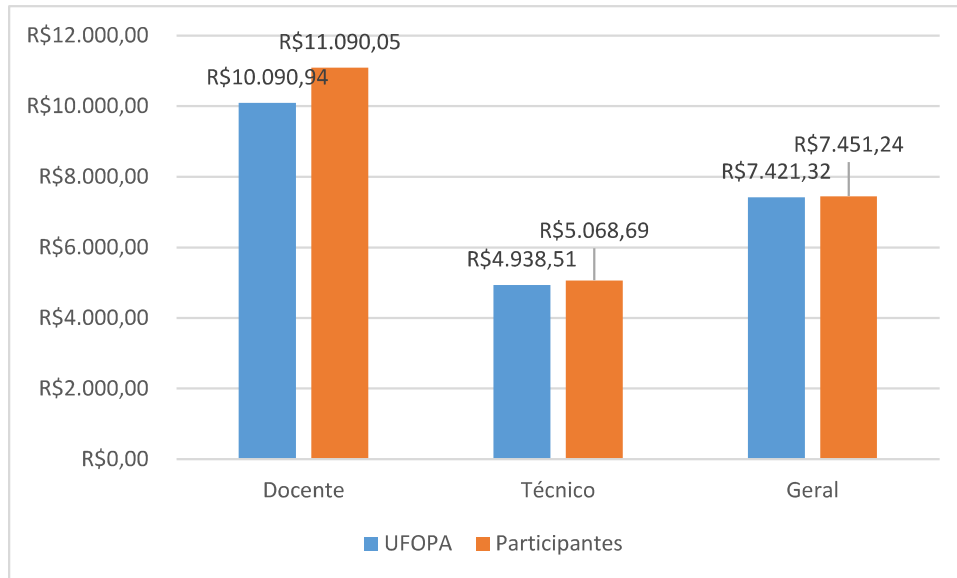
Gráfico 23 - Quantitativo de servidores da UFOPA (2018)



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A remuneração média dos servidores da UFOPA é de R\$ 7.421,32. Segue abaixo no Gráfico 24 que discrimina o valor médio da remuneração por cargo dos servidores da UFOPA e dos participantes da pesquisa.

Gráfico 24 - Remuneração média dos servidores da UFOPA e participantes (2018)



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A remuneração média dos docentes, no valor de R\$ 10.090,94, corresponde a 204% em relação a remuneração média dos técnicos, que é de R\$ 4.938,51, e em comparação da média dos docentes com a média geral dos servidores a instituição, que é de R\$ 7.421,32, a remuneração dos docentes corresponde a 136%.

Do ponto de vista da remuneração do técnico, quando comparada ao do docente, corresponde a 49%, já em relação a média dos servidores em geral, corresponde a 67%.

Tendo em vista que a remuneração média dos docentes é mais expressiva, utiliza-se essa remuneração como base comparativa com as demais, pois quando comparada aos dos técnicos, sendo o valor de R\$ 5.068,69, a remuneração docente corresponde a 219% e quando comparada à média dos servidores em geral corresponde a 149%.

Tomando como base a remuneração do técnico, ao comparar com a remuneração docente, passa a corresponder a 46%, enquanto em relação a média dos servidores em geral é de 68%.

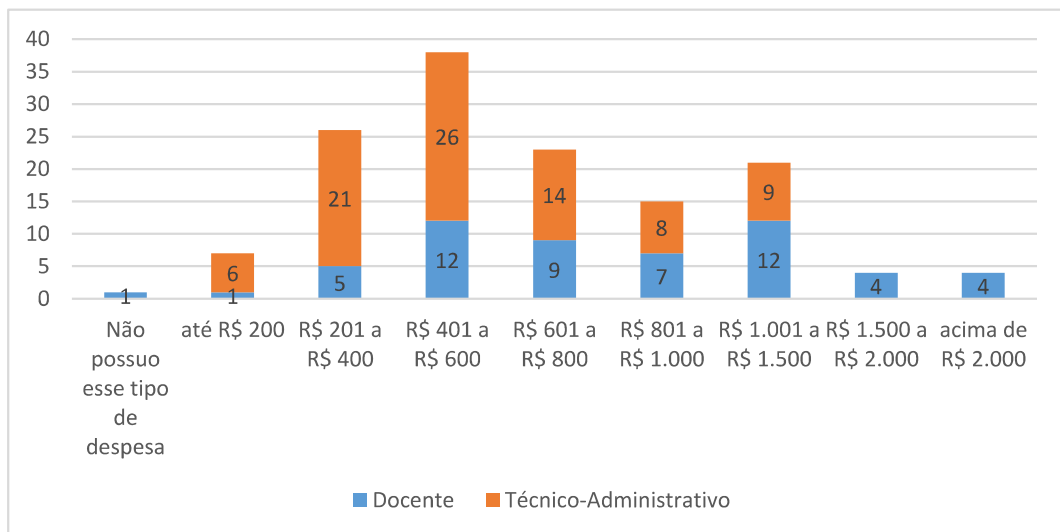
Os participantes concederam informações referente as suas características de gastos quanto a cada categoria de despesa apresentada, tendo como opções de respostas, valores apresentados por faixas, que vão desde “não possui esse tipo de despesa” até a opção com a maior faixa, como o “acima de R\$ 2.000”.

4.1.1 As categorias de gastos

SUPERMERCADO EM GERAL

Esta categoria de despesa compreende os gastos efetuados com alimentos (em grãos, carnes bovina, suína, aves, pescados e similares, hortifrúti, industrializados, enlatados, leites e derivados e outros alimentos), produtos de higiene pessoal (papel higiênico, sabonete, creme dental, shampoo, condicionador, fraldas e outros do gênero), e por fim os produtos de limpeza doméstica (como detergente, sabão e amaciante para roupas, desinfetantes, etc.). Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo Gráfico 25:

Gráfico 25 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): supermercado em geral



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante nesta categoria é a de “R\$ 401 a R\$ 600”, que corresponde a 27% (38 de 139), sendo composta por 12 docentes e 26 técnicos-administrativo.

Há 60% (33 de 55) docentes concentrados em três faixas, sendo possível identificar 12 na faixa de R\$ 401 a R\$ 600, 9 na faixa de R\$ 601 a R\$ 800 e 12 na faixa de R\$ 1.001 a R\$ 1.500. A média de gasto dos docentes com a categoria de despesa “supermercado em geral” é de R\$ 912,73.

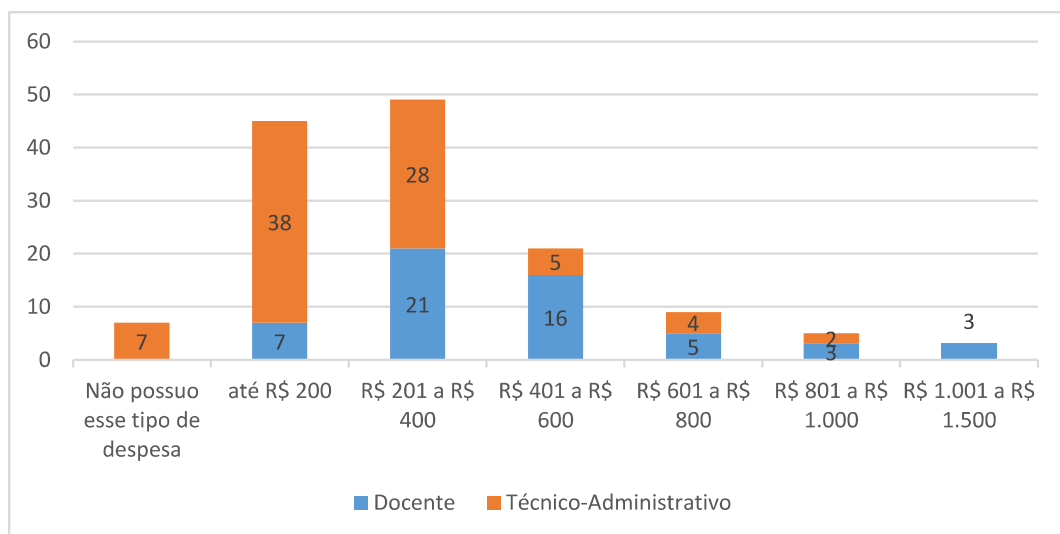
Os técnicos-administrativos estão concentrados em três faixas, sendo elas, R\$ 201 a R\$ 400 com 21 técnicos, a de R\$ 401 a R\$ 600 com 26 e 14 TAE's na faixa de R\$ 601 a R\$ 800, o que corresponde a 73% (61 de 84) dos técnicos participantes. A média de gasto dos técnicos-administrativo nesta categoria é de R\$ 573,21.

Analisando esta categoria com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio dos gastos com “supermercado em geral” é de R\$ 707,55.

ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO

Esta categoria de despesa compreende os gastos efetuados em refeições (café da manhã, almoço, jantar, ceia) e lanches, preparados fora de sua residência, onde comumente são consumidos em restaurantes e similares, na própria residência do servidor ou no local de trabalho. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o Gráfico 26:

Gráfico 26 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): alimentação fora do domicílio



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante nesta categoria é a de “R\$ 201 a R\$ 400”, que corresponde a 35% (49 de 139), sendo composta por 21 docentes e 28 técnicos-

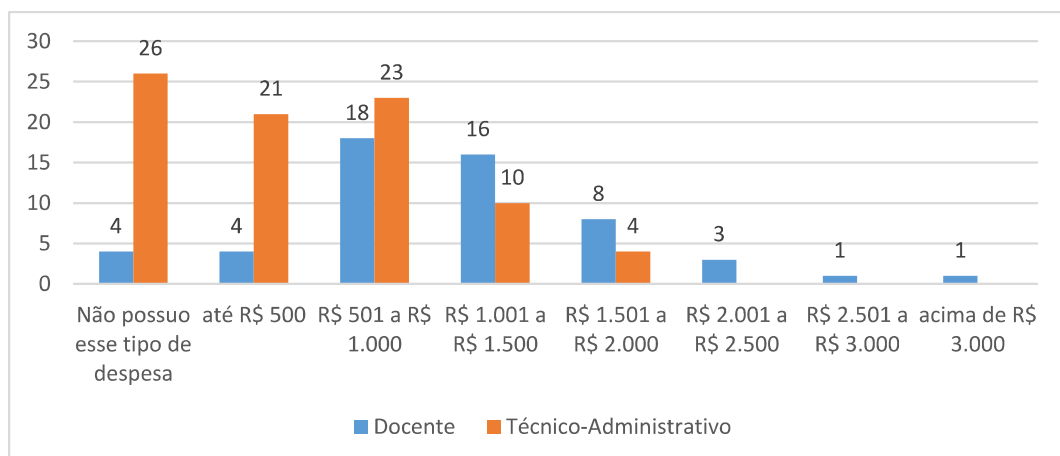
administrativo. Há 67% (37 de 55) docentes concentrados em duas faixas, sendo possível identificar 21 na faixa de R\$ 201 a R\$ 400 e 16 na faixa de R\$ 401 a R\$ 600. A média de gasto dos docentes com a categoria de despesa “alimentação fora do domicílio” é de R\$ 453,64.

Os técnicos-administrativos estão concentrados em duas faixas, sendo elas, até R\$ 200 com 38 TAE's e na faixa de R\$ 201 a R\$ 400 com 28 técnicos, o que corresponde a 79% (66 de 84) dos técnicos participantes. A média de gasto dos técnicos-administrativo nesta categoria é de R\$ 229,76. Analisando esta categoria com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio dos gastos com “alimentação fora do domicílio” é de R\$ 318,35.

HABITAÇÃO

A categoria de despesa “habitação” corresponde aos gastos efetuados com o imóvel destinado a moradia do servidor, tendo em vista que quando uma pessoa adquire um imóvel com a finalidade de alugar para terceiros ou visando uma valorização devido a especulação imobiliária, neste caso, esse imóvel representa um empreendimento, sendo assim, este item se enquadraria mais adequadamente ao grupo de investimentos, que será apresentado mais à frente. Enquadra-se neste grupo os imóveis em financiamento, aluguel, taxa de condomínio, manutenção predial (pintura, revestimento, hidráulica, dentre outros). Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo Gráfico 27:

Gráfico 27 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): habitação



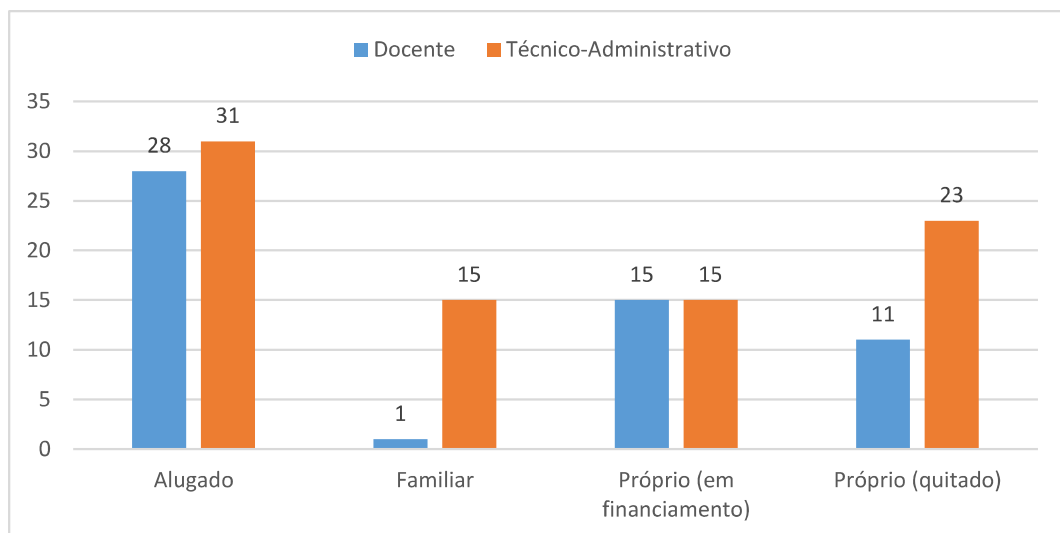
Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante nesta categoria é a de “R\$ 501 a R\$ 1.000”, que corresponde a 30% (41 de 139), sendo composta por 18 docentes e 23 técnicos-administrativo. Há 62% (34 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, sendo possível identificar 18 professores na faixa de R\$ 501 a R\$ 1.000 e 16 na faixa de R\$ 1.001 a R\$ 1.500. A média de gasto dos docentes com a categoria de despesa “habitação” é de R\$ 1.112,73.

Os técnicos-administrativos estão concentrados em duas faixas, sendo elas, R\$ 501 a R\$ 1.000, com 23 TAE's e na faixa de “não possuo esse tipo de despesa” com 26 técnicos, o que corresponde a 58% (49 de 84) dos técnicos participantes. A média de gasto dos técnicos-administrativo nesta categoria é de R\$ 512,50. Analisando esta categoria com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio dos gastos com habitação é de R\$ 750,00.

Quando questionados sobre qual a situação em relação ao imóvel onde reside, os participantes tinham 4 (quatro) opções de resposta. Com base nas informações concedidas pelos servidores, obtém-se os seguintes dados conforme o Gráfico 28:

Gráfico 28 - Situação de residência dos servidores participantes (2019)



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Observando as informações acima, nota-se que 46% (64 de 139) possuem imóvel próprio, com 34 participantes com seus imóveis quitados e 30 com financiamento em andamento. Outra informação relevante trata-se de 42% (59 de 139) morarem em imóvel alugado.

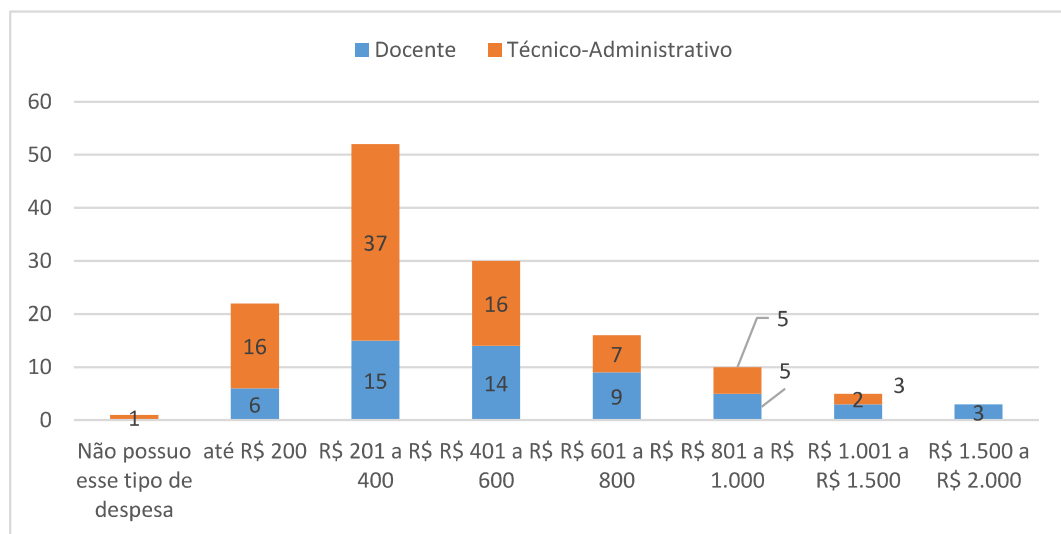
Analisando as mesmas informações por situação de residência e comparando proporcionalmente as informações dos participantes entre os cargos, os docentes são os que mais residem em imóvel alugado, com 51% (28 de 55), enquanto os técnicos que residem em imóvel alugado correspondem 37% (31 de 84). Dos servidores que residem em um imóvel familiar, sendo eles 16 de 139, os técnicos correspondem quase que em totalidade, sendo eles 15 dentre os 16, enquanto apenas 1 docente reside desta forma.

Dentre os docentes, 47% (26 de 55) residem em imóvel próprio, sendo que a composição desse percentual está dividida em 27% (15 de 55) com financiamento em andamento e 20% (11 de 55) com seu imóvel já quitado. Os técnicos-administrativos, 45% (38 de 84) residem em imóvel próprio, com 27% (23 de 84) já possuem o seu imóvel quitado e 18% (15 de 84) com o financiamento em andamento.

ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA, GÁS E OUTROS ABASTECIMENTOS

Nesta categoria de despesa, considera-se os gastos mensais e/ou proporcionais ao mês com o consumo de energia elétrica, água encanada e esgoto, gás em botija ou encanado e por fim valores pagos mensalmente com serviços de telefonia, abrangendo telefones fixos, celulares e internet. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o Gráfico 29 abaixo:

Gráfico 29 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): energia elétrica e outros



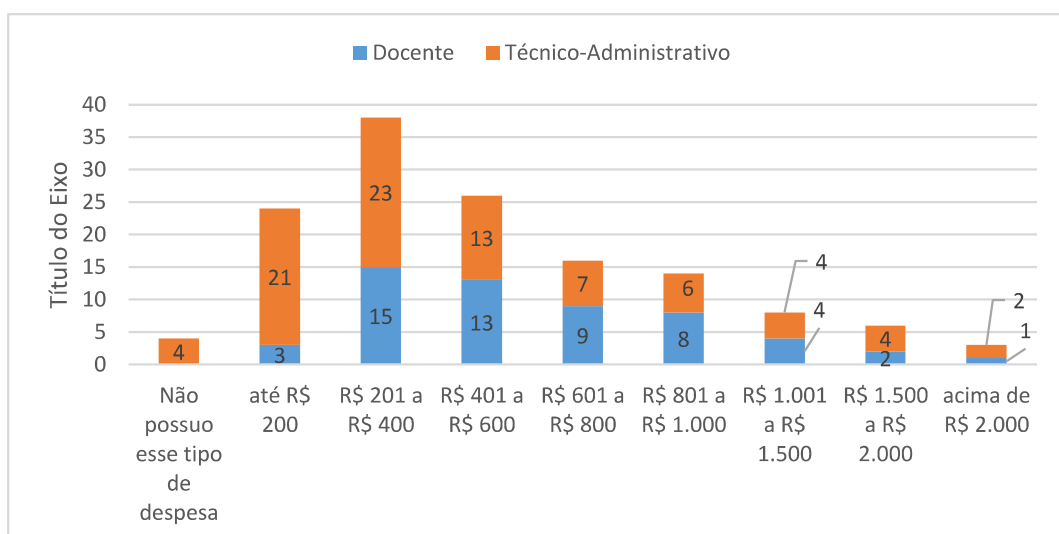
Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante nesta categoria é a de “R\$ 201 a R\$ 400”, que corresponde a 37% (52 de 139), sendo composta por 15 docentes e 37 técnicos-administrativo. Há 53% (29 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, sendo possível identificar 18 professores na faixa de R\$ 201 a R\$ 400 e 14 na faixa de R\$ 401 a R\$ 600. A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 580. Dentre os técnicos-administrativos, 44% (37 de 84) estão concentrados na faixa de R\$ 201 a R\$ 400, enquanto nas faixas de “até R\$ 200” e “R\$ 401 a R\$ 600” há 16 TAE’s em cada, que corresponde a 19% cada faixa respectivamente. A média de gasto dos técnicos-administrativo nesta categoria de gasto é de R\$ 388,10. Analisando esta categoria com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio dos gastos energia elétrica e outros serviços e abastecimentos é de R\$ 464,03.

TRANSPORTE

Nesta categoria de despesa, estão enquadrados os gastos efetuados com veículos (motorizados ou não) em financiamento, combustíveis, seguro, multas, manutenção, limpeza e conservação, peças e acessórios, impostos, taxas, transporte escolar, ônibus, táxi, moto-táxi, transporte de aplicativo, passagens aéreas fluviais e terrestres, dentre outros mais. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo Gráfico 30:

Gráfico 30 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): transporte



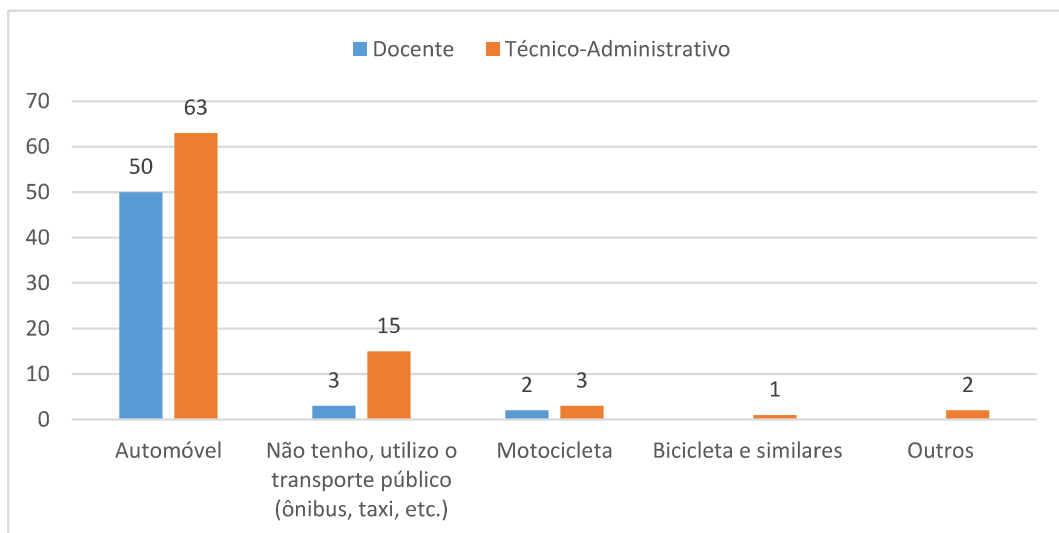
Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante na categoria de transporte é a de “R\$ 201 a R\$ 400”, que corresponde a 27% (38 de 139), sendo composta por 15 docentes e 23 técnicos-administrativo. Há 51% (28 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, encontrando 15 professores na faixa de R\$ 201 a R\$ 400 e 13 na faixa de R\$ 401 a R\$ 600. A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 638,18.

Dentre os técnicos-administrativos, 52% (44 de 84) estão concentrados nas faixas de “até R\$ 200” e R\$ 201 a R\$ 400, respectivamente, com 21 e 23 técnicos em cada faixa de gasto. A média de despesa dos técnicos-administrativo nesta categoria de gasto é de R\$ 497,62. Analisando a categoria de transporte com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio é de R\$ 553,24.

Outra análise importante na categoria de transporte é que tipo de transporte é o mais usado pelos participantes. Com base nas respostas coletadas, obteve-se os seguintes dados conforme o Gráfico 31:

Gráfico 31 - Meios de transporte dos servidores participantes (2019)



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

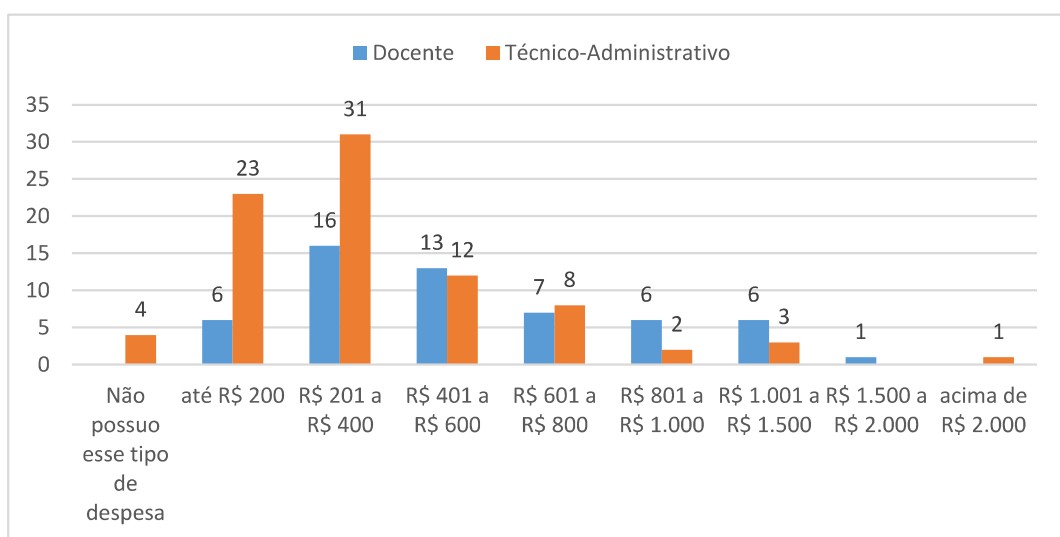
Observando as informações no Gráfico 31, 81% (113 de 139) utilizam o automóvel como principal meio de transporte, dentre os 113 que assinalaram esta opção, 44% (50 de 113) são docentes e 56% (63 de 113) são técnicos. Outra informação relevante é que apenas 13% (18 de 139) têm o transporte público como o seu principal meio de locomoção. Os docentes, 91% (50 de 55) utilizam o automóvel como principal meio de transporte e os técnicos correspondem a 75% (63 de 84).

SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS

Nesta categoria de despesa, estão enquadrados todos os gastos relacionados a saúde física e mental, como despesas médicas, odontológicas, exames laboratoriais, medicamentos, hospital, cirurgia, exames de imagem, plano de saúde, atividades físicas em academias e similares, dentre outros.

Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo o Gráfico 32:

Gráfico 32 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): saúde e cuidados pessoais



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante na categoria de despesa com saúde e cuidados pessoais é a de “R\$ 201 a R\$ 400” com 34% (47 de 139) dos participantes, sendo composta por 16 docentes e 31 técnicos-administrativo. Há 53% (29 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, com 16 professores na faixa de R\$ 201 a R\$ 400 e 13 na faixa de R\$ 401 a R\$ 600.

A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 571,82. Dentre os técnicos-administrativos, 64% (54 de 84) estão concentrados nas faixas de “até R\$ 200” e R\$ 201 a R\$ 400, com 23 e 31 técnicos em cada faixa de gasto respectivamente. A média de despesa dos técnicos-administrativo nesta categoria de gasto é de R\$ 366,07.

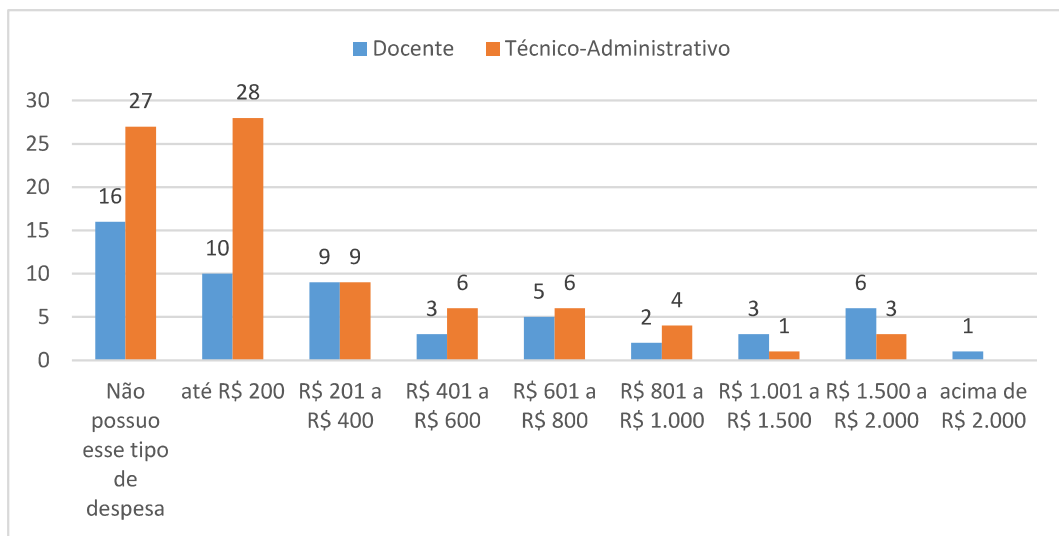
Analisando a categoria de gastos com saúde e cuidados pessoais, com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio desta despesa é de R\$ 447,48.

EDUCAÇÃO

A educação como categoria de despesa abrange os gastos relacionados a educação em diversos níveis e segmentos, de cunho pessoal ou de seus dependentes. Enquadra-se como despesa com educação o pagamento com matrícula e mensalidades em creches, escolas de ensino fundamental, médio e superior, assim como os cursos técnicos e profissionalizantes, preparatórios para concursos e vestibular e curso de idiomas.

Compreende-se também como despesas com educação, a aquisição de livros que representam para material de estudo, assim como os materiais de papelaria e similares. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo Gráfico 33 a seguir:

Gráfico 33 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): educação



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

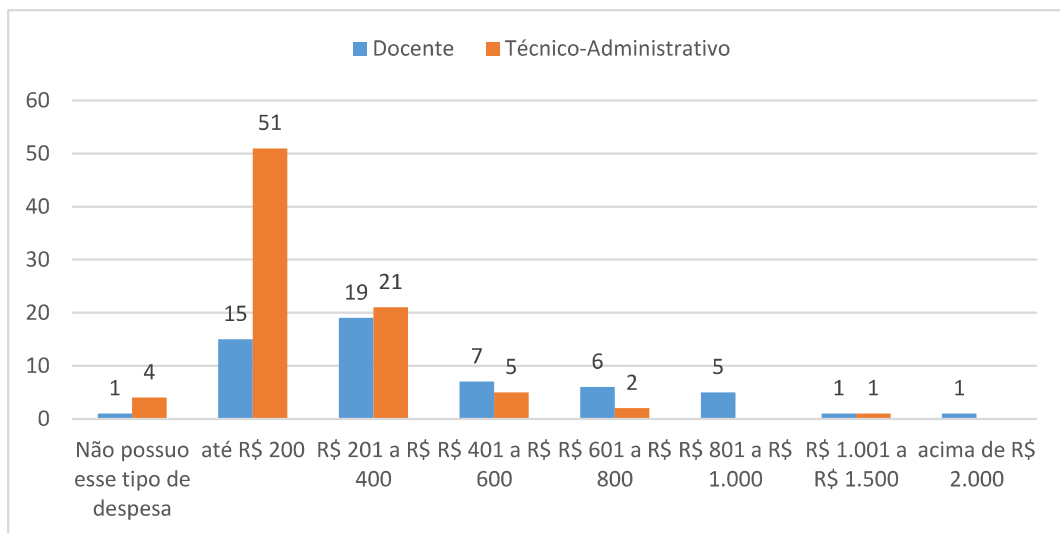
A faixa de gasto predominante na categoria de despesa “educação” é a “Não possui esse tipo de despesa” com 31% (43 de 139) dos participantes, sendo composta por 16 docentes e 27 técnicos-administrativo. Há 47% (26 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, com 16 professores na faixa “Não possui esse tipo de despesa” e 10 na faixa de “até R\$ 200”.

Enquanto os técnicos, 65% (55 de 84) estão concentrados nas mesmas faixas apresentadas na análise das informações dos docentes, com 27 e 28 técnicos nas respectivas faixas. A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 486,36 e a média apresentada pelos técnicos é de 271,43. Analisando a categoria de gastos com educação, com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio desta despesa é de R\$ 356,47.

LAZER

O lazer como categoria de despesa, engloba gastos com cinema, teatro, shows, boates, danceterias, passeios em parques, zoológico, museu, bosques, balneários, praia, assistir jogos em estádios e ginásios, jogos de azar, bebidas, fumos, hotel, motel, tv por assinatura, serviços de filmes/séries em streaming, dentre outros entretenimentos. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o Gráfico 34:

Gráfico 34 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): lazer



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante na categoria de despesa “lazer” é a de “até R\$ 200” com 47% (66 de 139) dos participantes, sendo composta por 15 docentes e 51 técnicos-administrativo.

Há 62% (34 de 55) dos docentes concentrados em duas faixas de gastos, com 15 professores na faixa “até R\$ 200” e 19 na faixa de “R\$ 201 a R\$ 400”. Enquanto

os técnicos, 86% (72 de 84) estão concentrados nas mesmas faixas apresentadas na análise acima sobre os docentes, com 51 e 21 técnicos nas respectivas faixas.

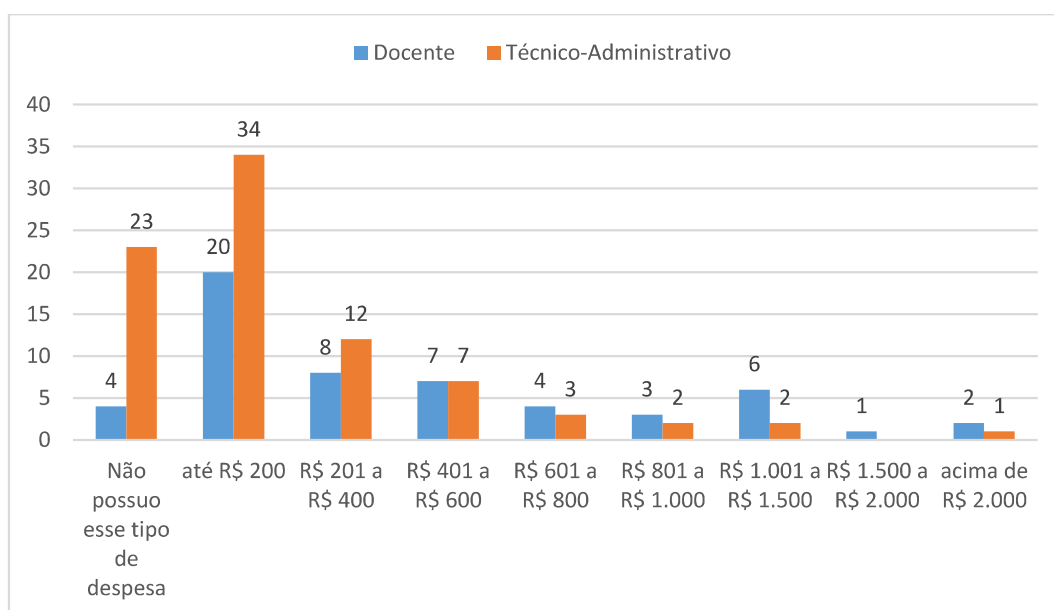
A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 411,82, enquanto a média apresentada pelos técnicos é de 197,02. Analisando a categoria de gastos com lazer, com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio desta despesa é de R\$ 282,01.

SERVIÇOS EM GERAL

A categoria de despesa classificada como “serviços em geral”, compreende os gastos com prestadores de serviços contratados temporariamente ou por tempo indeterminado, tendo ou não vínculo empregatício com o prestador de serviço.

Exemplificando alguns serviços que se enquadram nesta categoria, como a contratação de uma empregada doméstica, diaristas, caseiro, babá, costura, manicure, cabelereiro, depilação, esteticista, serviços bancários, serviços de entrega, dentre outros similares. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o respectivo Gráfico 35:

Gráfico 35 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): serviços em geral



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa de gasto predominante na categoria de despesa com serviços em geral é a de “até R\$ 200” com 39% (54 de 139) dos participantes, sendo composta por 20 docentes e 34 técnicos-administrativo.

Há 36% (20 de 55) dos docentes concentrados na faixa de “até R\$ 200”, enquanto os técnicos, 68% (57 de 84) estão concentrados nas faixas de “Não possui esse tipo de despesa, com 23 técnicos e na faixa de “até R\$ 200” com 34 participantes.

A média de gasto dos docentes nesta categoria de despesa é de R\$ 431,82, enquanto a média apresentada pelos técnicos é de R\$ 203,57. Analisando a categoria de gastos com serviços em geral, com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio desta despesa é de R\$ 293,88.

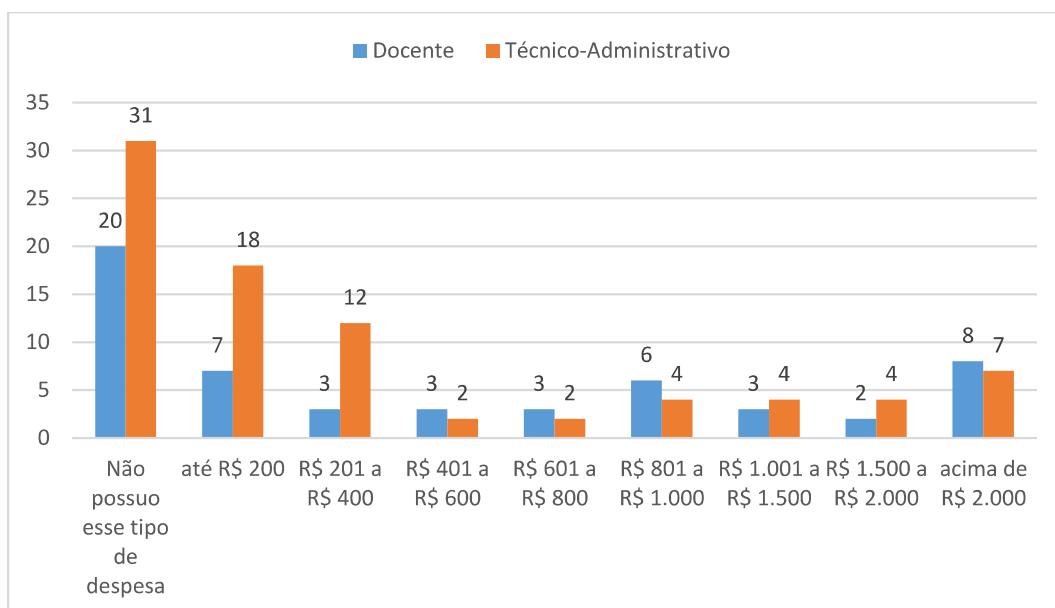
POUPANÇA E INVESTIMENTOS

Dentre as 10 (dez) categorias de gastos que compunha o questionário, esta última é a única que não pode ser classificada como categoria de despesa (gasto), pois a poupança é justamente a parcela da renda ou do patrimônio que não foi consumida pelas despesas do período em que é concebido, se tratando como a “parte que sobra” no caso dos rendimentos de assalariados.

O conceito de poupança está intrinsecamente relacionado a redução de despesas, principalmente de gastos recorrentes. Para as ciências econômicas, poupança é a parte da receita que não é destinada ao consumo imediato. No segmento do orçamento familiar, o investimento está relacionado a aplicação de capital com a perspectiva de futuros rendimentos que podem ser que em curto, médio ou longo prazo, venha sobressair o valor inicialmente aplicado.

Na aplicação do questionário, esse tópico visa compreender quanto de seus rendimentos os servidores da UFOPA estão dispostos para poupar e/ou investirem. E pode ser classificado nesse item as cadernetas de poupança, reservas financeiras, investimentos de baixo e/ou alto risco, imóveis que não tenham como finalidade ser a sua residência, aquisição de obras de arte e até mesmo os valores voltados para outros empreendimentos. Com base nas informações concedidas pelos servidores, foi elaborado o Gráfico 36:

Gráfico 36 - Perfil de gastos dos servidores participantes (2019): Poupança e investimentos



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A faixa predominante na categoria poupança e investimentos é a “Não possui esse tipo de despesa” com 37% (51 de 139) dos participantes, sendo composta por 20 docentes e 31 técnicos-administrativo.

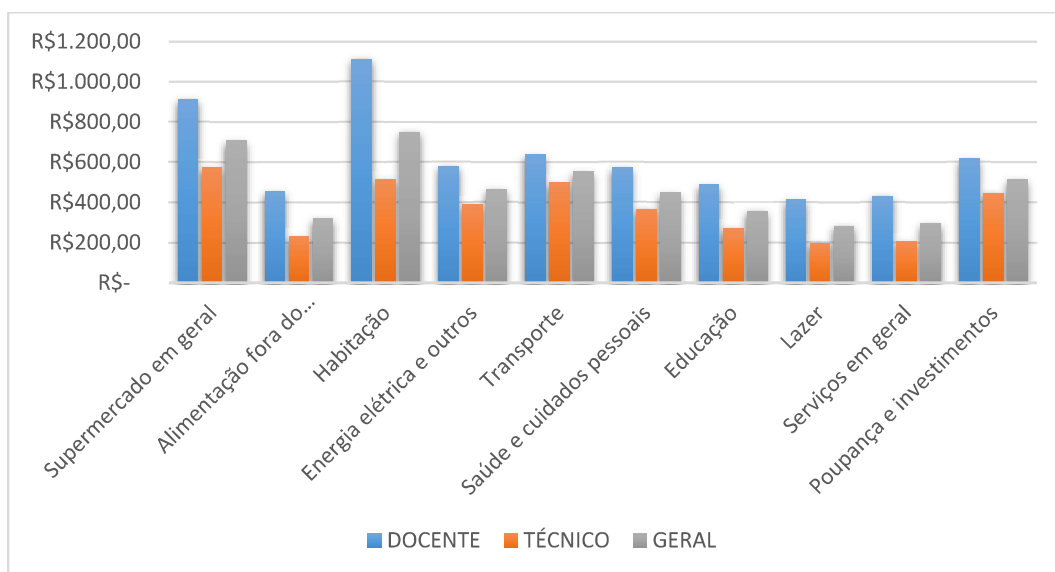
Há 36% (20 de 55) dos docentes se classificaram na faixa de “Não possui esse tipo de despesa” em contraponto aos 15% (8 de 55) dos professores que estão na faixa mais alta, sendo ela de “acima de R\$ 2.000”.

Analisando os técnicos-administrativo, 58% (49 de 84) estão concentrados nas faixas “Não possui esse tipo de despesa” e na “até R\$ 200”, com 31 e 18 técnicos respectivamente.

A média dos docentes na categoria de poupança e investimentos é de R\$ 615,45, enquanto a média apresentada pelos técnicos é de R\$ 445,24. Analisando a categoria com base nas informações de todos os servidores participantes, o valor médio em poupança e investimentos é de R\$ 512,59.

O gráfico 37 demonstra a média de gastos por categoria, fazendo um comparativo entre as médias dos docentes, técnicos e do total de participantes.

Gráfico 37 - Valor médio por categoria de gasto dos servidores participantes (2019)



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

No último tópico do questionário é solicitado aos participantes que escolham 4 (quatro), dentre as 10 (dez) categorias de gastos anteriormente apresentadas, nas quais eles considerem mais importantes e em seguida peça para que eles justifiquem as categorias escolhidas.

Analisando primeiramente as respostas dos docentes, segue a Tabela 9 apresentando as categorias de gastos mais apontadas pelos professores:

Tabela 9 - Principais categorias de gastos dos docentes participantes (2019)

Quantidade	%	Categoria de gasto
47	20,89	Supermercado em geral
41	18,22	Habitação
28	12,44	Transporte
27	12,00	Energia elétrica e outros abastecimentos
27	12,00	Saúde e cuidados pessoais
19	8,44	Educação
11	4,89	Lazer
10	4,44	Alimentação fora do domicílio
10	4,44	Poupança e investimentos
5	2,22	Serviços em geral

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Conforme informado pelos docentes, as cinco primeiras categorias apontadas correspondem aproximadamente 76% do total. Dentre eles, pode ser destacado a despesa com “supermercado em geral”, por ser o item mais mencionado, por 85% (47

de 55) dos professores participantes e por ser a categoria que representa 21% do total dentre os itens escolhidos.

Os itens “energia elétrica e outros abastecimentos” e “saúde e cuidados pessoais” dividem o 4º lugar por ambos terem sido pontado por 27 professores. A categoria “serviços em geral” é o item menos repetido pelos docentes, mencionado apenas por 5 professores.

Como já mencionado anteriormente, este tópico solicitava uma justificativa feita pelo participante de forma dissertativa e livre, juntamente com a escolha das 4 (quatro) categorias mais relevantes apontadas pelos docentes.

Com base nas justificativas apresentadas, as respostas foram analisadas utilizando os métodos e técnicas da análise de conteúdo, que por meio da categorização das palavras, que visa categorizar os elementos textuais por meio das frases que mais se repetem, assim como analisado os dados no capítulo anterior.

Após o levantamento quantitativo na lista de palavras, foram identificadas 279 palavras, se consideradas as palavras repetidas, esse quantitativo aumenta para 583.

Em seguida foi efetuada a revisão das respostas e categorização dos elementos textuais, que visou identificar ao menos dois elementos chaves nas respostas dos docentes, onde foram identificados as 5 (cinco) maiores categorias que estão listadas na Tabela 10:

Tabela 10 - Categorização de palavras dos docentes participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos

Posição	Categoria	Nº de repetições
1º	Essencial	34
2º	Saúde	23
3º	Alimentação	18
4º	Educação	18
5º	Qualidade	17

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com base nas categorias de palavras, a mais repetida foi a palavra “essencial”, que com base nas respostas dos docentes, esta palavra buscava justificar que os 4 (quatro) itens escolhidos por eles são considerados básicos para o cotidiano.

Em seguida os professores participantes mencionam as palavras “saúde”, “alimentação” e “educação”, que estão intimamente atrelados a palavra mais

Assim como os docentes, as 4 (quatro) categorias mais apontadas se repetem nas escolhas feitas pelos técnicos, representando aproximadamente 70% do total das categorias, tendo “supermercados em geral”, com aproximadamente 22% dentre as categorias de gasto e sendo escolhida por 92% (77 de 84) dos técnicos participantes.

A categoria “serviços em geral”, também é o item menos repetido pelos técnicos, sendo mencionado por apenas 5 dentre os 84.

Com base nas justificativas apresentadas e após o levantamento quantitativo na lista de palavras, foram identificadas 409 palavras, se consideradas as palavras repetidas, esse quantitativo aumenta para 995.

Em seguida foi efetuada a revisão das respostas e categorização dos elementos textuais, que visou identificar ao menos dois elementos chaves nas respostas dos docentes, onde foram identificados as 5 (cinco) maiores categorias que estão listadas na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12 - Categorização de palavras dos técnicos-administrativos (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos

Posição	Categoria	Nº de repetições
1º	Essencial	59
2º	Saúde	44
3º	Alimentação	29
4º	Qualidade	25
5º	Educação	24

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com base nas categorias de palavras, a mais repetida foi a palavra “essencial”, que com base nas respostas dos técnicos, esta palavra buscava justificar que os 4 (quatro) itens escolhidos por eles são considerados básicos para o cotidiano.

Em seguida os técnicos-administrativos participantes mencionam as palavras “saúde”, “alimentação” e “educação”, que estão intimamente atrelados a palavra mais mencionada, a “essencial”, juntamente com a 4º mais repetida, sendo ela “qualidade”, que foi remetida quando os participantes se referiam a qualidade de vida.

Na Figura 10 é apresentada uma nuvem de palavras que utiliza integralmente todas as respostas dadas pelos técnicos-administrativos participantes.

com aproximadamente 22% do total, como o item mais mencionado pelos participantes. Ao fazer uma comparação entre os itens mais apontados pelos docentes e técnicos-administrativo, o único item que não é comum estar dentre os quatro mais relevantes para as duas categorias é a categoria de “transporte”, que na tabela em geral é o 5º item mais apontado. A categoria “serviços em geral” foi a menos mencionada dentre os docentes e técnicos, fazendo com que na análise geral ela continue na última posição dentre os grupos de despesa.

Com base nas justificativas apresentadas e após o levantamento quantitativo na lista de palavras, foram identificadas 572 palavras, se consideradas as palavras repetidas, esse quantitativo aumenta para 1.578. Em seguida foi efetuada a revisão das respostas e categorização dos elementos textuais, que visou identificar ao menos dois elementos chaves nas respostas dos docentes, onde foram identificados as 5 (cinco) maiores categorias que estão listadas na Tabela 14:

Tabela 14 - Categorização de palavras dos servidores participantes (2019) - Justificativa da escolha das principais categorias de gastos

Posição	Categoria	Nº de repetições
1º	Essencial	93
2º	Saúde	67
3º	Alimentação	47
4º	Educação / Qualidade	42 (cada)
5º	Habitação	33

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com base nas categorias de palavras, conseqüentemente por ter sido a mais mencionada nos dois grupos de servidores, “essencial” continua sendo a mais repetida, que com base nas respostas dos servidores, visava justificar as demais palavras apontadas que mais se destacaram, considerado pelos servidores como requisitos básicos para o seu dia a dia.

O item que diferenciou e que apareceu na categorização de palavras dos servidores em geral, foi habitação, que apareceu na 5ª posição, tendo em vista que a 4ª posição ficou dividida entre “educação” e “qualidade”. Na Figura 11 é apresentada uma nuvem de palavras que utiliza integralmente todas as respostas dadas pelos servidores participantes.

Tabela 15 - Remuneração média mensal participantes x categorias de gastos (geral)

Categorias	Servidores	
	Valor	%
Remuneração média	R\$ 7.451,24	100,00
Habitação	R\$ 841,99	11,30
Supermercado em geral	R\$ 806,97	10,83
Transporte	R\$ 636,34	8,54
Poupança e investimentos	R\$ 628,88	8,44
Energia elétrica e outros	R\$ 525,31	7,05
Saúde e cuidados pessoais	R\$ 518,61	6,96
Alimentação fora do domicílio	R\$ 346,48	4,65
Educação	R\$ 346,48	4,65
Lazer	R\$ 290,60	3,90
Serviços em geral	R\$ 287,62	3,86
Deduções obrigatórias e outras despesas	R\$ 2.221,96	29,82

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com base nas informações encontradas na Tabela 15, é possível conhecer qual a proporção (%) de cada categoria de gasto em relação a remuneração média dos participantes, e assim, poder aplicar essa mesma proporção encontrada levando agora em consideração a remuneração média dos servidores da UFOPA, com a finalidade de estimar a média de despesa que cada servidor possui em cada segmento, conforme a Tabela 16 a seguir:

Tabela 16 - Remuneração média mensal UFOPA x categorias de gastos

Categorias	Servidores (geral)	
	Valor	%
Remuneração média mensal	R\$ 7.421,32	100,00
Habitação	R\$ 838,61	11,30
Supermercado em geral	R\$ 803,73	10,83
Transporte	R\$ 633,78	8,54
Poupança e investimentos	R\$ 626,36	8,44
Energia elétrica e outros	R\$ 523,20	7,05
Saúde e cuidados pessoais	R\$ 516,52	6,96
Alimentação fora do domicílio	R\$ 345,09	4,65
Educação	R\$ 345,09	4,65
Lazer	R\$ 289,43	3,90
Serviços em geral	R\$ 286,46	3,86

Deduções obrigatórias e outras despesas	R\$ 2.213,04	29,82
--	---------------------	--------------

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

A Tabela 16 se remete a uma estimativa de gastos de um servidor da UFOPA, tomando como base a remuneração média dos servidores da Universidade e considerando a proporção dos gastos apontados em cada categoria de gastos nos levantamentos efetuados com base nas respostas dos servidores participantes.

A Tabela 17, estenderá os valores estimados para cada servidor da UFOPA e estenderá a todos os 1.080 servidores da Instituição (484 docentes e 596 técnicos), para que possa ser estimado e analisado qual o montante mensal aplicado em cada categoria de gastos, considerando agora a despesa de todos os servidores da instituição lotados no município de Santarém.

Tabela 17 - Remuneração média mensal UFOPA x categorias de gastos (1.080 servidores)

Categorias	Servidores UFOPA (STM)	
	Valor	%
Remuneração média mensal	R\$ 8.015.025,60	100,00
Habitação	R\$ 905.697,89	11,30
Supermercado em geral	R\$ 868.027,27	10,83
Transporte	R\$ 684.483,19	8,54
Poupança e investimentos	R\$ 676.468,16	8,44
Energia elétrica e outros	R\$ 565.059,30	7,05
Saúde e cuidados pessoais	R\$ 557.845,78	6,96
Alimentação fora do domicílio	R\$ 372.698,69	4,65
Educação	R\$ 372.698,69	4,65
Lazer	R\$ 312.586,00	3,90
Serviços em geral	R\$ 309.379,99	3,86
Deduções obrigatórias e outras despesas	R\$ 2.390.080,63	29,82

Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Com a tabela acima representando os gastos mensais dos 1.080 servidores lotados em Santarém, com base na tabela acima, projeta-se uma estimativa de remuneração média anual e a respectiva proporção dos gastos por categoria, conforme apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 - Remuneração média anual UFOPA x categorias de gastos (1.080 servidores)

Categorias	Servidores UFOPA (STM)	
	Valor	%
Remuneração média anual	R\$ 104.195.332,80	100,00
Habitação	R\$ 11.774.072,61	11,30
Supermercado em geral	R\$ 11.284.354,54	10,83
Transporte	R\$ 8.898.281,42	8,54
Poupança e investimentos	R\$ 8.794.086,09	8,44
Energia elétrica e outros	R\$ 7.345.770,96	7,05
Saúde e cuidados pessoais	R\$ 7.251.995,16	6,96
Alimentação fora do domicílio	R\$ 4.845.082,98	4,65
Educação	R\$ 4.845.082,98	4,65
Lazer	R\$ 4.063.617,98	3,90
Serviços em geral	R\$ 4.021.939,85	3,86
Deduções obrigatórias e outras despesas	R\$ 31.071.048,24	29,82

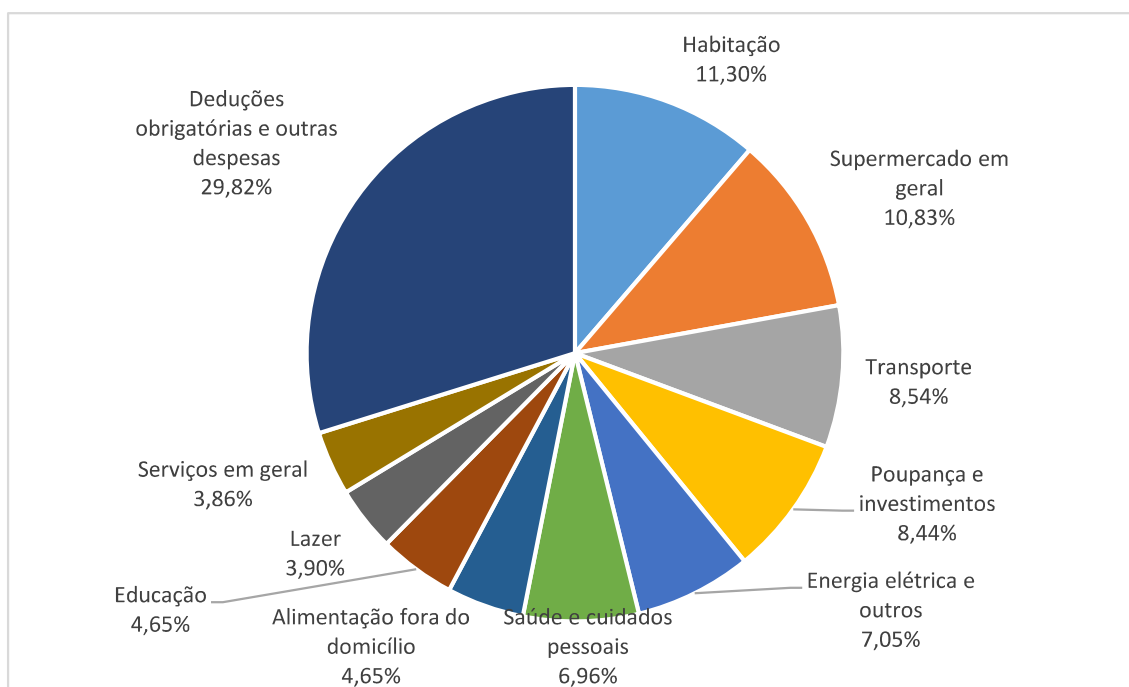
Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Os valores discriminados na Tabela 18 possuem a seguinte composição:

- Remuneração média anual: é o valor médio da remuneração dos servidores lotados nas unidades acadêmicas e administrativas localizadas no município de Santarém, sendo a remuneração média o valor de R\$ 7.421,32 e os servidores lotados no município sede, somam 1.080 servidores. Em seguida, multiplica-se o resultado do produto por 13, que representa os 12 meses do exercício financeiro mais o 13º (décimo terceiro) salário.
- Nas 10 (dez) categorias de gastos, que vão de “supermercado em geral” até “poupança e investimentos”, os valores utilizados como base de cálculo são oriundos da média dos gastos informados no questionário preenchido pelos servidores participantes, identificando assim a proporção (%) que cada categoria de gasto representava sob o valor médio da remuneração de cada servidor. Após isso fixou-se o percentual encontrado para cada categoria de despesa e aplicou-se sobre a remuneração média anual.
- A “remuneração – Cat. Gastos” representa a diferença encontrada entre a remuneração média anual e as 10 categorias de gastos. Podem ser atrelados a esse item as deduções obrigatórias com previdência social, que corresponde a 11% sobre o vencimento base mais a retribuição por titulação (docente) e o incentivo qualificação (técnico), sabendo que há servidores em regimes diferenciados, pois os servidores que ingressaram na Instituição a partir do dia

5 de fevereiro de 2013, onde passa a vigorar o teto de recolhimento previdenciário, que em 2018, tinha o teto estipulado em R\$ 5.645,80. Há também as deduções referente ao imposto de renda retido na fonte (IRRF), que após deduzido a contribuição previdenciária calcula-se o valor do imposto de renda a ser retido na fonte, que divididos por faixas inicia com a de “isento” e vai até a faixa de “27,5%”. E por fim pode ser classificado neste item as despesas que não se enquadram em nenhuma das 10 (dez) categorias de gastos anteriormente apresentadas.

Gráfico 38 - Impacto das categorias de gastos sob a remuneração média dos participantes



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Analisando as informações supracitadas no Gráfico 38, é possível compreender o quanto do montante do orçamento anual está relacionado diretamente à remuneração dos servidores e em seguida é possível compreender por meio das categorias de gastos, quais segmentos da economia local se beneficiam com os recursos destinados ao pagamento de pessoal da UFOPA.

Iniciando a análise pela remuneração paga no exercício de 2018, que soma um montante acima de R\$ 104 milhões, referente ao pagamento dos 12 (doze) meses do exercício financeiro, juntamente com o 13º salário. Esse montante corresponde a aproximadamente 77% do orçamento destinado a folha de pagamento para o ano

financeiro de 2018, que no decorrer do exercício empenhou 99% do orçamento referente a folha de servidores da Instituição.

Observando as categorias de gastos e tomando como base os percentuais médios encontrados conforme as informações concedidas pelos servidores participantes da pesquisa, aplicou-se junto a remuneração média anual, obtendo o seguinte resultado, conforme o Gráfico 39:

Gráfico 39 - Recurso da folha de pagamento em cada categoria de gasto



Fonte: pesquisa direta (2019) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2019)

Tendo em vista que os salários dos servidores públicos federais são provenientes de impostos pagos pela sociedade (pessoas físicas e jurídicas), inclui-se dentre eles, os próprios servidores públicos, que pagam impostos diretamente por meio de retenções na fonte salarial, assim como indiretamente, por meio do consumo de bens e serviços promovidos por pessoas físicas e jurídicas.

No exercício de 2018, foram empenhados R\$ 134.373.754,19 referente a folha de pagamento da UFOPA, que corresponde a 71% do que foi empenhado de seu orçamento próprio, no valor de R\$ 188.698.697,85, juntamente com as despesas de custeio e de investimentos (BRASIL, 2019).

Do montante executado para o pagamento dos servidores nota-se que R\$ 104.195.332,80, que corresponde a 78% do valor empenhado para a folha de pagamento, retorna a sociedade por meio do consumo de bens e serviços pagos pelos servidores da instituição, assim como os valores em poupança e investimentos e por fim os valores retidos em folha, sejam eles para fins previdenciários ou do próprio imposto de renda retido na fonte.

Os valores mencionados no parágrafo acima, correspondem aos gastos efetuados pelos servidores lotados nas unidades administrativas e acadêmicas no município de Santarém.

Analisando uma a uma das categorias de gastos, pode ser observado o montante estimado e quanto cada segmento da economia local se beneficia com a execução dos salários pagos aos servidores da UFOPA.

No exercício de 2018, a categoria de gasto que mais se beneficiou por meio dos gastos dos servidores foi a “habitação”, recebendo mais de R\$ 11,7 milhões, seguido do grupo de “supermercado em geral”, que obteve R\$ 11,2 milhões, sendo essas duas primeiras categorias que ultrapassaram a faixa de mais de R\$ 10 bilhões por ano.

O setor de “transporte” recebeu aproximadamente R\$ 8,8 milhões, enquanto a categoria “poupança e investimentos” se beneficiou recebendo R\$ 8,7 milhões. Com essas duas categorias, é possível observar que nem todos os grupos que receberam mais recursos, são considerados os mais importantes para os servidores, conforme foi já demonstrado na Tabela 13, que apresentou as quatro categorias mais importantes para eles, que apontaram “supermercado em geral”, “saúde e cuidados pessoais”, “energia e outros abastecimentos” e “habitação”, respectivamente.

A soma dos gastos efetuados nas quatro primeiras categorias supracitadas recebeu aproximadamente 56% dos gastos pessoais efetuados pelos servidores da Instituição lotados em Santarém.

Em seguida vem a categoria “energia e outros abastecimentos” que recebeu o valor de R\$ 7,3 milhões, seguido do grupo “saúde e cuidados pessoais” com o montante de R\$ 7,2 milhões, a seguir as categorias “alimentação fora do domicílio” e “educação” que se beneficiaram com R\$ 9,6 milhões (com R\$ 4,8 milhões cada

categoria) e por fim as categorias “lazer” e “serviços em geral” que receberam R\$ 8 milhões (com R\$ 4,8 milhões cada categoria).

Analisando juntamente as 10 (dez) categorias de gastos, o montante gasto na economia local acima de R\$ 73 milhões no ano de 2018, o que representa 54% do valor empenhado para folha de pagamento. É relevante mencionar que além dos valores mencionados das categorias de gasto, ainda há o valor que corresponde as “deduções obrigatórias e outras despesas” que somam o valor aproximado de R\$ 42,8 milhões e corresponde a 32% em relação ao total empenhado para a despesa de pessoal.

4.3 Resultados alcançados e análise sobre o contexto econômico local

Após a análise dos dados concedidos pelos participantes da pesquisa, conclui-se que a ampla maioria dos servidores (94%) têm a UFOPA como a sua única fonte de renda e que muitos atuam (81%) em seu ambiente familiar como o principal responsável e/ou dividem esse posto como outro membro da família. Isso ocorre devido a renda de um servidor da Instituição ser acima da média salarial paga aos trabalhadores da região, seja no setor privado ou no público, principalmente quando comparado as esferas municipais e estaduais.

Devido os docentes possuir maior qualificação e considerando que o plano de carreira dos servidores públicos de IFES atribuem maiores remunerações para os servidores com maiores titulações, possuindo assim maior média de remuneração dentre os servidores e apresentaram maior média de consumo de bens e serviços em relação aos técnicos-administrativos.

E sobre um panorama geral no perfil de consumo dos participantes, as categorias supermercado, saúde, habitação e energia elétrica/comunicação, despontam como as principais despesas executadas por eles, vale frisar que a categoria “energia elétrica e outros abastecimentos” não configura dentre as que mais consomem parte de suas respectivas remunerações, conforme já mencionado pelos autores Pinto *et al* (1983) e Silva (2004) os maiores gastos nem sempre representam os principais gastos do ponto de vista do consumidor.

Considerando todas as categorias de gastos analisadas e relacionando com a remuneração dos servidores da instituição, tomando como base a média encontrada nas informações dos participantes e relacionando com as afirmações de Bovo (1999), Kosempel (1995) e Schneider (2002) que tratam do impacto ocasionado na economia devido os gastos efetuados pelos servidores da instituição, a UFOPA por meio da execução das despesas pessoais de seus servidores implementa de modo direto mais de R\$ 73 milhões por ano na economia do município de Santarém.

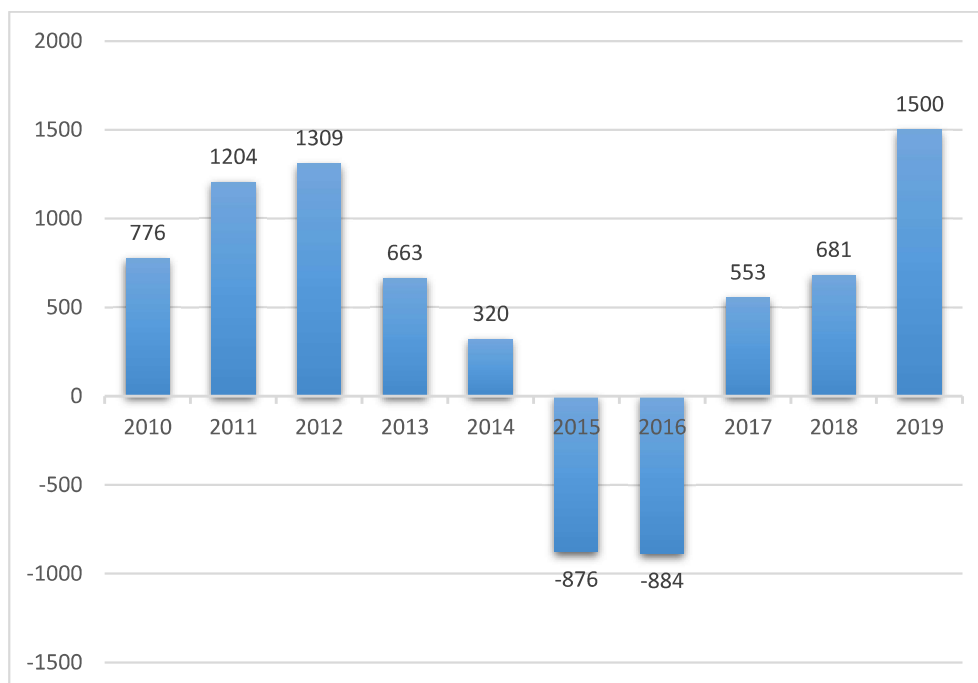
Observa-se no cenário econômico santareno, um aumento no número de estabelecimentos comerciais, a exemplo disto, surgiram empreendimentos como os shopping Paraíso e o Rio Tapajós, que acabaram trazendo e consolidando grandes franquias nacionais (C&A, Riachuelo, Renner, Boticário, Burguer King, Bob's, dentre outros) para a região, assim como já chegou a cidade outros estabelecimentos de visibilidade nacional, como Marisa, Lojas Americanas, Novo Mundo, Gazin e Magazine Luíza, além de que, no ano de 2016 começaram a surgir os grandes "atacarejos", como o Atacadão, o Assaí (este último em 2019), e a ampliação daqueles já existentes, como o Avante, estabelecimentos estes que atendem uma grande diversidade de públicos, como os pequenos comerciantes que atendem a população em seus respectivos bairros, como também o consumidor de todas as classes sociais.

Os supermercados, atacarejos e distribuidoras de alimentos, além de atenderem ao consumidor final, também se beneficiam pela crescente demanda de restaurantes, lanchonetes, pizzarias e outros relacionados a venda de refeições/lanches prontos, com o surgimento de novos estabelecimentos e como a ampliação de alguns já existentes. Há destaque no aumento do serviço de entregas conhecido popularmente por *delivery*, devido a venda *online* por meio de aplicativos e de redes sociais, que contribuiu no aumento do faturamento destes estabelecimentos e juntamente tem agregado muita mão de obra, principalmente a informal.

O turismo também apresentou um crescimento significativo, a exemplo de 2018, o setor faturou mais de R\$ 170 milhões e o município já desponta como um dos principais destinos nacionais de 2020. O turismo praticado por residentes locais tem aumentado nos últimos anos, sendo as belezas naturais locais um atrativo e uma das principais opções de lazer dos moradores da região, e que contribui no fomento de vários segmentos comerciais locais, como restaurantes, artesanato, passeios turísticos e hospedagem. (SEMTUR, 2019/2020)

Com vários segmentos da economia local em crescimento, conseqüentemente esse efeito reverberou nos empregos locais, conforme o Gráfico 40.

Gráfico 40 - Quantidade de empregos criados no período de 2010 a 2019 em Santarém/PA



Fonte: CAGED (2020) Org.: RAMALHO, E. E. O. (2020)

Apesar das oscilações na geração de empregos nos últimos dez anos, há um saldo positivo de 5.286 novos postos de trabalhos criados, em decorrência do aumento de investimentos no município de Santarém que também reflete no aumento de empresas criadas nos últimos anos. A exemplo dos dois últimos anos, onde tivemos em 2018 a abertura de 2.606 novas empresas e esse quantitativo aumentou ainda mais em 2019, com 3.097 novas empresas criadas. (JUCEPA, 2020)

Tais conseqüências na economia local, possibilitam reflexões sobre o efeito multiplicador que entidades públicas ocasionam nas localidades onde se instalam, pois atraem recursos e investimentos que têm interesse em atender a demanda gerada pela própria instituição, assim como a demanda oriunda dos servidores que consomem bens e serviços locais por meio de seus proventos recebidos da instituição.

Quando observado quantitativamente a questão dos recursos da universidade e o seu impacto na economia local por meio da execução dos proventos dos servidores, nota-se que direta ou indiretamente, todo o recurso público destinado ao pagamento dos servidores da Instituição, retornam a sociedade, seja fomentando diversos setores da economia, assim como retorna para o próprio governo, por meio

das retenções existentes na folha de pagamento do servidor, como o imposto de renda e a dedução previdenciária.

Há também o retorno do recurso ao Estado por meio dos impostos pagos pelas empresas devido ao aumento de seu faturamento que se beneficiam com a circulação de capital ocasionada pelos gastos dos proventos dos servidores públicos, o que demonstra que todo esse processo é um ciclo que retroalimenta a sociedade contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico por meio da circulação de capitais com o uso de recurso público destinado ao funcionamento da UFOPA, beneficiando a sociedade em geral e em seus mais variados segmentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando o propósito de compreender como a UFOPA contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, a partir da execução orçamentária da Universidade, delineando as três vertentes que direcionam este estudo, que aborda a universidade como parte de um projeto de desenvolvimento regional, como um polo de atração de mão-de-obra qualificada e tendo a instituição como um elemento de força motriz de desenvolvimento econômico-regional.

No desenvolvimento da temática apresentada e o seu delineamento, foi possível compreender o processo que torna uma universidade em um polo de desenvolvimento regional, considerando os fatores desde a composição do seu orçamento e as formas de desenvolvimento socioeconômico promovidas pelas IFES.

O ponto inicial desta pesquisa, veio por meio do seguinte questionamento: “De que forma a UFOPA contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Município de Santarém?”.

Para responder a problemática levantada, delimita-se como objetivo principal, compreender de que forma a UFOPA contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Santarém e esta pesquisa percorreu os caminhos traçados pelos objetivos específicos determinados no projeto, que buscam identificar os fatores que caracterizam a universidade como um polo de desenvolvimento regional, em seguida, analisa a universidade como um polo de atração de mão-de-obra qualificada e por fim, verifica de que forma a UFOPA contribui para o fomento da economia local.

Assim, compreende-se o quão relevante o orçamento da UFOPA se faz perante a outras instituições públicas locais, principalmente no que tange as prefeituras municipais. Pois a Universidade se mostra como uma das principais potências orçamentárias da região, possuindo orçamento maior que de 17 dentre os 20 municípios de sua área de abrangência.

De 2010 até 2019, a Universidade já executou mais de R\$ 1,2 bilhões em orçamento público na região, sendo que, 60% deste recurso é destinado para atender ao pagamento de salário dos servidores da Instituição.

Conhecendo a relevância do orçamento voltado para as despesas pessoais, que no último exercício financeiro (2019), correspondia a 73% de todo o orçamento da Instituição, executando nos últimos anos neste grupo de despesa mais de R\$ 100 milhões por ano.

Desta forma, esta pesquisa apresenta o tipo de mão-de-obra que a Instituição atraiu, assim como o seu nível de qualificação. E dentre os servidores participantes da pesquisa, nota-se que muitos (75%) são naturais da região norte, sendo que basicamente 50% dos docentes são nascidos na região norte, enquanto os técnicos quase que em sua totalidade (92%) também nasceram na região.

Fazendo esta mesma análise mais tendo agora como ponto central o município de Santarém, distinguindo aqueles que nasceram em Santarém e os naturais de outras localidades. Pode se concluir que a mão-de-obra da Universidade possui fortes características “estrangeiras”, com 61% dos participantes naturais de outras localidades, principalmente os docentes, onde 84% dos docentes participantes nasceram fora de Santarém, enquanto os técnicos em sua maioria (56%) nasceram no município sede da universidade.

Quando se aplica esta mesma análise, mas partindo do ponto de onde os servidores se encontravam antes de ingressarem na Instituição, percebe-se que 52% dos servidores residiam fora de Santarém, principalmente os docentes, onde 85% deles residiam em outras localidades, já os técnicos-administrativos, 71% já residiam em Santarém antes de ingressarem na instituição e eles correspondem a 87% dos servidores que já residiam na localidade.

Quanto a análise sobre a migração, partindo do local de nascimento dos servidores, nota-se que a mão de obra possui característica exógena para os docentes, e partindo do ponto dentre aqueles que já residiam em Santarém, percebe-se a característica de mão-de-obra endógena para os técnicos, que em sua maioria já eram radicados no município sede da universidade.

Outro ponto importante na análise da mão-de-obra empregada diretamente pela Instituição, é a sua alta qualificação, observa-se que dentre os participantes, 98% são no mínimo graduados, sendo que os docentes predominam nas qualificações de mestrado, doutorado e pós-doutorado, enquanto que os técnicos predominam nos níveis de graduação, especialização e já apresenta uma quantidade relevante de servidores com mestrado, correspondendo a 47% dos mestres participantes da pesquisa.

Há uma peculiaridade na qualificação dos servidores da Universidade, pois além de se tratar de uma mão-de-obra altamente qualificada, essa qualificação não é estática, pois desde o seu ingresso na instituição, 55% dos participantes já progrediram a outros níveis de qualificação, tendo em vista que o plano de carreira

dos servidores (docentes e técnicos) incentivam os mesmos a progredirem, pois assim alcançam níveis maiores que afetam positivamente em suas remunerações.

Considerando a contribuição econômica da universidade promovida pela execução de seus recursos destinados ao pagamento de salários dos servidores, ponderando que estes efetuam gastos em diversos segmentos da economia local, para atender suas necessidades e desejos por meio do consumo de bens e serviços fornecidos no município, este estudo identificou que 60% dos participantes são os responsáveis financeiros em seu lar, 20% dividem esse posto com outro membro da família que possui renda equiparada, enquanto que 20% não são os responsáveis pelo orçamento familiar e nem possuem renda equiparada. Outra conclusão importante é que 94% dos participantes têm a UFOPA como sua única fonte de renda.

Dentre os servidores participantes, 67% apontaram como as principais categorias de gasto: “supermercado em geral”, “saúde e cuidados pessoais”, “energia elétrica e outros abastecimentos” e “habitação”, respectivamente nesta ordem de classificação e justificam suas escolhas por se tratar de elementos essenciais para o seu bem-estar.

Considerando a remuneração média dos servidores lotados em Santarém e cruzando com a média de consumo encontrada em cada categoria de gasto, foi possível mensurar quanto é movimentado em cada segmento da economia local, baseado nas categorias de gastos definidas nesta pesquisa e assim conclui-se que os supermercados, o setor imobiliário, as despesas relacionadas a locomoção e as instituições financeiras recebem mais de R\$ 40,7 milhões por ano, representando aproximadamente 40% dos recursos de folha de pagamento dos servidores, sendo o valor total aplicado diretamente na economia local por meio da execução de despesas dos servidores residentes em Santarém, do ponto de vista geral, aproximadamente R\$ 73,1 milhões por ano, que corresponde a mais de 70% do recurso da folha de pessoal da UFOPA e que são aplicados diretamente na economia santarena.

Este estudo pode ser contributivo para diversos segmentos da sociedade, onde o governo pode utilizá-lo como base de avaliação para mensuração de uma universidade na contribuição da economia local por meio da execução de despesas de pessoal, pois o impacto econômico tende a ser um dos primeiros a serem transformados na região, até mesmo antes do impacto de geração de mão-de-obra qualificada preparada para a sociedade, por este último se tratar de um resultado que aparece em médio e longo prazo.

Uma contribuição importante desta pesquisa é que por meio dela é possível ter uma melhor percepção da dinâmica nas movimentações da mão-de-obra empregada diretamente pela IFES, tendo em vista que o processo de migração de mão-de-obra qualificada (principalmente no caso dos docentes) possuem uma peculiaridade, quando analisado o quadro de servidores de uma universidade, pois os fatores estabilidade e salário não são os únicos a serem observados como forma de principais atrativos para a escolha do servidor.

Esta pesquisa contribui para que entidades públicas, principalmente as prefeituras municipais e a sociedade, compreendam o efeito dinamizador que uma IFES pode promover na região onde se instalam, podendo analisar o efeito a curto prazo, que estão relacionados a parte econômica, por meio da execução do orçamento da instituição, assim como os efeitos de médio e longo prazo promovidos pelas atividades principais das universidades, que se trata da formação de mão-de-obra qualificada por meio do ensino, pesquisa e extensão, e pela infraestrutura implementada pela instituição na localidade onde atua.

A iniciativa privada pode se beneficiar desta pesquisa compreendendo os efeitos multiplicadores que uma universidade pública ocasiona na região onde se instalam, buscando adequar o comércio local para o perfil de consumidores de serviços e mercadorias que a universidade irá gerar por meio da execução de seus recursos voltados ao pagamento de servidores, assim como para atender a demanda de serviços e mercadorias a serem consumidos diretamente pela instituição.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, as maiores dificuldades encontradas foram relacionadas a produção bibliográfica, considerando que muitos trabalhos que possuem similaridade com a temática aqui abordada, atenuavam as contribuições socioeconômicas das universidades do ponto de vista na geração de capital humano, produção científica e inovação tecnológica, devido a finalidade para a qual essas instituições foram criadas. E quando era encontrado produção científica que tratava a universidade como um agente econômico, pouco se falava de seu orçamento e o seu efeito multiplicador na economia, pois os trabalhos encontrados utilizavam métodos de avaliação do ponto de vista macroeconômico.

As possibilidades de estudos relacionados a esta pesquisa são bastantes promissoras, pois do ponto de vista orçamentário, seria interessante trabalhos que explorassem os demais tipos de recursos, além do designado para pagamento de salário de servidores, investigando os principais beneficiados pela execução dos

grupos de despesa 3 e 4 (sendo eles, outras despesas correntes e investimentos, respectivamente).

Outro ponto importante, seria um estudo aprofundado da execução orçamentária da política pública conhecida como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), considerando que este tipo de despesa pública é bastante significativo em relação as despesas de custeio de uma universidade.

Ainda sobre pesquisas com enfoque no orçamento das universidades, pode ser relacionado a execução orçamentária, com índices de crescimento e desenvolvimento, como PIB e IDH das localidades que sediam essas instituições.

Ao finalizar esta pesquisa tive a oportunidade de conhecer muito mais sobre as universidades federais, principalmente sobre a UFOPA, em relação ao seu processo histórico e as muitas transformações que ocorreram com ela e nas próprias instituições de ensino superior no país, assim como, as transformações causadas por elas, seja no contexto socioeconômico, político e territorial.

Ressalto para a importância do planejamento orçamentário para a implementação eficiente de qualquer política pública, independentemente de sua natureza, pois o planejamento atrelado aos instrumentos orçamentários tem se mostrado cada vez mais concatenados no cenário político e socioeconômico atual.

Foi gratificante se deparar com os resultados encontrados nesta pesquisa e ver os efeitos multiplicadores que uma universidade pública consegue promover por meio de sua execução orçamentária, analisando desde a atração de mão-de-obra qualificada até ao impacto econômico ocasionado pelas simples despesas pessoais de seus servidores.

Este estudo reafirmou o quão é importante uma universidade pública em seu contexto social, que é a produção de capital humano e nos acrescenta todos os efeitos gerados pelo seu simples funcionamento em uma cidade e as mudanças ocasionadas no território, na economia, na inovação e na promoção cultural. Assim nota-se a grandeza em vários sentidos, todas elas oriundas do mesmo ponto em comum, que são as universidades públicas federais, com o seu ambiente intelectualizado, inovador e democrático.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. B. **Impacto Socioeconômico da Universidade numa visão da economia do conhecimento**: Estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado. Canoinhas: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, 2010.

AMAZONAS, T. M. M. **Informações Municipais de Santarém SEMMA_CIAM. Informações Municipais**. Santarém: PMS, 2013. Disponível em: http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0.668764001357580532__informacoes_2.pdf. Acessado em: 15 de março de 2017.

ANSELIN, L.; VARGA, A.; ACS, Z. Local geographic spillovers between university research and high technology innovations. **Journal of Urban Economics**, 1997. 442-448.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BOTELHO JÚNIOR, C. D. O. Uma análise econômica da expansão da educação superior em Juiz de Fora. **Revista Faculdade Machado Sobrinho**, Juiz de Fora, 2004.

BOVO, J. M. **Universidade e comunidade**: avaliação dos impactos econômicos e a prestação de serviços. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

BOVO, J. M.; SILVA, R. T. D.; GUZZI, V. D. S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços à comunidade. **Perspectivas**, São Paulo, n. 19, p. 71-85, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: [s.n.], 1988.

CAMPOS, I. M. B. **GASTO PÚBLICO COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS**: uma análise do processo decisório no MEC – 1995-2010 (dissertação de mestrado). Brasília: UNB, 2015.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, Out-Dez 2006.

CARVALHO, E. D. N. **A interiorização do ensino superior na Amazônia: o caso de Santarém no oeste do Pará - 1985 a 2010**. Fortaleza: Tese (doutorado acadêmico em geografia), 2014.

CASTELLS, A. A sociedade em rede. In: _____ **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P.; ZORZIN, P. G. Universidades federais mineiras: análise da produção da pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 307-332, mai-ago 2012.

CHIEZA, R. A. **O ajuste das finanças públicas municipais à Lei de Responsabilidade Fiscal: os municípios do RS** (Tese de Doutorado em economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DA MATA, D. et al. Migração, Qualificação e Desempenho das Cidades Brasileiras. In: **IPEA Dinâmica dos Municípios**. Brasília: IPEA, 2008. p. 289-322.

DRUCKER, J.; GOLDSTEIN, H. Assessing the Regional Economic Development Impacts of Universities: a review of current approaches. **International Regional Science Review**, 2007.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FAGGIAN, A.; MCCANN, P. Human capital, graduate migration and innovation in British regions. **Cambridge Journal of Economics**, 2009. 317-333.

FELSENSTEIN, D. The University in the Metropolitan Arena: Impacts and Public Policy Implications. **Urban Studies**, 1996.

FERREIRA, R. N.; MATOS, R. Migração de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, S. C. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior**: Uma visão do grau de engessamento dos orçamentos das universidades federais. Brasília: UNB, 2013.

FIALHO, N. H. A missão da universidade. **Revista da FAEEBA**, Salvador, jul-dez 1998. 25-42.

FISCHER, A. **Mudança organizacional na universidade**: o caso da UNOESC - Campus de Videira-SC (dissertação de mestrado em engenharia de produção). Florianópolis: UFSC, 2001.

FLORAX, R. The university: a regional booster? Economic impacts of academic knowledge infrastructure. **Aldershot**, Avebury, 1992.

FLORAX, R.; FOLMER, H. Knowledge impacts of universities on industries: an aggregate simultaneous investment model. **Journal of Regional Science**, 1992. 437-466.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARRIDO-YSERTE, R.; GALLO-RIVERA, M. T. O impacto da universidade sob a economia local: três métodos para estimar os efeitos colaterais da demanda. **The Annals of Regional Science**, 2010.

GERMANI, G. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires: [s.n.], 1970.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODDARD, J. B.; ET AL. **Learning regional engagement**: a re-evaluation of the third role of Eastern Finland University. Helsinki: Finheec, 2003.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista UNIOESTE**, Curitiba, 2004.

GOLDSTEIN, H.; GLASER, K. Research universities as actors in the governance of local and regional development. **The Journal of Technology Transfer**, 2012.

GOLGHER, A. B. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados. In: UFMG **Texto para discussão nº 296**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006.

GOLGHER, A. B.; ROSA, C. H.; ARAÚJO JÚNIOR, A. F. D. The determinants of migration in Brazil. In: UFMG **Texto para discussão nº 268**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005.

GROSCHUPF, S. L. B. **O orçamento público como instrumento para o planejamento e desenvolvimento institucional**: Um estudo de multicaso nas instituições de ensino superior públicas federais do estado do Paraná (Dissertação de mestrado). Curitiba: UTFPR, 2015.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, É. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, 1999. 7-19.

HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

IBGE. **Anuário estatístico**. Brasil. 2010.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOSEMPEL, S. **The economic impact of the University of Victoria**. Victoria (USA): [s.n.], 1995. Disponível em: <http://www.inst.uvic.ca/other/impact13.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LENDEL, I. The impact of research universities on regional economies: the concept of university products. **Economic Development Quarterly**, 2010.

LIMA, D. V. D.; CASTRO, R. G. D. **Contabilidade Pública**: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da universidade estadual do sudoeste da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

LOPES, R. P. M. **Universidade, externalidades e desenvolvimento regional**: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da

Conquista. Barcelona (ESP): Tese (Doutorado em Geografia, Planificaion Territorial i Gestión Ambi). Universidade de Barcelona, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar 2002.

MASCARENHAS, S. A. D. N.; BRAULE, G. P. Necessidade de política de valorização dos educadores na expansão e interiorização do Ensino Superior Federal na Amazônia - a experiência em Humaitá e Benjamin Constate. **EDUCAmazônia: educação, sociedade e meio ambiente**, Manaus, v. 2, n. 2, p. 190-202, Jul-Dez 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, C. W. D.; DA MATA, D. Além da migração qualificada. **Revista Desafio do Desenvolvimento**, Brasília, n. 43, 2008.

PEREIRA, L. C. B. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Caderno Fespsp**, São Paulo, 2006.

PEREIRA, V. M. **O Recente processo migratório brasileiro e seus determinantes**. Piracicaba: Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2000.

PINTO, A.; FREDES, C.; MARINHO, L. C. **Curso de economia**: elementos de teoria economica. Rio de Janeiro: Unilivros, 1983.

RIGHI, M. L.; RUPPENTHAL, J. E. A influência de uma universidade na geração de um polo regional de ensino superior. **Revista ABCustos Associação Brasileira de Custos**, São Paulo, v. VIII, n. 1, jan-abr 2013.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional**: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. 1ª reimp. ed. Curitiba: [s.n.], 2009.

ROLIM, C.; KURESKI, R. Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 112, p. 111-130, 2007.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, 2009.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, 2009.

ROMER, D. *Advanced macroeconomics*. **McGraw-Hill**, 1996.

SABBADINI, R.; AZZONI, C. R. Migração interestadual de pessoal altamente educado: Evidências sobre a fuga de cérebros. **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia**, Niteroi, 2006.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Histedbr, 2008.

SANTARÉM, P. M. **Ciclos econômicos**. [S.l.]. 2010.

SANTOS, F. S. D. **Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES: um estudo da Universidade de Brasília-UnB**. Brasília: UNB, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. Santa Maria: UNIFRA, 2002.

SHETH, J. N.; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. **Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, H. M. R. **Análise do orçamento de uma amostra de famílias brasileiras: um estudo baseado na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE**. São Paulo: Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental. Um enfoque administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVEIRA, F. G.; ET. AL. **Gasto e consumo das famílias brasileiras comtemporâneas**. Brasília: IPEA, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BNB, E. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: ETENE, 1980. p. 111-144.

SMITH, M. M. **O impacto da migração de professores no sistema educacional da Jamaica**. Campinas: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009.

SOUZA, E. D. Migração de professores no Rio de Janeiro: oportunidades e desafios. In: _____ **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Pedro: ABEP, 2014.

TODARO, M. Internal Migration in Developing Countries: A Survey. In: EASTERLIN, R. A. **Population and Economic Change in Developing Countries**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. p. 361-402.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFOPA. **Plano de desenvolvimento institucional. 2012 a 2016**. Santarém/PA: [s.n.], 2013.

WARREN, A.; ET AL. Models for university technology transfer: resolving conflicts between mission and methods and the dependency on geographic location. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, p. 219-232, 2008.

WORLD, B. E. **Globalization**. Illinois: World Book Inc, 2007.

ZYGOMATIC. Wordclouds.com. **Wordclouds**, 2019. Disponível em: <https://www.wordclouds.com>. Acesso em: 29 novembro 2019.

ANEXO



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.085, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, criada pela [Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957](#), e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, criada pela [Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002](#).

Parágrafo único. A UFOPA, com natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º A UFOPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFOPA, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, no seu estatuto e nas demais normas pertinentes.

Art. 4º Passam a integrar a UFOPA, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do campus de Santarém e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFOPA.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFOPA os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFPA, disponibilizados para funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados, para compor o quadro de pessoal da UFOPA:

- I - 432 (quatrocentos e trinta e dois) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior;
- II - 120 (cento e vinte) cargos efetivos técnico-administrativos de nível superior, na forma do Anexo; e
- III - 212 (duzentos e doze) cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio, na forma do Anexo.

Parágrafo único. Aplicam-se aos cargos a que se refere o caput as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam as [Leis nºs 7.596, de 10 de abril de 1987](#), [10.302, de 31 de outubro de 2001](#), e [11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), bem como o regime jurídico instituído pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).

Art. 7º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da UFOPA dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos e funções para compor a estrutura regimental da UFOPA:

I - 41 (quarenta e um) Cargos de Direção - CD, sendo 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 15 (quinze) CD-3 e 24 (vinte e quatro) CD-4; e

II - 170 (cento e setenta) Funções Gratificadas - FG, sendo 49 (quarenta e nove) FG-1, 24 (vinte e quatro) FG-2, 33 (trinta e três) FG-4, 15 (quinze) FG-5, 4 (quatro) FG-6 e 45 (quarenta e cinco) FG-7.

Art. 9º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no [§ 1º do art. 169 da Constituição Federal](#).

Art. 10. Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFOPA.

Art. 11. A administração superior da UFOPA será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na [Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968](#), e pelo Conselho Universitário, no limite das respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFOPA.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na [Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968](#), substituirá o Reitor em suas ausências e impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UFOPA disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 12. O patrimônio da UFOPA será constituído por:

I - bens da UFPA e da UFRA, disponibilizados para o funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos pertinentes;

II - bens e direitos que a UFOPA vier a adquirir ou incorporar;

III - doações ou legados que receber; e

IV - incorporações que resultem de serviços realizados pela UFOPA, observados os limites da legislação pertinente.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFOPA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 13. Os recursos financeiros da UFOPA serão provenientes de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V - receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da UFOPA, nos termos do estatuto e do regimento interno; e

VI - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFOPA fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 14. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFOPA deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subsequente ao da publicação desta Lei.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFPA e UFRA para a UFOPA, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II - praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 16. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFOPA, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, pro tempore, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 17. A UFOPA encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Fernando Haddad
Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.11.2009

A N E X O

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - NS	QUANTIDADE
Administrador	18
Analista de Tecnologia da Informação	10
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	2
Assistente Social	4
Bibliotecário - Documentalista	12
Biólogo	4
Contador	4
Economista	2
Enfermeiro/Área	2
Engenheiro/Área	5
Engenheiro Agrônomo	2
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1
Farmacêutico-Bioquímico	3
Fisioterapeuta	2
Geólogo	2
Jornalista	2
Médico/Área	4
Nutricionista/Habilitação	2
Odontólogo	2
Pedagogo/Área	6
Psicólogo/Área	4
Químico	2
Revisor de Texto	1
Secretário Executivo	12
Técnico em Assuntos Educacionais	8
Zootecnista	2
TOTAL	120
CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO - NI	QUANTIDADE
Almoxarife	1
Assistente em Administração	182
Técnico em Eletrotécnica	1
Técnico em Geologia	1
Técnico de Laboratório/Área	12
Técnico de Tecnologia da Informação	6
Técnico em Contabilidade	6
Técnico em Edificações	1
Técnico em Enfermagem	1
Técnico em Refrigeração	1
TOTAL	212

APÊNDICE A

Origem e Qualificação dos Servidores da UFOPA

Olá,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "Origem e Qualificação dos Servidores da UFOPA", conduzida pelo professor do Enio Ramalho, vinculado ao PCEDR/ICS. Este estudo tem por objetivo identificar de onde vieram os servidores que atualmente compõe quadro de servidores ativos da instituição e mensurar o quanto a UFOPA tem em seu quadro funcional de mão de obra qualificada.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízos financeiros, por se tratar de uma participação voluntária.

Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento do formulário abaixo, onde após a coleta dos dados, será realizada uma análise descritiva para obtenção do resultado consolidado.

A pesquisa tem como público alvo todos os servidores ativos da UFOPA (inclusive os que se encontram em licença médica, capacitação e afastamento para mestrado/doutorado). Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, preencha o formulário a seguir e no final clique em "SUBMIT". Esta pesquisa esta cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, conforme portaria nº 283 de 30/11/2017. Caso haja dúvidas sobre sua participação, favor entrar em contato por email (enioeoramalho@gmail.com) com o professor responsável.

Desde já agradecemos pela sua participação que é de fundamental importância para alcançar o objetivo proposto.

Atenciosamente,

Enio Ramalho
Docente no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional
Instituto de Ciências da Sociedade
Universidade Federal do Oeste do Pará

* Required

1. Nome e Sobrenome *

2. SIAPE *

3. Nascido em *

(Cidade / Estado)

4. Servidor *

Mark only one oval.

Docente

Técnico

5. Ingressou na UFOPA em *

Se você já fazia parte do quadro de servidores da UFPA ou UFRA, informe a data de ingresso na instituição de origem.

Example: December 15, 2012

6. Em qual cidade você residia antes de ingressar na UFOPA? *

(Cidade / Estado)

7. Quando você ingressou na UFOPA, qual era a sua Qualificação? *

Mark only one oval.

- Fundamental
- Médio
- Médio-Profissionalizante
- Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

8. Atualmente, em qual unidade você está lotado? *

Mark only one oval.

- Reitoria
- PROAD
- PROPLAN
- PROGEP
- PROEN
- PROPPIT
- PROCCE
- PROGES
- ICED
- ICS
- ISCO
- CFI
- IEG
- IBEF
- ICTA
- CAMPUS ALENQUER
- CAMPUS JURUTI
- CAMPUS ORIXIMINA
- CAMPUS ITAITUBA
- CAMPUS MONTE ALEGRE
- CAMPUS OBIDOS
- ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

9. Atualmente, qual é a sua qualificação? *

Mark only one oval.

- Fundamental
- Médio
- Médio-Profissionalizante
- Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

10. Qual foi o principal atrativo que o levou a escolher a UFOPA como local de trabalho?

APÊNDICE B

Características das Despesas dos Servidores da UFOPA e sua Contribuição para o Crescimento da Economia Local

Olá,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Características das Despesas dos Servidores da UFOPA e sua Contribuição para o Crescimento da Economia Local”, conduzida pelo professor do Enio Ramalho, vinculado ao PCEDR/ICS.

Tendo em vista que mais de 60% do orçamento anual da instituição é destinado ao pagamento de salários e encargos dos servidores da UFOPA (docentes e técnicos-administrativos), esta pesquisa visa compreender de que forma este recurso impacta no contexto econômico local, especificando quais setores são os mais beneficiados com a aplicação deste recurso por meio dos servidores da Universidade.

A pesquisa tem como público alvo todos os servidores ativos da UFOPA (inclusive os que se encontram em licença médica, capacitação e afastamento para mestrado/doutorado).

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, preencha o formulário a seguir e no final clique em “SUBMIT”. Esta pesquisa esta cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, conforme portaria nº 283 de 30/11/2017. Caso haja dúvidas sobre sua participação, favor entrar em contato por email (enioeoramalho@gmail.com) com o professor responsável.

Desde já agradecemos pela sua participação que é de fundamental importância para alcançar o objetivo proposto.

Atenciosamente,

Enio Ramalho
Docente no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional
Instituto de Ciências da Sociedade
Universidade Federal do Oeste do Pará

* Required

1. Termo de consentimento *

Check all that apply.

Aceito participar da pesquisa.

Skip to question 2.

Informações pessoais

2. Nome completo *

3. SIAPE *

4. Servidor*

Mark only one oval.

- Docente
- Técnico-Administrativo

5. Em qual cidade você está lotado? *

Mark only one oval.

- Alenquer
- Itaituba
- Juruti
- Monte Alegre
- Óbidos
- Oriximiná
- Santarém

6. Você é o (principal) responsável financeiro de sua família? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Possuímos remuneração equiparada

7. Você possui alguma fonte de renda além do salário da UFOPA? *

Mark only one oval.

- Sim, e minha renda externa esta na mesma proporção do meu salário na UFOPA
- Sim, e minha renda externa é maior que o meu salário na UFOPA
- Sim, e minha renda externa é menor que o meu salário na UFOPA
- Não possui renda externa

Skip to question 8.

Categoria de Gastos

Aqui você descreverá em cada categoria de gasto, qual a faixa que você melhor se enquadra, levando em consideração que suas despesas sejam mensais. Para as despesas sazonais, informe qual a média do valor se fosse possível dividi-la em 12 meses.

8. Supermercado em geral *

Considere alimentos como grãos (arroz, feijão, trigo, farinha, etc.), carnes (bovina, suína, aves, pescados, etc.), hortifrutí (legumes, verduras, frutas, etc.), industrializados, enlatados, leite e derivados, etc. Produtos de higiene pessoal, limpeza doméstica, dentre outros.
Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

9. Alimentação fora do domicílio *

Refeições, lanches, café da manhã, jantar, etc.
Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

10. Sobre a alimentação.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

11. Habitação *

Imóvel em financiamento, aluguel, condomínio, manutenção (pintura, revestimento, elétrica, hidráulica e outros), etc.

Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 500
- R\$ 501 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.501 a R\$ 2.000
- R\$ 2.001 a R\$ 2.500
- R\$ 2.501 a R\$ 3.000
- acima de R\$ 3.000

12. Sobre sua residência, o imóvel é... *

Mark only one oval.

- Próprio (quitado)
- Próprio (em financiamento)
- Alugado
- Familiar

13. Sobre a habitação.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

14. Energia elétrica, água, telefone, internet, gás e outros abastecimentos *

Energia elétrica, abastecimento de água, gás encanado, gás em botija, telefone residencial (mensalidade e/ou recargas), celular (mensalidade e/ou recargas), internet, etc.

Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

15. Sobre a energia elétrica e outros abastecimentos.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

16. Transporte *

Veículo motorizado próprio em financiamento (carro/moto), combustível, seguro, multa, manutenção do veículo, lavagem,, peças e acessórios, impostos, taxas, transporte escolar, ônibus, táxi, uber, moto-táxi, passagem aérea, passagem fluvial, veículo não motorizado, etc.
Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

17. Qual o seu meio de transporte? *

Caso você tenha mais de um meio de transporte, escolha a opção que mais é utilizado por você em seu dia a dia.

Mark only one oval.

- Não tenho, utilizo o transporte público (ônibus, taxi, etc.)
- Bicicleta e similares
- Motocicleta
- Automóvel
- Outros

18. Sobre transporte.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

19. Saúde e cuidados pessoais *

Médico, dentista, aparelho ortodôntico, exame laboratoriais, hospital, cirurgia, exames de imagem, plano de saúde, etc.

Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

20. Sobre saúde e cuidados pessoais.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

21. Educação *

Creche, educação infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduação, jornal, revista, livro, caderno, artigos de papelaria, cursos diversos (idioma, preparatório, técnico, informática, auto escola, dentre outros), etc.

Mark only one oval.

- Não possuo esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

22. Sobre educação.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

23. Lazer *

Cinema, teatro, dvd, ingressos futebol, clube, boate, danceteria, jogos de azar, bebidas, fumo, motel, hotel, etc.

Mark only one oval.

- Não possui esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

24. Sobre lazer.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

25. Serviços em geral *

Empregada(o) doméstica(o) (fixo ou diaristas), caseiro, babá, costuras, manicure, cabeleireiro, depilação, esteticista, serviços bancários, etc.

Mark only one oval.

- Não possui esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

26. Sobre serviços em geral.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

27. Poupança e investimentos *

Caderneta de poupança, reservas, investimento de baixo risco, investimento de alto risco, imóvel/terreno (em financiamento e que não resida), obras de arte, cerâmicas, artefatos, etc.
Mark only one oval.

- Não possui esse tipo de despesa
- até R\$ 200
- R\$ 201 a R\$ 400
- R\$ 401 a R\$ 600
- R\$ 601 a R\$ 800
- R\$ 801 a R\$ 1.000
- R\$ 1.001 a R\$ 1.500
- R\$ 1.500 a R\$ 2.000
- acima de R\$ 2.000

28. Sobre poupança e investimentos.

Comentário e/ou justificativa - Não é obrigatório, mas é muito importante :)

29. Sobre as categorias de gastos, marque as 4 (quatro) categorias que você considera mais importante. *

Check all that apply.

- Supermercado em geral
- Alimentação fora do domicílio
- Habitação
- Energia elétrica e outros abastecimentos
- Transporte
- Saúde e cuidados pessoais
- Educação
- Lazer
- Serviços em geral
- Poupança e investimentos

30. Das 4 (quatro) categorias destacadas por você na questão acima, justifique. *
